



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E  
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA**

**LAÉCIO ROCHA DE SENA**

**O MST NOS DISCURSOS DA MÍDIA IMPRESSA MARABAENSE  
Um olhar a partir dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano 1996**

**MARABÁ/PA  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E  
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA**

**LAÉCIO ROCHA DE SENA**

**O MST NOS DISCURSOS DA MÍDIA IMPRESSA MARABAENSE  
Um olhar a partir dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano 1996**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro

**MARABÁ/PA  
2014**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca Josineide Tavares, Marabá-PA)**

---

S474m Sena, Laécio Rocha.  
O MST nos discursos da mídia impressa marabaense: um olhar a partir dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano 1996 / Laécio Rocha Sena. – 2014.  
142 f. ; 23 cm

Orientador: Prof. Dr. Nilsa Brito Ribeiro.  
Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Inclui referências

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – Pará. 2. Territorialização. 3. Análise do discurso. I. Título.

CDD-22 ed.: 305.563098115

---

**O MST NOS DISCURSOS DA MÍDIA IMPRESSA MARABAENSE**  
**Um olhar a partir dos jornais Correio do Tocantins e opinião, no ano de 1996**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro (ORIENTADORA)  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

---

Profa. Dra. Hildete Pereira dos Anjos (MEMBRO)  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

---

Profa. Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior (MEMBRO)  
Universidade Federal do Tocantins

---

Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho (SUPLENTE)  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me iluminar a cada dia e dá forças

A meu pai, Luiz Gonzaga Francisco de Sena, pelo exemplo de garra, determinação, amor e devoção à família. Essa vitória também é sua, meu pai;

À minha mãe, Laurisa Rocha de Sena, por tudo, por me ensinar que educação começa no seio familiar, muito embora jamais devamos negligenciar os conhecimentos escolares. Não existem palavras nesse mundo capazes de expressar o amor e o carinho que sinto por você, muito embora às vezes eu não saiba demonstrar;

Aos meus irmãos, Luiz, Leonel, Ricardo e Ana Lúvia, pelo carinho de todos vocês;

A minha querida esposa, Missiane Gomes da Silva Sena, pela paciência, compreensão e paciência e todo o amor que só você sabe me dar;

Aos colegas da turma 2012 do PDTSA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, pelos debates profícuos e acalorados, além das trocas de experiências ao longo dessa difícil e prazerosa jornada que é a pesquisa.

A todos os (as) professores (as) do PDTSA/UNIFESSPA, pelos ricos debates, dentro e fora da sala de aula.

Às professoras Dras. Hildete Pereira dos Anjos e Luiza Helena Oliveira da Silva, pelas importantes contribuições a esse trabalho por ocasião da banca de qualificação.

Aos meus colegas da Coordenação do Curso Técnico em Agroecologia dos Povos Indígenas do Sudeste Paraense, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – William Bruno, Tatiane Costa, Maria Cristina e Ribamar Ribeiro – pela compreensão e apoio ao longo de minha participação no programa de pós-graduação.

À Professora Dra Nilsa Brito Ribeiro, minha orientadora, pela oportunidade de aprender muito com você. Dou a você os créditos pelos acertos desse trabalho, muito embora reconheça que os erros são de minha parte.

À Fundação Casa da Cultura de Marabá e Comissão Pastoral da Terra de Marabá/PA, por possibilitarem-me a consulta em seus arquivos, e pela forma amistosa e presteza com que sempre me atenderam.

## **SIGLAS UTILIZADAS**

AD – Análise do Discurso

AEA – Associação de Empresas da Amazônia

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertação

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

FAB – Força Aérea Brasileira

FD – Formação Discursiva

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará

FHC – Fernando Henrique Cardoso

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JCT – Jornal Correio do Tocantins

JOP – Jornal Opinião

MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUST – Movimento Unido dos Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PGC – Programa Grande Carajás

PM – Polícia Militar

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

STR – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UDR – União Democrática Ruralista

## **LISTA DE QUADROS E FIGURAS**

Quadro 1 - Grandes empresas instaladas na Amazônia brasileira no período da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985.

Quadro 02 – Comparação das Características da luta dos posseiros e dos sem-terra.

Quadro 03 – Jogo de formações imaginárias proposto por Pêcheux.

Quadro 04 – Jogo das formações imaginárias baseadas no referente.

Figura 01 – O processo de comercialização da castanha-do-pará, desde sua cata à comercialização no mercado internacional

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST nos discursos da imprensa escrita marabaense, no ano de 1996, mais especificamente nos jornais Correio do Tocantins e Opinião. Assim, nosso interesse se volta à compreensão de como o discurso da mídia se organiza em sua materialidade e coloca em funcionamento suas posições ideológicas, em diálogo com outros setores da sociedade que também elaboram seus discursos em embate com o MST. Como referencial teórico e metodológico que serviu de base para a pesquisa, no campo da Análise de Discurso francesa (AD), recorreremos a Pêcheux (2009; 2010), Foucault (2004; 2007) e Maingueneau (1997; 2001), lançando mão ainda de fundamentos teóricos situados na perspectiva dialógica de Bakhtin (1997; 2006) e Authier-Revuz (1990; 2011). Para o alcance do objetivo apresentado, identificamos diferentes estratégias discursivas na construção de uma heterogeneidade de sentidos acerca do MST. As análises indicam que os discursos produzidos pelos jornais acerca do MST se constituem numa relação polêmica com outras formações discursivas, como por exemplo, a do MST e dos fazendeiros; esses discursos, muito embora busquem legitimar-se enquanto imparciais, se constituem a partir de uma instauração de regimes de memória, e nesse processo o jornal enquanto esfera social produz sentidos a partir de uma determinada formação ideológica que se manifesta a partir de representações negativas acerca das ações desse movimento social.

Palavras-chave: MST. Territorialização. Representação na Mídia. Discurso.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the process of representation of the Landless Rural Workers Movement / MST in speeches of the written press of Marabá, in 1996, more specifically in the newspapers of *Correio do Tocantins* and *Opinião*. Thus, our interest turns to understanding how media discourse is organized in its materiality and puts into operation its ideological positions, in dialogue with other sectors of society that also prepare their speeches in combat with MST. As a theoretical and methodological framework for this study, we'll resort of Discourse Analysis French (DA) from Pêcheux (2009; 2010; 2012), Foucault (1999; 2004; 2007) and Maingueneau (1997; 2001), besides the perspective dialogic discourse in Bakhtin (1997; 2006) and Authier-Revuz (1997; 2011). To achieve this goal, we'll scan the different discursive strategies in building a diversity of meanings about the MST. The analysis indicates that the discourses produced by newspapers (in their discursive formation) on the MST is constituted in a controversial relationship with other discursive formations, such as the MST and farmers; these discourses, although seek to legitimize themselves as unbiased, they are constituted from an memory regimes introduction and in the process, the newspaper as a subject produces senses from a certain ideological formation, resulting in a negative about the actions of this social movement.

**Keywords:** MST. Territorialization. Representation in the Media. Discourse

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>MIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE PARAENSE: ENTENDENDO A FORMAÇÃO DO CAMPE SINATO NO SUDESTE PARAENSE</b> .....	19
1.1 Entre o caucho e castanha: o entrelaçamento do político com o econômico na construção da grande propriedade paraense .....	19
1.2 A grande empresa agropecuária na Amazônia: um olhar sobre o sudeste paraense .....	29
1.3 O projeto de colonização dirigido pelo Estado e a ocupação do Sudeste paraense: o caso da Transamazônica .....	36
1.4 A luta pela terra no Pará: da organização sindical ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST .....	38
<b>O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E LUTA PELA TERRA NO BRASIL</b> .....	41
2.1 A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra .....	43
2.2 A territorialização do MST no Brasil .....	48
2.3 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pará .....	51
2.4 O ano de 1996: o MST e o Massacre de Eldorado dos Carajás .....	58
<b>A CONSTITUIÇÃO DE DISCURSOS EM CIRCULAÇÃO: COMPREENDENDO AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DISCURSIVA</b> .....	63
3.1 Análise de Discurso Francesa: um rápido passeio pelas suas três fases .....	65
3.2 O jogo de formulações imaginárias e os atos de linguagem .....	66
3.3 Formação Discursiva e Formação Ideológica.....	69
O interdiscurso (memória discursiva).....	75
3.4 Do dialogismo ao conceito de heterogeneidade enunciativa em Authier-Revuz.....	78
<b>OS JORNAIS CORREIO DO TOCANTINS E OPINIÃO: EM DIREÇÃO À CONSTITUIÇÃO DE UM ETHOS</b> .....	83
4.1. Breves considerações sobre o discurso midiático .....	83
4.2 Os Jornais Correio do Tocantins e Opinião: a constituição do ethos discursivo .....	86
4.3 MST e mídia: outras incursões .....	92
<b>O MST NA MÍDIA IMPRESSA MARABAENSE: COMPROMISSOS E POSIÇÕES IDEOLÓGICAS DOS JORNAIS CORREIO DO TOCANTINS E OPINIÃO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO</b> .....	103
4.1 A enunciação das ações do MST nas páginas dos jornais Correio do Tocantins e Opinião .....	107
4.2 Se o fazendeiro “produz”, o que faz o MST? .....	121
4.3 17 de abril de 1996: massacre ou conflito? a construção do fato na ordem do discurso dos jornais Correio do Tocantins e Opinião. ....	132
<b>CONCLUSÃO</b> .....	140
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143

## INTRODUÇÃO

Antes de tratar da pesquisa propriamente dita, gostaria de tecer algumas considerações atinentes aos motivos que me levaram a essa empreitada acadêmica e a medida em que farei isso, tentarei apresentar ao leitor o processo de construção dessa problemática. Sempre que apresentava alguns resultados parciais desse trabalho em encontros e/ou seminários, três perguntas eram sempre feitas a mim por parte do público presente: Por que pesquisar o MST e suas ações? Por que trabalhar com jornais? e por que o ano de 1996 como recorte temporal? Buscarei então, a partir desses três “porquês”, traçar a minha trajetória enquanto pesquisador na/da região.

Começamos então pelo primeiro *porquê*. Desde minha chegada à cidade de Marabá, em março de 2009, para lecionar a disciplina História na rede estadual de ensino, muitas problemáticas me chamavam a atenção nesta região; dentre elas poderia citar: a quantidade de fazendas de criação de gado e, conseqüentemente, a dimensão da área desmatada para a plantação de pastos; a heterogeneidade de sujeitos nessa região oriundos dos mais diversos lugares do país, em especial do Nordeste (principalmente do Maranhão, meu estado de origem); a atuação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e dos movimentos sociais frente à situação de extrema concentração fundiária acompanhada de assassinatos de suas lideranças.

Somado a essa impressão quando de minha chegada à região, tem-se também o fato de que eu já tinha um pré-conceito acerca da região amazônica, fruto de um consumo constante dos discursos produzidos pela grande mídia nacional: um grande vazão demográfico, uma selva amazônica ocupada somente por índios. Outra impressão era de que se tratava de uma terra sem lei (uma espécie de faroeste amazônico) onde aqueles que gozavam de certo poder econômico (como por exemplo, os grandes fazendeiros), contando com a conivência do Estado, faziam o que bem querem para manter as suas terras, tendo a violência como uma de suas principais estratégias de manutenção do poder econômico. Lembro-me, por exemplo, do quanto foi veiculado pela mídia nacional, em abril de 1996, o assassinato de 19 trabalhadores rurais militantes do MST pela PM do Pará, em Eldorado dos Carajás/PA. Nove anos depois, no ano de 2005, a mídia noticiava o assassinato de uma freira americana em Anapu/PA: irmã Dorothy Stang.

Essas notícias me marcaram e contribuíram para que eu pudesse construir simbolicamente uma Amazônia marcada pela violência, por desmandos e impunidade, uma terra onde reinava a pistolagem.

Ao chegar a Marabá, me dei conta da necessidade de compreender melhor essa região e sua história. Desse modo, busquei informações com moradores mais antigos da cidade acerca de algumas questões, tais como: o surgimento da cidade, as populações indígenas da região, as lideranças políticas, os conflitos por terra, a ação dos movimentos sociais, entre outras. Realizei também uma consulta em alguns jornais da cidade, onde buscava informações acerca da atuação dos movimentos sociais, na perspectiva de entender como suas ações eram descritas e apresentadas pela imprensa escrita paraense. Foi então que pude perceber que um elemento recorrente nos discursos desses jornais era a criminalização das ações dos camponeses, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representados como invasores e, portanto, criminosos que atentariam contra a ordem pública, contra o direito de propriedade dos grandes latifundiários.

Quando passei a lecionar no Campus Rural de Marabá (CRMB), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), a partir de 2010, fui aos poucos compreendendo melhor a região sudeste do Pará, sua diversidade e contradições. O CRMB fica localizado dentro de um assentamento do MST, o Projeto de Assentamento 26 de Março<sup>1</sup>, antiga fazenda Cabaceiras, e tem a Educação do Campo e a Agroecologia como seus pilares<sup>2</sup>. A partir desse momento, passei a militar na/pela educação do campo, e me propus a investigar mais sistematicamente a região, tomando como referência o MST e suas ações. Elegi os jornais como minhas principais fontes de pesquisa.

Aproveitei essa oportunidade para explicar o segundo *porquê* dessa pesquisa. A opção por trabalhar com jornais nessa pesquisa vem de minha experiência com análises de jornais ao longo de minha graduação no curso de História, em Caxias/MA, o que resultou no meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 2009. Na ocasião, analisei os discursos de um semanário católico caxiense (o jornal Cruzeiro) nas décadas

---

<sup>1</sup> O Projeto de Assentamento 26 de Março foi criado no ano de 2008, após nove anos de resistência em acampamento.

<sup>2</sup> O CRMB “teve sua origem na mobilização e organização da luta camponesa por reforma agrária e pela constituição de condições favoráveis ao desenvolvimento e sustentabilidade da produção familiar no sul e sudeste paraense” (CRMB, 2010, p. 13).

de 1930 e 1940, buscando demonstrar como este jornal, através de seu discurso, contribuía para a “invenção” de um novo modelo de trabalhador nas décadas de 1930 e 1940, tomando como referência a ideologia trabalhista do Estado Novo de Getúlio Vargas<sup>3</sup>.

Muito embora tenha trabalhado com jornais ao longo da graduação, o exercício de análise desenvolvido nessa dissertação apresentou-se como um grande desafio, uma vez que não só o jornal e a problemática mudaram, mas a própria metodologia e tratamento dos textos do jornal. Na graduação, realizei uma análise de conteúdo, ao passo que, no mestrado, me propus a trabalhar com o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de vertente francesa. Esta decisão teórico-metodológica acabou alterando o status do jornal para o pesquisador. Agora não mais me propunha a analisar o que o jornal diz (conforme a análise de conteúdo), mas a forma como o jornal constrói sentidos, em outras palavras, o jornal passa a ser compreendido não como um testemunho de uma época e de um fato, mas enquanto materialização do trabalho da ideologia na constituição do sujeito e de “seus” discursos. Trata-se, portanto, de um exercício de migração da função para o funcionamento do discurso.

Respondendo as razões do terceiro *porquê*: o ano de 1996 foi escolhido enquanto recorte temporal dessa pesquisa por se tratar de um ano significativo na história recente da luta pela terra no Pará, em virtude do massacre de Eldorado dos Carajás/PA, o que, conseqüentemente, gerou um grande número de publicações na reportagens nos jornais Correios do Tocantins e Opinião. Devo, no entanto, destacar que a definição desse recorte se deu de forma contínua e processual, realizado ao longo das atividades de pesquisa, a partir de meu amadurecimento teórico. O projeto de pesquisa inicial tinha como recorte temporal o intervalo de duas décadas (1990 e 2000). A opção por essa delimitação temporal se deu pelo fato de que, apesar do MST chegar ao Pará em meados da década de 1980, foi somente na década de 1990 que o MST intensifica suas ações contra o latifúndio na região, o que culminaria no massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. A década de 2000 foi considerada nesse recorte em função das mudanças que se operaram no cenário político nacional (subida do PT ao poder).

---

<sup>3</sup> SENA, Laécio Rocha de. A Ressignificação do Trabalho e a Construção do Trabalhador Disciplinar no Discurso do Semanário Católico Caxiense Cruzeiro (1930 - 1940). Monografia (Graduação em História), Caxias: Universidade Estadual do Maranhão, 2009.

Conforme já assinalai, o aprofundamento na perspectiva da AD logo mostrou-me a dimensão e a complexidade de meu recorte inicial, e que portanto esse objetivo jamais seria alcançado num programa de mestrado (eu ainda me pergunto se daria conta de alcançá-lo ao longo de toda uma vida acadêmica). Foi nesse momento que percebi a necessidade de reduzir consideravelmente minha escala de análise, elegendo o ano de 1996 como recorte. Reconheço, porém, que a proposta inicial de recorte foi fruto de minha formação acadêmica na área das ciências humanas, onde a análise de conteúdo parece reinar soberanamente.

Respondidos os três porquês – assim espero – deter-me-ei agora em apresentar minha problemática de pesquisa, bem como o referencial teórico-metodológico que a fundamentou e tornou exequível.

A pesquisa aqui proposta elege como objeto de investigação a construção discursiva da imprensa escrita paraense, mais especificamente de Marabá/PA, acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de analisar as representações construídas sobre este movimento social em dois jornais marabaenses no ano de 1996: Correio do Tocantins e Jornal Opinião. Para o alcance deste objetivo, perscrutaremos diferentes estratégias discursivas mobilizadas no discurso da imprensa na construção de uma heterogeneidade de sentidos acerca do MST. Assim, nosso interesse se volta à compreensão de como o discurso da mídia se organiza em sua materialidade e coloca em funcionamento suas posições ideológicas, em diálogo com outros setores da sociedade que também elaboram seus discursos em embate com o MST.

Portanto, procuraremos realizar aqui uma análise do processo de constituição de sentidos, ou seja, nosso foco de análise se voltará para a compreensão de como o que se diz é dito na sua relação com as condições sócio-históricas em que o discurso foi produzido, atentando, assim, para a interpretação de sentidos que se produzem na relação da língua com o homem e a história.

Partindo da perspectiva de que o discurso midiático (assim como qualquer outro discurso) não é um todo homogêneo, portanto exposto a novos enunciados e representações acerca do MST, nossas análises se orientam pelas seguintes perguntas: Quais as estratégias discursivas dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, em Marabá/PA, na constituição de sentidos acerca das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST no ano de 1996? Que imagens a imprensa

constrói de si ao produzir discursos acerca do MST? Que imagens constrói do MST, na região?

Na constituição de sentidos acerca do MST e de suas ações, os jornais sob análise (Correio do Tocantins e Opinião) o fazem a partir de certas condições de produção, permitindo-nos a apreensão do trabalho da formação discursiva e da formação ideológica. Nesse processo discursivo, o sujeito que enuncia não é senhor do que diz, muito embora creia que o seja. Os discursos, como postula a AD, são sempre constituídos numa relação com o outro, com uma exterioridade discursiva. O discurso não existe em si.

Na perspectiva de compreender o discurso jornalístico e as representações do MST nos jornais Correio do Tocantins e Opinião, optamos pelo referencial teórico-metodológico do campo da AD francesa, com os trabalhos de Pêcheux (2009; 2010; 2012), Foucault (1999; 2004; 2007) e Maingueneau (1997; 2001). Para refletir acerca do discurso midiático lançamos mão dos trabalhos de Charaudeau (2006). Além desses autores, trazemos também a perspectiva dialógica do discurso a partir de Bakhtin (1997; 2006) e Authier-Revuz (1990; 2011). No Brasil, ressaltamos os trabalhos de Orlandi (2005; 2012).

O diálogo com esses autores contribuiu nessa discussão no sentido apontar a relação entre o dizer e as suas condições de produção. Estas agem constitutivamente na produção dos discursos. Segundo Foucault (2004), as formações discursivas agem enquanto um jogo de regras que condicionam o dizer do sujeito, de modo que é somente dentro de uma FD que os discursos produzem sentidos. Assim, conforme mudam as FD's, os sentidos das palavras também se alteram. Todo discurso é submetido a procedimentos de controle, a uma relação de poder (FOUCAULT, 2007). Acerca da FD, Maingueneau (1997) alerta que esta não pode ser compreendida como um todo homogêneo, fechado em si, mas como algo constituído a partir de uma relação polêmica com outras FD's.

Da mesma forma que a FD, a formação ideológica também condiciona o que deve e pode ser dito. Segundo Pêcheux (2009), não existe discurso sem sujeito, e nem sujeito sem ideologia. Ora, é a ideologia, segundo afirma o autor, que constrói o sentido de transparência na/da linguagem, a sensação de obviedade do discurso. Apesar disso, ela (a ideologia) age no sentido de “dissimular a sua própria existência no interior do seu funcionamento” (PÊCHEUX, 2009, p. 139).

O sujeito do discurso não se percebe dentro dessa relação de poder que condiciona o seu discurso, compreendendo-se enquanto origem daquilo que ele enuncia. Segundo Orlandi (2012), amparada em Pêcheux (2009), esse processo é fruto de dois tipos distintos de esquecimento: o esquecimento enunciativo e o ideológico. O primeiro produz a concepção de que aquilo que o sujeito enuncia só poderia ser enunciado daquela forma. Já o esquecimento ideológico é aquele que produz a sensação de que o sujeito é a origem daquilo que diz. Ainda em Pêcheux (2009) destacamos a importância do interdiscurso (memória discursiva) enquanto parte constitutiva do discurso. Todo discurso se insere dentro de redes de significação, memórias discursivas, ou seja, dialoga com um já-dito.

A partir da teoria dialógica da enunciação proposta por Bakhtin (1997; 2006), e retomada por Authier-Revuz (1990; 2011), compreendemos que todo discurso é constituído numa relação dialógica com outros discursos. Há portanto um heterogeneidade que age constitutivamente na construção de sentidos nos discursos. Para Bakhtin (2006, p. 115), por exemplo, “a palavra é um território comum entre o locutor e o interlocutor”. Os discursos não são construído no vazio, mas a partir do diálogo com outros enunciados. A partir de Bakhtin (1997; 2006), Authier-Revuz (1990; 2011) apontamos a importância do outro no processo de enunciação. Assim, amparados nesses dois campos teóricos apontados acima, afirmamos que o discurso midiático se constitui sempre numa relação dialógica, tanto interdiscursivamente como interlocutivamente.

Para refletir acerca da região sudeste do Pará, sua dinâmica e contradições sociais, econômicas e culturais, foi importante mobilizar uma série de trabalhos já consagrados academicamente, dentre eles destacamos aqui os trabalhos de Hébette (2004), Emmi (1999), Petit (2003), Martins (1985) e Velho (1979; 1981). Além desses trabalhos destacam-se algumas dissertações, teses e artigos científicos, quais sejam: Almeida (1993), Almeida (2006), Assis (2007), Gomes (2009), Pereira (2005; 2008; 2013), Michelotti (2007; 2009), entre outros. Para traçar um olhar acerca do MST e de seu processo de formação histórica e territorialização foram fundamentais os trabalhos de Medeiros (2002; 2010), Cardart (2001) e Fernandes (2008; 2010), dentre outros.

É dentro do corpo de ideias e teorias dessa plêiade de pesquisadores acerca das dinâmicas socioterritoriais da região sudeste do Pará, bem como da luta dos movimentos sociais do/no campo que inserimos o exercício de análise empreendido

nessa dissertação, buscando, assim, analisar a forma como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST é representado pela imprensa marabaense, ressaltando o papel fundamental que a mídia assume na justificação do *status quo* no campo paraense, através da legitimação da ordem social vigente.

O *corpus* composto para a nossa análise é constituído de reportagens publicadas nos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano de 1996. As reportagens que serão analisadas nesse trabalho foram digitalizadas do acervo da Fundação Casa da Cultura de Marabá, entre os meses de dezembro de 2012 e fevereiro de 2013. Outras reportagens que compõem o *corpus* foram digitalizadas do acervo da Comissão Pastoral da Terra/CPT de Marabá, no segundo semestre de 2012.

Para a constituição do *corpus* para análise, foi realizada uma seleção das edições de cada jornal, privilegiando todas as que de alguma forma versavam sobre o MST e/ou ações de fazendeiros, na região. Nesse primeiro momento foram selecionadas 63 reportagens do Correio do Tocantins e 38 do Jornal Opinião. Face à grande quantidade de edições, optou-se por reduzir ainda mais o *corpus* a fim de possibilitar uma análise mais aprofundada dos jornais. No intuito de melhor estruturar a análise, o *corpus* foi dividido em três blocos: i) publicações que noticiam as ações do MST na região (ocupação de fazendas e prédios públicos), ii) publicações que noticiam as (re)ações dos fazendeiros da região frente às ações do MST e iii) publicações que noticiam o conflito ocorrido entre os militantes do MST e a PM do Pará, no incidente denominado Massacre de Eldorado dos Carajás. Com essa organização do *corpus* almejamos evidenciar como se dá o funcionamento do discurso na materialidade textual do jornal e, dessa forma, demonstrar a ação da formação discursiva e da formação ideológica na constituição de sentidos nos jornais.

A estratégia de análise dos textos foi a partir do apontamento de marcas discursivas com o intuito de apreender analiticamente o processo de constituição e do funcionamento do discurso do jornal. Essas marcas evidenciam o trabalho da ideologia na produção do dizer no/pelo jornal.

Após essas considerações, passemos então para uma rápida apresentação da estrutura desse trabalho. Essa dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, empreendemos um exercício de reflexão sobre o processo de formação histórica da região sudeste paraense, destacando o papel exercido pelas políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado brasileiro a partir do final da década de

1960, visando com isso a consolidação do domínio político sobre a Amazônia brasileira, e, ao nível econômico, colocá-la na rota do grande capital. É em meio a esse processo de constituição do espaço paraense que, no final da década de 1980, o MST chega ao Pará, questão tratada no segundo capítulo, no qual trazemos uma discussão sobre o surgimento do MST no sul do Brasil e a sua territorialização em todo o país, até chegar ao Pará, no final da década de 1980, num contexto sócio-histórico marcado pela extrema concentração fundiária, violência no campo e resistência do campesinato frente ao reacionarismo do patronato rural e do próprio Estado brasileiro.

Em seguida, no terceiro e quarto capítulos são apresentados os postulados teóricos e metodológicos do trabalho, seguidos de uma discussão acerca do *ethos* discursivo dos jornais em análise. Conforme já mencionamos, nestes capítulos, mobilizamos alguns conceitos básicos da AD e da teoria dialógica da enunciação bakhtiniana.

O quinto capítulo do trabalho apresenta o exercício de análise dos discursos veiculados em reportagens publicadas nos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano de 1996.

## CAPÍTULO I

### **MIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE PARAENSE: ENTENDENDO A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE**

No presente capítulo, discutiremos o processo de formação da região sudeste paraense, ressaltando a importância de alguns fatores como a migração, os grandes projetos desenvolvimentistas executados pelo Estado brasileiro na segunda metade do século XX, a construção da rodovia Transamazônica e suas contradições. Com isso, buscaremos apontar o contexto em que se deu a formação do campesinato nessa região, e a sua luta contra a grande propriedade no Pará, tanto no âmbito dos sindicatos (a partir da década de 1970), quanto dos movimentos sociais, dentre eles o MST.

#### **1.1 Entre o caucho e castanha: o entrelaçamento do político com o econômico na construção da grande propriedade paraense**

Entender o processo de formação do campesinato na Amazônia Oriental brasileira é um exercício que exige, além de outros fatores, um olhar aprofundado para a dinâmica das diferentes frentes migratórias empreendidas em momentos diversos da história da Amazônia, destacando-se principalmente o nordeste do Brasil, como a região de onde se tem o maior número de imigrantes na Amazônia. Isso se deu, em grande parte, pelas pressões demográficas vivenciadas na região, em função da concentração de terras, que remetem ainda ao período de colonização portuguesa.

Somado a isso, tem-se também a existência de grandes áreas de terras (floresta) ainda não exploradas, o que acabou atraindo o imigrante nordestino, principalmente agricultores do sudoeste maranhense que, em função do tipo de agricultura tradicionalmente praticada<sup>4</sup>, sempre precisavam de novas porções de terras. Como bem afirma Velho (1979, p.200), “esses indivíduos constituíram a vanguarda da expansão camponesa na região propriamente da floresta amazônica, bem antes da Rodovia Transamazônica vir a atravessar a área”.

---

<sup>4</sup> Os agricultores maranhenses que migravam para o sudeste do Pará praticavam a chamada roça de toco, queimando extensas áreas de terras, para, logo em seguida, realizarem o plantio da lavoura. Com o passar do tempo, essa forma de produção acabava empobrecendo o solo, o que os forçava a procurar novas áreas cultiváveis.

Era comum, ainda na primeira metade do século XX, a migração sazonal de pessoas do Maranhão – principalmente, a partir de Imperatriz – para o Pará, para se embrenharem nas matas na atividade de coleta da castanha-do-pará. Isso ocorria, principalmente, devido à possibilidade de se realizar essas atividades em tempos distintos. Assim, o período em que os agricultores maranhenses não estavam empenhados nas atividades agrícolas, dedicavam-se às atividades extrativas no estado vizinho. Findado o período de coleta da castanha, iniciava-se o cultivo da agricultura.

Hébbete (2004), ao analisar o processo de ocupação da região sudeste paraense, aponta a existência de duas grandes linhas migratórias, na década de 1950. A primeira frente, oriunda do nordeste do país, via Maranhão e Piauí, passando pelos vales dos rios maranhenses – Itapecuru, Mearim, Pindaré – adentrando os vales dos rios Tocantins e Itacaiúnas. O outro fluxo é proveniente de Minas Gerais, Bahia e Goiás.

Apesar de essas duas frentes de expansão serem fundamentais no processo de ocupação da região amazônica, sobretudo o sudeste paraense, o processo de ocupação desse território remonta ainda à primeira metade do século XIX, com a expansão pastoril, oriunda da Bahia, que avançou pelo Maranhão, chegando à região dos rios Tocantins e Araguaia. A *plantation*<sup>5</sup>, realizada no litoral nordestino, acabou forçando os criadores de gado a migrarem cada vez mais para o interior do continente.

Ao estudar as frentes de expansão na Amazônia, a partir de uma região ao longo da rodovia Transamazônica, Velho (1981) aponta quatro grandes frentes de expansão para a região que à época era denominada de microrregião de Marabá<sup>6</sup>: primeiramente, a frente pecuarista, que remonta ainda, como já citamos acima, ao século XIX; a frente extrativista; a frente mineradora e, mais tardiamente, a frente agrícola. Buscaremos, aqui, compreender o processo de ocupação da região sudeste paraense, tendo em vista a importância dessas frentes na formação e nas dinâmicas socioterritoriais e econômicas nessa região.

Conforme já assinalamos anteriormente, o avanço do gado rumo ao interior do continente, ainda no período colonial, só ocorreu graças à importância da economia agroexportadora para a metrópole (Portugal), que, em virtude da crescente demanda mundial por açúcar, forçou os donos de terras do nordeste brasileiro a buscarem mais

---

<sup>5</sup> Sistema produtivo baseado no monocultivo, construção e manutenção do latifúndio e agroexportador.

<sup>6</sup> Era constituída pelos municípios de Marabá, Tucuruí, Itupiranga, Jacundá e São João do Araguaia.

solos férteis para o cultivo da cana-de-açúcar, o que, invariavelmente, provocou um maior deslocamento do gado.

A rápida expansão da frente pastoril no Brasil Central esteve combinada com dois fatores: a abundância de terras e a baixa produtividade das mesmas, o que, por vezes, acabava forçando os criadores a uma frequente migração (VELHO, 1981). Os dois principais centros de dispersão dessa frente foram Salvador (BA) e Recife (PE).

No início do século XX, a região dos rios Tocantins e Itacaiúnas experimentou uma nova frente de expansão. Dessa vez, tratava-se de uma economia extrativista impulsionada pela supervalorização da borracha amazônica no mercado mundial, o que definitivamente colocava a região no cenário econômico mundial, como principal produtora do látex. Na verdade, o surto da borracha na Amazônia remonta ao final do século XIX, porém na região sudeste do Pará, os seus efeitos foram sentidos mais tardiamente. Os fatores determinantes do atraso na realização dessa atividade na região do estado do Pará foram apontados por Velho (1981, p. 38):

Aparentemente, seja devido à dificuldade de acesso e desconhecimento da área, seja devido à menor concentração das árvores produtoras da goma, seja porque aí predominava o caucho, que se demorou a reconhecer, e não a seringueira, seja dada a existência, ainda, de áreas alternativas por explorar, a área manteve-se até essa época como uma reserva.

A exploração do caucho na região do rio Tocantins foi de vital importância na expansão territorial, tendo em vista que essa árvore, abundante no sudeste paraense, era cortada no ato da colheita, diferentemente da seringueira. Isso, invariavelmente, forçava os seringueiros a adentrarem cada vez mais as densas florestas em busca de novas árvores, ampliando, assim, as fronteiras territoriais.

Nesse período, em função da exploração extrativista, uma grande quantidade de migrantes aflora para a região, sendo boa parte oriunda do Maranhão e do norte do Goiás (atual estado do Tocantins). Nesse contexto de exploração, uma localidade assume centralidade política e econômica nessa região: Marabá. Portanto, conforme nos afirma Velho (1981, p. 44), em Marabá, “todas as energias se concentravam na extração da goma”, fazendo com que, a cada dia, a cidade fosse se enchendo de “uma população instável, flutuante e aventureira”.

Tamanha fora a importância dessa atividade econômica para Marabá, que acabou contribuindo para a sua autonomia política em relação ao município de São João do Araguaia, do qual se desmembrou em 1913. No entanto, esse processo só ocorreu graças às articulações dos comerciantes locais que, a essa época, já constituíam um grupo forte, tanto econômica quanto politicamente. Essa classe social dominou o cenário político marabense fortemente, erigindo, o que Emmi (1987) chama de oligarquia do Tocantins.

Inicialmente, o grupo de comerciantes locais de Marabá monopoliza a comercialização do látex, utilizando como principal estratégia o sistema de aviamento<sup>7</sup>. No bojo dessa economia extrativista, chegam à região as primeiras famílias de origem sírio-libanesas. Estas controlariam, inicialmente, a produção e o escoamento do látex e, com a desvalorização desse produto e a assustadora demanda pela castanha do Pará, passariam a controlar também essa atividade. Assim, acerca da região sudeste paraense, vale ressaltar que

Numa região onde a terra não se constitui um bem excasso, não aparece a figura do latifundiário como o poderoso por excelência. O bem excasso nas regiões longínquas são o capital e os meios de comercialização. Mesmo na frente pecuarista do Brasil Central, os poderosos eram frequentemente aqueles que combinavam o papel de fazendeiro com o de comerciante. [...] Aqui, a posse do capital e dos meios e canais de comercialização antecede a posse da terra. (VELHO, 1981, p. 41)

Esses comerciantes locais mantinham uma forte relação econômica com a capital do Estado e, no nível político, estruturaram uma oligarquia, tendo em vista as diferentes conjunturas políticas estaduais. A ação dos comerciantes na exploração da borracha se dava em dois momentos distintos: primeiramente, no financiamento da exploração dos caucheiros, através do adiantamento de produtos indispensáveis à sobrevivência destes na floresta durante a extração do caucho. Esses adiantamentos se davam em forma de produtos essenciais como alimentação e os utensílios de trabalho, como por exemplo, o terçado, a bota, o querosene, a lamparina, entre outros.

O segundo momento desse processo ocorria após a chegada da mata: o caucheiro tinha a obrigação de vender a matéria-prima (látex) ao comerciante que já havia

---

<sup>7</sup> Acerca dessa relação de trabalho, falaremos mais adiante, ao tratarmos da formação das oligarquias do Tocantins, a partir do domínio dos castanhais públicos em Marabá, na primeira metade do século XX.

adiantado parte do dinheiro antes de sua saída para a floresta. Configura-se, assim, o sistema de aviamento, de modo que muitas vezes o caucheiro acabava ficando em débito com o comerciante aviador. As relações de produção se davam em torno do barracão: espécie de armazém localizado no meio da mata, ao qual geralmente os caucheiros (e tempos depois, os castanheiros) se reportavam atrás de mantimentos e ferramentas de trabalho, antes de adentrarem a floresta. De acordo com Velho (1981, p.52), “o caráter fechado da estrutura do comércio ajudaria a abrir o caminho para o estreitamento no controle da produção”.

Esse forte controle econômico da produção caucheira na região dos rios Tocantins e Itacaiúnas, principalmente em Marabá, por parte dos comerciantes locais, foi possibilitada também pela situação de relativo isolamento da região. Em virtude disso, muitas vezes o poder político exercido por algumas famílias, na região sudeste paraense, era garantido através do uso da violência. Conforme aponta Emmi (1987, p. 38), além das atividades comerciais, essas famílias monopolizavam também as comunicações e os transportes, que, a essa época, se dava pelos rios.

Ainda acerca do aviamento, argumenta Petit (2003, p. 55):

O resultado foi a sujeição permanente do seringueiro ao seringal, por não poder abandoná-lo sem antes sufragar as “dívidas contraídas”, dívidas que aumentavam progressivamente pela manutenção dos preços das mercadorias entregues pelos comerciantes/seringalistas e do valor que os mesmos ofereciam pelo látex convertido em borracha (grifo do autor).

Essa relação acabava criando sempre um círculo vicioso, de modo que a cada safra que se passava, o seringueiro se encontrava em situação de débito com o seringalista (dono do barracão), devido ao baixo valor pago pelo látex, o que contrastava com o alto preço cobrado pelos produtos comprados pelos seringueiros no barracão.

Com a crise da economia da borracha na Amazônia, um outro produto amazônico, também de natureza extrativista, entra na cena econômica mundial: a castanha-do-pará. No final da década de 1930, a castanha-do-pará já era o principal produto exportado pelo porto de Belém, à frente de produtos como o arroz, a madeira e a borracha. (PETIT, 2003)

Dentro desse novo cenário econômico, a região sudeste do Pará assume uma posição de destaque, graças às grandes reservas de castanhais existentes. Essa área era denominada de polígono dos castanhais. Para que se possa ter uma noção da importância econômica dessa região para o estado do Pará, na primeira metade do século XX, nos lembra Emmi (1987) que a partir de 1927, o município de Marabá tornou-se o maior produtor de castanha-do-pará em todo o Pará, respondendo por 60 % da produção de todo o estado.

O sistema de exploração da castanha-do-pará era bastante semelhante àquele montado durante a exploração da borracha, ou seja, baseava-se também nas casas de aviamento e na comercialização através de firmas exportadoras. Por esse motivo, segundo Velho (1981), é correto afirmar que as relações sociais construídas nos primórdios da exploração da castanha (principalmente, durante a década de 1920) seguiam os mesmos passos daqueles traçados no período de exploração gomífera.

Durante a primeira metade da década de 1920, foi bastante forte a exploração dos castanhais livres. Estes, por sua vez, não ficavam tão distantes das cidades, o que inicialmente acabou facilitando a coleta da castanha. Contudo, frente à necessidade de uma exploração em maior escala, em função da crescente demanda externa pelo produto, esse sistema de castanhais livres entrou em decadência, dando lugar ao sistema de arrendamento dos castanhais a particulares no período da safra, podendo ser renovado nos anos subsequentes. Essa mudança pode ser entendida a partir de três aspectos: político, econômicos e social.

Ao nível econômico, pode-se afirmar que, passado o período dos castanhais livres, a exploração da castanha no polígono dos castanhais foi monopolizada por um pequeno grupo de comerciantes, muitos dos quais com relações diretas com a capital Belém. Em Marabá, por exemplo, havia, nos anos de 1920, três grandes firmas de comercialização da castanha: a José Chamon & Cia, a Borges & Cia e a Dias & Cia Limitada. Como bem afirma Emmi (1987), a exploração dos castanhais fazia parte de uma relação econômica em escala internacional, isto é, o mercado mundial.

Havia, portanto, uma relação socioeconômica que ia desde o coletor do ouriço (no meio da mata), passando pelo arrendatário do castanhal e pelo comerciante. Após coletados os ouriços, e extraída a castanha, estas seguiam de barco, pelo rio Tocantins, até a cidade de Belém, e de lá até os mercados internacionais. É mister notar que, assim como no período da exploração da borracha, os rios tinham uma importância vital para

o escoamento da produção. Isso, de certa forma, explica por que muitas cidades surgiram ao longo desses rios, como por exemplo, Marabá. Esta, segundo Emmi (1987), foi criada próxima a área onde o rio Itacaiunas desagua no rio Tocantins.

O esquema abaixo ajuda-nos a compreender melhor todo o processo de exploração econômica da castanha no Pará.

**Fig. 01 – O processo de comercialização da castanha-do-pará, desde sua cata à comercialização no mercado internacional.**



Fonte: Velho (1981)

No nível local, a exploração da castanha-do-pará exigiu uma maior divisão social do trabalho, tendo em vista um maior aproveitamento das potencialidades econômicas dos castanhais. Assim, alguns trabalhadores passaram a se especializar em certas atividades. Havia aqueles que tinham a função de lavar e separar as castanhas (o lavador); aqueles responsáveis pelo transporte das castanhas, tanto por terra como por água (os tropeiros e os barqueiros); no barracão, havia uma pessoa encarregada de realizar o controle de entrada e saída de produtos (cantineiro), e havia também a figura do encarregado, pessoa responsável pela organização de toda a produção. Na base de todo esse processo, estavam os castanheiros. Via de regra eram os maiores expropriados dentre todos os outros trabalhadores<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Essas especialidades são melhor caracterizadas em Emmi (1987).

Enquanto todos os outros trabalhadores recebiam o pagamento pelos seus serviços (em hectolitros de castanhas ou em salários combinados antes da safra), os castanheiros estavam sujeitos às condições mais adversas de exploração, graças ao sistema de aviamento. Muitas vezes esses trabalhadores buscavam formas de depender o mínimo possível do aviamento, e buscavam tirar o seu sustento da própria mata, durante o período de cata do ouriço, quer seja através da caça ou da coleta de frutos.

Essa situação de exploração da força de trabalho dos castanheiros se torna mais intensa a partir do momento em que os castanhais, até então livres, passam a ser arrendados pelo Estado a particulares, o que acabava obrigando os castanheiros a negociarem a sua produção com os arrendatários dos castanhais. Somado a isso, tinha-se também, os frequentes roubos na pesagem da castanha por parte do dono do barracão. Essa situação geralmente ficava impune, pois muitas vezes os castanheiros não se manifestavam contra essa exploração por medo de sofrerem algum tipo de violência por parte do dono do barracão (EMMI,1987).

No aspecto político, à luz das questões destacadas por Emmi (1987) e Velho (1981), poder-se-ia afirmar que a transição dos castanhais livres para a política de arrendamento de terras a particulares, fora um elemento fundamental para que pudesse ser reproduzida, ao nível local, a mesma estrutura de oligarquia que vigorava no país, tanto nacional quanto estadualmente. Assim, “a área havia de integrar-se no esquema da política dos coronéis da República Velha” (VELHO, 1981, p. 59)

Se ao nível estadual, esse sistema de arrendamento de castanhais garantiu a reprodução dos interesses oligárquicos na região tocantina, em nível local, principalmente em Marabá, poderíamos afirmar que um dos principais reflexos dessa ação foi o fortalecimento político e econômico de algumas poucas famílias, notadamente, comerciantes de castanha. Emmi (1987) resume da seguinte forma a simbiose entre poder econômico e poder político na região de Marabá: “o controle econômico da coleta da castanha e a apropriação dessas vastas terras estavam alicerçado dentro de esquemas de subordinação e lealdade à oligarquia dominante através do próprio aparelho local” (EMMI, 1987, p. 84)

A partir do Decreto-Lei estadual nº 3.143, de 11 de novembro de 1938 que dava ao próprio Estado o direito de arrendar as áreas de castanhais a particulares, essa prática se tornou uma ferramenta político-administrativa vital para a manutenção da estrutura oligárquica estadual. Muitas pessoas usavam de sua influência política para

conseguirem o direito de exploração de grandes áreas de castanhais. Não raramente, o domínio dos castanhais ficava nas mãos de poucas famílias.

Segundo Petit (2003), havia uma forte combinação entre poder político e econômico na região sudeste do Pará, ressaltando-se dois grandes troncos familiares: a família do chefe político Deodoro Machado de Mendonça (destaca-se no cenário político a partir da década de 1920) e a família Mutran, de origem sírio-libanesa, vindo do Maranhão. Essa família exerceu forte influência na vida política e econômica na região sudeste, sobretudo a partir da década de 1950, inclusive na esfera dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário).

Contrapondo ao que afirma Ianni (2005)<sup>9</sup> acerca do fim das oligarquias da República Velha, a estruturação oligárquica na região de Marabá ocorre exatamente no período em que a República Velha entra em crise, e Getúlio Vargas ascende ao poder, no ano de 1930.

É assim que aos poucos essas famílias, articulando-se com o governo do Estado do Pará, conseguem se apropriar de extensas áreas de castanhais outrora públicos, criando grandes latifúndios na região. Num primeiro momento, essa concentração fundiária esteve atrelada à importância da castanha-do-pará no mercado internacional, mas a partir da década de 1970, a concentração de terra, na região sudeste, bem como em toda a Amazônia brasileira, foi influenciada pelos grandes empreendimentos agropecuários motivados, sobretudo, pelos incentivos fiscais do governo federal, via Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia/SUDAM<sup>10</sup>.

Ainda tomando como base a discussão acerca das frentes migratórias apontadas por Velho (1981), vale ressaltar que no final da década de 1950, tem-se um significativo aumento demográfico da região sudeste paraense, ressaltando-se principalmente a presença de migrantes vindos do Nordeste, em sua grande maioria, maranhense. Muitos desses migraram para a Amazônia atraídos pela possibilidade de terra em abundância, e também repelidos de suas terras pela pressão do latifúndio. A abertura de grandes rodovias, como por exemplo a Belém-Brasília, só aumentou esse movimento migratório. Essa frente migratório é denominada por Velho (1981) de frente agrícola.

---

<sup>9</sup> Segundo esse autor, a Revolução militar de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, assinala o fim do Estado Oligárquico no Brasil, onde “a burguesia agrária e comercial perderam o controle exclusivo do poder político que passou às mãos da classe urbana emergente” (IANNI, 2005, p. 128)

<sup>10</sup> Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, criada em 1966, no governo de Castelo Branco, com o objetivo de promover o desenvolvimento da Amazônia gerando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais.

Segundo Velho (1981), havia, entre os participantes dessa frente, uma crença de que os terrenos melhores não se encontram junto aos grandes cursos d'água. Acerca do padrão de ocupação na área de fronteira agrícola, descreve o autor:

O padrão usual de ocupação consistia nos indivíduos embrenharem-se na mata e escolherem um sítio considerado favorável, em geral junto a um curso d'água (igarapé) ou pequena lagoa; em terreno com barro, considerado vantajoso para a lavoura e para a criação de porcos, oferecendo, ainda, material para a construção das casas. (VELHO, 1981, p.100)

Percebe-se, a partir da citação acima, que a frente de expansão agrícola contribuiu bastante para a uma nova orientação da ocupação na região do médio Tocantins, tendo em vista a não centralidade do rio nesse processo, uma vez que a própria atividade produtiva realizada pelos migrantes nordestinos (agricultura e criação de animais) era desenvolvida em áreas de terra firme. Portanto, as áreas desocupadas encontradas distante dos rios, e mais propícias às atividades agrícolas, eram a referência aos que estavam chegando à região.

Dessa forma, Velho (1981) apresenta duas categorias fundamentais nessa nova reconfiguração do espaço agrário na região de fronteira agrícola: o centro e a beira. O centro é o local onde se praticava a agricultura (plantava-se a roça) e a criação de animais. Nesse local, a natureza é ainda o espaço não controlado pelo homem. Contrastando com o centro, havia a beira (nesse caso, diz respeito ao rio). Aqui desenvolviam-se e cresciam os aglomerados mais antigos, e a atividade de pesca era fundamental na reprodução social das famílias.

Com a abertura de estradas, dá-se um novo ritmo e novas características às atividades econômicas desenvolvidas na região. O comércio ainda era uma atividade de destaque, tendo a castanha-do-pará como um dos principais produtos de exploração e o sistema de aviamento a sua mola mestra. Mas na frente agrícola nordestina, além da atividade extrativa, haviam também aqueles que se dedicavam ao cultivos agrícolas.

Ao realizar um estudo acerca da frente de expansão agrícola numa área da Transamazônica (mais especificamente em São Domingos do Araguaia/PA), ainda na década de 1970, Velho (1981) aponta algumas características das atividades econômicas desenvolvidas nessa localidade. O autor ressalta a importância da atividade comercial e

o monopólio econômico exercido pelos comerciantes, inclusive no controle da produção agrícola. Era comum, segundo o autor, a compra antecipada da produção agrícola do camponês pelos comerciantes locais de São Domingos Araguaia, o que, por vezes, acabava resultando em sérias tensões entre agricultor e comerciante.

## **1.2 A grande empresa agropecuária na Amazônia: um olhar sobre o sudeste paraense**

No final da década de 1960 e início de 1970, após sucessivas quedas na produção da castanha-do-pará, a cidade de Marabá, bem como toda a região sudeste do estado do Pará, passa por grandes transformações em sua conjuntura agrária, no que diz respeito às atividades produtivas. Aos poucos a economia extrativista vai dando lugar à produção agropecuária, e assim, no início da década de 1970, as famílias que outrora controlavam a produção de castanha intensificam o desmatamento de castanhais com o objetivo de plantarem pasto para a criação de gado (PETIT, 2003).

Dessa forma, aumenta também a chegada de novos latifundiários à região e ocorre uma transformação no uso das antigas terras de castanhais, resultando no predomínio da agropecuária como a principal atividade econômica do sudeste do Estado. Esse quadro só irá mudar na década de 1980, com a descoberta das jazidas de ouro de Serra Pelada e início de alguns projetos do programa Grande Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce/CVRD.

Nessa euforia pela implementação dos grandes projetos agropecuários, o Estado brasileiro chega inclusive a financiar viagens de grandes empresários do sul do país para a Amazônia, para que os mesmos pudessem conhecer o potencial econômico da região e, com isso, optarem por investir na criação de gado, como também em projetos privados de colonização (HALL, 1991). A percepção do Estado brasileiro era de que somente o grande capital poderia gerar o desenvolvimento da região. Isso, de certa forma, explica a opção do governo federal pelo apoio aos grandes investidores na região em detrimento do pequeno agricultor.

A opção do Estado em incentivar a entrada da grande empresa agropecuária na Amazônia repercutiu diretamente na política voltada para a colonização dirigida. Há uma alteração de prioridades: dos projetos de colonização e incentivo à vinda do migrante ao incentivo a investimentos dos grandes empresários do sul do país na

Amazônia. Deve-se perceber, porém, que certos setores do Estado operavam em estrita aliança com os interesses empresariais e que, portanto exerceram uma forte influência nessa redefinição de prioridades. (HALL, 1991)

Assim, de forma sintética, poderíamos distinguir a ação do Estado brasileiro com relação à Amazônia em dois momentos distintos, o que não significa que eles não tenham coexistido: o primeiro é marcado por uma política de colonização dirigida, voltada principalmente aos migrantes nordestinos, tendo em vista a necessidade de “integrar para não entregar” a Amazônia. É nesse contexto que ocorre a construção da rodovia Transamazônica, e o INCRA<sup>11</sup> assume um papel fundamental no assentamento dos migrantes. Ao que parece, esse momento não foi tão planejado pelo próprio Estado, resultando em alguns fracassos, como por exemplo, a colonização ao longo da rodovia transamazônica, o que futuramente seria utilizado com argumento de alguns setores da sociedade e do próprio Estado para que se pudessem incentivar o investimento do grande capital na região.

Pereira (2013) destaca alguns fatores que contribuíram para o fracasso da política de colonização dirigida na Transamazônica, mais especificamente no caso do Programa Integrado de Colonização de Marabá (PIC de Marabá).<sup>12</sup> Segundo o autor, na construção de agrovilas, agrópolis e rurópolis ao longo da rodovia, conforme planejamento do governo federal, foram desconsiderados alguns fatores de ordem natural da paisagem, com isso esses núcleos de povoamento eram “localizadas em distancias regulares ao longo da rodovia, sem total conhecimento do relevo, da disponibilidade de água, das condições climáticas, etc.” (PEREIRA, 2013, p. 62). Além disso, o processo de ocupação e organização dos lotes segundo as diretrizes estabelecidas pelo INCRA ao longo da rodovia ia contra a lógica de ocupação espacial realizada pelos posseiros desde as décadas de 1950 e 1960<sup>13</sup> vindos do Nordeste e do norte de Goiás.

Ao discutir acerca do processo de implantação do Programa Integrado de Colonização de Marabá (PIC de Marabá) e de como este impactou na lógica de

---

<sup>11</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970.

<sup>12</sup> Segundo Pereira “O *PIC de Marabá*, conforme o planejamento proposto pelo Governo Federal, se estenderia por 529 quilômetros entre as cidades de Marabá e Altamira e ocuparia uma faixa de dez quilômetros de cada lado da Transamazônica” (PEREIRA, 2013, p. 62)

<sup>13</sup> A esse respeito Velho (1981) destaca como a ocupação da fronteira amazônica realizada pelos camponeses se organizava a partir das noções de centro e beira

organização socioespacial dos posseiros que já estavam instalados na região, Pereira (2013) nos dá uma demonstração dessa problemática:

Alguns posseiros que possuíam mais de 100 hectares onde o PIC Marabá foi implantado viram as suas terras divididas e cedidas a outras pessoas. Outros, parte de suas posses ficaram dentro dos limites do Projeto de Colonização e parte fora. Muitos tiveram as suas casas de um lado da linha divisória dos lotes e as suas roças e pastagens do outro. Por imposição do INCRA, alguns trabalhadores foram obrigados a optar: ficar com a parte da terra onde estavam as suas casas ou ficar com a parte da terra onde estavam as suas roças (PEREIRA, 2013, p. 64)

Eis, portanto, uma demonstração da complexidade que marcou esse primeiro momento da ação do Estado brasileiro na Amazônia, haja vista a sua intenção de controlar e disciplinar a chegada do migrante para a região amazônica. O segundo momento da ação do Estado, por sua vez, caracteriza-se pelo incentivo à chegada da grande empresa agropecuária para a região. A preocupação central é a geração de renda, e, em função disso, ocorrem críticas sistemáticas aos projetos de colonização levados a cabo pelo INCRA. A política de assentamento de colonos passa a ser vista como empecilho ao desenvolvimento econômico da região. Além disso, a agricultura desenvolvida pelos colonos é vista por alguns setores do governo – principalmente aqueles afinados com os interesses dos grandes empresários – como a principal responsável pela destruição ambiental da região, dada a sua precariedade técnica e a rusticidade de suas práticas agrícolas.

Nessa perspectiva, como nos fala Hall (1991, p. 40), “a colonização social fora talvez, na melhor das hipóteses, uma pausa temporária na direção principal da política de integração da fronteira e de desenvolvimento econômico”. Fica evidente o interesse do Estado em ocupar a região não mais através de projetos de colonização dirigida, mas a partir da inserção do grande capital.

Frente ao interesse do governo militar em “modernizar” a região amazônica através de sua inserção no eixo do grande capital, tem-se a organização dos grandes investidores do sul do país através da Associação de Empresas da Amazônia (AEA), com sede em São Paulo, criada em 1967. Essa instituição exerceu uma forte influência no direcionamento das políticas econômicas dos Governos Militares na Amazônia, principalmente em favor da criação de gado.

As políticas econômicas do governo federal foram fundamentais em relação à consolidação dos projetos agropecuários no sudeste do Pará, cabendo à SUDAM um importante papel nesse sentido. Foram delineados e implementados vários planos de desenvolvimento<sup>14</sup> e integração para a região, tendo como principal argumento a necessidade de integrar econômica e socialmente a Amazônia ao sudeste brasileiro, sob a suposição do Estado de que assim estaria corrigindo um atraso histórico ao qual se encontrava a região.

De acordo com Costa (2000, p.50), pode-se observar que a consolidação da grande empresa capitalista na Amazônia consistia em montar velhas estruturas em novas regiões, ou seja, buscava-se reproduzir na região amazônica a mesma lógica de reprodução do capital que já se conhecia nos grandes centros econômicos do país.

Uma das estratégias do Estado para atrair o investimento dos grandes empresários do sul do país para a Amazônia foi a concessão de incentivos fiscais. Essa política funcionava basicamente da seguinte forma: uma determinada empresa estaria isenta de declaração do imposto de renda caso optasse por investir na região em áreas e setores que fossem tidos com prioritários pelo governo.

É lançando mão dessa estratégia e organizando instituições públicas que pudessem atender aos interesses do grande capital, como, por exemplo, a Sudam e o Basa<sup>15</sup>, que o Estado cria as condições favoráveis para definitivamente garantir a sua reprodução, sob a égide de um discurso desenvolvimentista, centrado na ideia do progresso econômico.

Assim, a criação do gado dispõe de uma grande publicidade e, paulatinamente, esta atividade produtiva vai sendo implementada na região sudeste paraense. Isso ocorre na mesma proporção em que o modo de vida do camponês e indígena é destruído, e ideologicamente, representado como atrasado e economicamente inviável ao país. Não gratuitamente ocorrem vários embates no âmbito do próprio Estado – nesse caso, entre o INCRA e a Sudam – quanto aos rumos de uma política desenvolvimentista a ser direcionada para a Amazônia. Evidentemente que nesse aparente conflito institucional prevaleceu a opção pelo agronegócio. Aqui, como em outras decisões tomadas no âmbito da Sudam, houve uma forte influência da AEA.

---

<sup>14</sup> Dentre os principais planos de desenvolvimento pensados para a região poder-se-ia citar o Plano de Integração Nacional (PIN), de junho de 1970; I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974) e II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)

<sup>15</sup> Banco da Amazônia S.A

Ainda na década de 1960, com a intensificação da agropecuária, houve um significativo avanço na quantidade de projetos neste campo. De acordo com Hall (1991, p. 27), de quatro projetos aprovados pela Sudam, em 1966, o número aumentou extraordinariamente para a quantia de 162 projetos, em 1969. Vale lembrar que nesse período houve um número significativo de aprovações de projetos agropecuários pela referida instituição.

No sul do Pará, segundo Pereira (2005), instalaram-se dois tipos diferentes de empreendimentos agropecuários com financiamentos da Sudam. Tal realidade não é muito diferente da vivenciada pelo sudeste paraense. Segundo o autor, os empreendimentos agropecuários do primeiro tipo eram aqueles compostos por empresas da área financeira, industrial, de construção e madeireira. O segundo tipo de empreendimento agropecuário tratava-se daqueles pertencentes às grandes empresas familiares<sup>16</sup>. Segundo Pereira (2005, p. 62, 63), “havia na década de 1980 no sul do Pará 59 projetos agropecuários incentivados pela Sudam, ocupando 4,5 milhões de hectares de terra”.

Paralelamente a essa política de incentivo à criação de gado bovino na Amazônia, ocorreu uma alta concentração fundiária por parte dos grandes grupos econômicos do sul do país. Essa relação entre os projetos agropecuários e a concentração fundiária na Amazônia pode ser facilmente percebida à medida que observamos o tamanho médio de uma área destinada à criação de gado aprovado pela Sudam: 19.000 ha. Isso resultou na construção de verdadeiros “impérios” agropecuários. A dimensão da concentração do latifúndio na Amazônia pode ser observada no quadro abaixo:

---

<sup>16</sup> De acordo com Pereira (2005; p.63), no sul do Pará, dentre os projetos agropecuários do primeiro tipo estão: Bamerindus, Bradesco, Banco Econômico, Banco Pontual (financeiras); Óleos Pacaembu, Supergasbras, Manah (industriais); Cetenco Engenharia, Encol, Adrade Gutierrez (construção) e Madeireira Agropecuária, Madeireira Araguaia-Magincó e Madeireira União Salobro-Musa (Madeireira). Entre os empreendimentos agropecuários do tipo familiar, o autor destaca as famílias paulistas Lunardeli, Barbosa, Bannach, Quagliato, Avelino, Andrade etc.

**Quadro 01 – Grandes empresas instaladas na Amazônia brasileira no período da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985**

<b>NOME DAS EMPRESAS</b>	<b>TAMANHO DAS ÁREAS (EM HECTARES)</b>
Projeto Jari S.A.	1.500.000
Suiá-Missu	678.000
Georgia Pacific	600.000
Bruynzeel	500.000
Robim Mac Glolm	400.000
Toyamka	300.000
Volkswagen	140.000

Fonte: PICOLI (2006)

Essa grande concentração de terra nas mãos de um pequeno grupo, sendo alguns deles formados basicamente por empresas transnacionais, contrasta com o tamanho do lote do colono da Transamazônica, que não ultrapassava 100 ha. Além disso, essa permissão do governo à exploração da região por empresas particulares representou o início de uma economia predatória, marcada pela pressão e, conseqüentemente, pela devastação dos recursos naturais e dizimação do modo de vida das populações tradicionais que viviam na região, como por exemplo, os índios e ribeirinhos. Conforme afirma Hall (1991), além da terra, houve também uma concentração de recursos econômicos num número cada vez menor de pessoas ou grupos econômicos.

Assim, de modo geral, poderíamos afirmar que a integração econômica da Amazônia ao restante do país garantiu a exploração de seus recursos naturais pelos grandes grupos econômicos nacionais e até mesmo internacionais e, invariavelmente, colocou a região dentro da lógica econômica da modernidade de subjugação da natureza. Nessa relação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, o primeiro aspecto recebeu maior atenção do Estado.

É em oposição à postura radical do Estado e dos grandes grupos econômicos que desde a década de 1960 vem explorando de forma exaustiva os recursos naturais na Amazônia, que atualmente o grande capital tem buscado diferentes estratégias no sentido de se legitimar frente à sociedade civil. Essa prática está pautada num discurso de modernização ecológica, segundo o qual é possível compatibilizar desenvolvimento

econômico e proteção ambiental<sup>17</sup>. Um caso específico que nos ajuda a perceber essa estratégia do grande capital de legitimar a sua prática econômica enquanto sustentável e socialmente responsável é a certificação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental referente ao uso do trabalho escravo na cadeia produtiva do aço, isto é, as siderúrgicas só compram carvão vegetal daquelas carvoarias que não possuem exploração de mão-de-obra análoga a escravidão (CARNEIRO, 2008). Tal preocupação se dá face às constantes críticas da sociedade civil, particularmente de movimentos sociais e ONGs.

Ainda em relação à terra na Amazônia, nas décadas de 1960 e 1970, Costa (2000) chama a atenção para um aspecto fundamental do capitalismo, expresso na política de concentração fundiária: a sua equivalência em relação ao capital (dinheiro). Segundo ele afirma, “para cada unidade monetária aplicada em terras, seria possível obter três na forma de incentivos fiscais”. O autor apresenta-nos a seguinte fórmula de funcionamento e constituição do latifúndio: quanto maior o lote conseguido/pretendido, maiores também poderiam ser os recursos obtidos através destes. Assim, a lógica era a conquista de um número maior de terra para que com isso se pudesse desfrutar, numa maior proporção, dos benefícios/incentivos fiscais do Estado.

No intuito de ampliar suas terras, os proprietários rurais lançam mão dos mais diversos artifícios que vão desde a grilagem de terra ao uso de força física (pistoleiros) para expulsarem os camponeses que porventura estivessem numa determinada área pretendida pelos grandes proprietários. Esse processo, comumente, resultava em conflitos e mortes de trabalhadores rurais.

Apesar de todo o esforço empreendido pelo Estado no sentido de consolidar a grande empresa agropecuária na região amazônica, a criação de gado mostrou-se muito aquém do que era esperado. Hall (1991) aponta alguns fatores relevantes para que possamos entender o seu fracasso:

1. A combinação entre a fragilidade do ecossistema amazônico e o uso de práticas predatórias comprometeu a qualidade das pastagens, o que resultou na baixa produtividade do gado.
2. O desvio de dinheiro, por parte dos empresários, para outras atividades econômicas diferente da criação de gado: muitos empresários utilizavam o

---

<sup>17</sup> Essa discussão é feita de forma mais aprofundada em Lenzi (2006).

esquema como estratégia para conseguirem dinheiro mais facilmente, e o empregavam em outras atividades.

3. Às deficiências de ordem técnicas e ecológicas, somava-se a queda do preço da carne no mercado mundial, no final da década de 1970.

Segundo Hall (1991), após a grande empresa agropecuária apresentar indícios de que iria fracassar, o Estado passa a investir num outro setor que a essa altura já demonstrava sinais de uma possível rentabilidade econômica: a mineração. Com isso, inicia-se a implantação do Programa Grande Carajás (PGC). Inaugurado oficialmente em 1980, o PGC representa uma nova fase de reprodução do capital internacional na Amazônia (HALL, 1991). Os seus reflexos no sudeste do Pará vão desde o extermínio de formas de organização sociocultural dos povos tradicionais – como, por exemplo, os índios Gavião afetados pelos trilhos da estrada de ferro – ao repentino inchaço populacional de cidades como Marabá e Parauapebas.

### **1.3 O projeto de colonização dirigido pelo Estado e a ocupação do Sudeste paraense: o caso da Transamazônica**

Se a partir da década de 1970, torna-se evidente a intenção do Estado brasileiro em atender ao interesse do capital na Amazônia através do incentivo à formação da grande empresa agropecuária, anteriormente a esse processo, este mesmo Estado tinha realizado um grande esforço no sentido de trazer uma grande leva de imigrantes, sobretudo do nordeste, para a Amazônia, com o claro objetivo de ocupar e integrar a região.

É possível destacar, de acordo com Hall (1991), pelo menos três grandes objetivos que orientaram esse plano de integração da Amazônia: 1) garantir os interesses geopolíticos e militares do Estado brasileiro frente à ameaça expansionista dos países vizinhos; 2) aliviar o sofrimento dos camponeses do Nordeste; 3) abrir o vasto repositório dos recursos naturais da região.

É nessa época que surgem também algumas medidas decisivas tomadas pelo governo federal para a “ocupação” da Amazônia e da privatização de suas imensas extensões de terras devolutas, surgindo assim, os grandes projetos federais de colonização agrícola (HÉBETTE, 2004). Para Hébette (2004), a colonização amazônica

empreendida pelos militares tinha o objetivo de desarmar o protesto, alienar as tensões sociais supostamente provocadas pela escassez de terra e, assim, enfraquecer a luta de todos os camponeses graças à acomodação de uma minoria.

Vale lembrar que, conforme afirma Costa (2000), nem a Transamazônica e os projetos de colonização a ela associados estavam nos planos dos governos militares. Isso só ocorreu em função das tensões e conflitos sociais que se viviam no campo, mas em outras regiões do país, sobretudo no Nordeste<sup>18</sup>. Essa situação era motivada pela extrema concentração fundiária. No caso do nordeste, tinha um ingrediente a mais: a seca.

A construção da rodovia foi iniciada em 1972, todavia houve uma diferença gritante entre o que era proposto e a sua consecução. Nem de longe os objetivos foram alcançados. Isso, de certa forma, revela a forma como o próprio Estado tratava a questão do colono. A proposta consistia em assentar aproximadamente 100.000 famílias ao longo da rodovia. Além disso, as famílias receberiam, através do INCRA, lotes de 100 ha e os colonos residiriam em vilas projetadas pelo próprio INCRA. Essas vilas dispunham de escolas, postos de saúde, etc. Os colonos também receberiam subsídios técnicos e financeiros para a sua produção.

O governo utilizava de diferentes formas para incentivar a vinda do migrante para a Amazônia. De acordo com Hall (1991, p.34), uma das principais estratégias foi a mídia:

[...] o governo lançou uma maciça campanha pela tevê, radio e imprensa escrita para transformar a imagem popular da Amazônia, de região essencialmente hostil para outra cheia de oportunidade para pessoas empreendedoras.

Além desse suporte propagandístico, o governo ainda lançava mão dos aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) para fazer o transporte de várias pessoas interessadas em vir para a região (HALL, 1991). No entanto, havia aqueles que vinham do nordeste do Brasil por conta própria. Muitos vinham em busca de uma “terra prometida”, muitos dos quais mais tarde ocupariam a região sudeste do Pará como posseiro e, futuramente,

---

<sup>18</sup> De acordo com Costa (2000), “para acalantar a imagem do Brasil potência, necessária como elemento ideológico capaz de permitir altos níveis de aceitação do regime, no momento mesmo em que vivia o seu mais duro e sangrento período, planejou-se às pressas a criação do espaço que deveria levar os ‘homens sem terra do nordeste às terras sem homens da Amazônia”.

entrariam em choque com os grandes fazendeiros vindo para a região em função da especulação fundiária.

#### **1.4 A luta pela terra no Pará: da organização sindical ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST**

Conforme mencionamos anteriormente, as políticas econômicas do governo federal, a partir da década de 1970, foram vitais para a consolidação dos projetos agropecuários no sudeste do Pará, cabendo à SUDAM um importante papel. Foram pensados e executados vários planos de desenvolvimento e integração para a região, tendo como principal argumento a necessidade de integrar econômica e socialmente a Amazônia ao sudeste brasileiro, corrigindo assim um atraso histórico ao qual se encontrava a região, isto é, modernizá-la. Segundo Almeida (1993), o que ocorreu na Amazônia, sobretudo a partir da década de 1970, foi um processo de modernização autoritária e conservadora, marcada pela imposição de medidas rígidas de controle social a índios e posseiros no acesso formal à terra.

No que tange à organização formal dos posseiros, nesse período, há também uma significativa diferença a ser destacada: nas regiões em que a colonização oficial penetrou com mais força, direcionada pelo INCRA, a maioria dos STR's<sup>19</sup> criados eram desprovidos de qualquer força política e reivindicatória<sup>20</sup>. Segundo afirma Reynal *et al* (1995, p. 09), “foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, na época, período de ditadura, criou os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais; o que quer dizer que elas já nasceram amordaçados”. Na verdade, muitos deles estavam, inclusive representando interesses dos fazendeiros.

Segundo Reynal *et al* (1995), na região a leste do Tocantins, onde a igreja católica teve um papel importante na formação política dos agricultores, e em que atuação do INCRA foi mais tímida, prevalecendo a ocupação espontânea, a formação dos STR's se dá no bojo das lutas pelas terras, tendo a ação da Igreja Católica Progressista (através da CPT<sup>21</sup> e das CEB's<sup>22</sup>) como um importante ponto de apoio.

---

<sup>19</sup> Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

<sup>20</sup> Esse é o caso por exemplo dos STR's criados ao longo da Transamazônica.

<sup>21</sup> Comissão Pastoral da Terra.

<sup>22</sup> Comunidades Eclesiais de Base.

Ainda conforme nos afirma Reynal et al (1995, p. 09),

Vida política, vida sindical e em parte vida religiosa estiveram então embricadas em medidas e formas diferentes, tanto a leste quanto a oeste do Tocantins, marcadas pela presença de seus líderes, também diferentes no temperamento, na formação, nas convicções e na orientação de grupos de ação. A “luta pela terra” foi durante muito tempo uma força fundamental (grifo dos autores)

Em muitos casos, a atuação de padres de linha progressista da Igreja Católica<sup>23</sup>, foi fundamental na conscientização e formação política de muitos posseiros, muitos dos quais assumiriam mais tarde a presidência dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, retirando-os do controle de lideranças que, supostamente, não representavam os anseios do campesinato. Nesse contexto político e social das décadas de 1970 e 1980, em que os Sindicatos estavam atrelados ao próprio Estado brasileiro, a igreja assume um papel fundamental na mediação dos conflitos agrários na região do Araguaia-Tocantins.

De acordo com Pereira (2008), a Igreja Católica acabou preenchendo uma lacuna deixada pelos STR's quanto à representação dos interesses dos posseiros frente às ações dos proprietários de terra e do próprio Estado. Segundo ele, com o golpe militar de 1964, e o conseguinte esvaziamento político de alguns sindicatos e outras organizações políticas dos camponeses, a igreja, enquanto mediadora externa, passou a exercer a seguinte função: “contribuía para quebrar a dominação local e auxiliava os movimentos camponeses a se contrapor aos atos coercitivos dos aparelhos do Estado e dos proprietários de terra ora exercido por essas organizações” (PEREIRA, 2008, p. 105)

O trabalho pastoral da igreja ocorreu de duas formas distintas: primeiramente, através da formação política e do estreitamento dos laços de solidariedade entre os camponeses, possibilitando, com isso, a união entre eles para que pudessem se organizar e lutar pelos seus direitos, além disso, contribuiu também como um canal de denúncia – em nível nacional e internacional – das atrocidades cometidas pelo Estado e por fazendeiros, contra os posseiros.

Em virtude dessa mediação realizada pela Igreja Católica entre posseiros e Estado, este passa a ter aquela como uma inimiga que precisa ser combatida e não como

---

<sup>23</sup> Como nos mostra Pereira (2008, p. 102), trata-se de “um setor da Igreja católica adepto da teologia da libertação formado por agentes de pastoral, padres, freiras e bispos ‘portadores de uma concepção sobre a relação fé e vida que não era necessariamente compartilhada pela Igreja como um todo’”.

uma interlocutora entre ele e os posseiros (PEREIRA, 2008). Não é à toa que nesse período muitos padres são presos, torturados e interrogados pelo exército sob a alegação de que a igreja estaria incitando os camponeses a se rebelarem contra a ordem política instituída.

Apesar desse papel desempenhado pela Igreja junto aos posseiros, com o início da abertura política, os camponeses aos poucos percebem a necessidade de se manifestar em outros espaços, além da igreja. Chegava o momento de os agricultores caminharem/lutarem de uma forma mais autônoma, através de suas representações de classe, isto é, de forma organizada, por intermédio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Como lembra Hébette (2002, p. 212), os posseiros “queriam se afirmar e ocupar seus espaços na reconstrução da democracia. Queriam ouvir seus protestos não apenas de cima do púlpito da igreja, mas de cima de um palanque”.

É em meio a essa complexidade que marca a dinâmica territorial da região sudeste paraense, que chega outro ator social e político extremamente importante na constituição da luta pela terra no estado brasileiro: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST. No capítulo que segue, vamos nos ater a este movimento social no contexto da luta pela terra no Brasil e, mais especificamente, no sudeste paraense.

## CAPÍTULO II

### O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E LUTA PELA TERRA NO BRASIL

No presente capítulo faremos uma contextualização acerca da formação do MST no Brasil, e o seu processo de territorialização. Num segundo momento, analisaremos a chegada do MST ao Estado do Pará, ainda no final da década de 1980. Inserindo-se num processo de luta pela terra que colocava em lados opostos os posseiros e os grandes proprietários de terra da região, o MST vai aos poucos se notabilizando pelas suas estratégias de luta e resistência frente ao latifúndio na luta pela reforma agrária na região. Destacaremos também as ações do MST ao longo do ano de 1996, mais especificamente as relacionadas ao processo de luta pela desapropriação do Complexo Macaxeira,<sup>24</sup> que em abril daquele ano resultaria na morte de 19 trabalhadores rurais militantes do MST, na rodovia PA 150, no município de Eldorado dos Carajás/PA. Nesse sentido antes de nos ater mais especificamente ao MST, faz-se necessário discutir aqui a compreensão de território que embasa esse trabalho.

Ao falarmos em territorialização e territorialidade ao longo desse trabalho, tomamos como referência a noção de território embasada nos trabalhos de Haesbaert (2007), onde, segundo o autor, “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com o poder”. Segundo Haesbaert (2007, p. 22), não se pode pensar o território (e a territorialidade) numa perspectiva unidimensional, mas entender que “além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito às relações econômicas e culturais”.

Assim, a partir da diferenciação proposta por LeFebvre (1986, apud HAESBAERT, 2001, p. 21) entre dominação e apropriação, Haesbaert (2007) ressalta a necessidade de uma compreensão do território enquanto algo marcadamente diverso e complexo, contrariando assim a perspectiva unifuncional do território proposto e reproduzida pela lógica capitalista hegemônica, donde o Estado nacional (e territorial) moderno se destaca. É a essa perspectiva que o autor contrapõe a noção de território

---

<sup>24</sup> Complexo composto por mais de 15 fazendas, situado nos municípios de Eldorado dos Carajás e Curionópolis, pertencente à família de Plínio Pinheiro.

enquanto espaço-tempo vivido, ou seja, aquele território construído a partir da relação subjetiva (simbólica) do sujeito. É nesse sentido que compreendemos a construção do(s) território(s) a partir das relações sociais de poder.

Nessa perspectiva, assevera Haesbaert (2004, p. 03)

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.

Para o autor, o território pode ser investigado a partir de duas perspectivas: uma mais funcional e outra mais simbólica. Vale lembrar que essa diferenciação não pode operar como tipos ideais (algo puro), posto que, como bem afirma Haesbaert (2007, p. 23), “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder tem no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’”.

É no bojo desse debate que destacamos também as discussões propostas por Fernandes (2008; 2010), quando este reflete acerca da relação de conflito entre o agronegócio e a agricultura familiar no Brasil, ressaltando a constituição de seus territórios. Para Fernandes (2008, p. 32) “a fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais”. Para o autor, “o agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação”. A construção e consolidação do território do agronegócio são incompatíveis com a lógica de organização do território da agricultura familiar camponesa, de modo que, segundo o autor, aquela busca suplantar e deslegitimar esta.

Enquanto o território do agronegócio está baseado na lógica rentista do mercado e busca se expandir por esse meio, o território da agricultura familiar (e nesse caso, falamos especificamente do MST) tem na ocupação de terras a sua principal estratégia de construção. Nesse sentido, como nos afirma Fernandes (2008, p. 32), “as ocupações

de terra ferem profundamente a lógica do mercado e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado a impedir a espacialização dessa prática de luta popular”.

Assim, segundo o autor, “o processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais” (FERNANDES, 2010, p. 163). É nesse processo de expansão da luta pela terra e da conquista dos assentamentos, como estratégias de forçar o Estado a realizar a reforma agrária é que o MST se territorializa e muitas vezes (re)inventa no Brasil, e mais especificamente, no Pará. Dito isto, passemos, portanto, a discussão acerca da formação do MST.

## **2.1 A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST foi fundado oficialmente no ano de 1984, no I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado entre os dias 21 e 24 de janeiro, na cidade de Cascavel, no Paraná, com a participação de 80 representantes de 13 Estados da federação (COMPARATO, 2001). Desde então, o MST tem se expandido e se organizado em todas as regiões do Brasil. Mas, apesar da data oficial de criação do MST, Fernandes (2010) nos chama a atenção para um aspecto importante acerca da atuação deste movimento social muito antes de sua data oficial de criação:

O MST não teve sua criação no 1º Encontro Nacional de Sem-Terra, em janeiro de 1984, mas nas primeiras ocupações de terra organizadas no sul do país em 1979. A partir desse ano, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul houve ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros, arrendatários e outros camponeses que sofriam a expulsão das terras onde trabalhavam (FERNANDES, 2010, p. 165).

A territorialização do MST em todo o país não se deu sem lutas, pressões e resistências desse movimento (FERNANDES, 2010). Ao longo dos anos que se passaram desde sua criação, não foram poucas as pessoas que, militando nesse movimento social, foram assassinadas no campo brasileiro. Um exemplo disso foi o massacre de 19 trabalhadores rurais do MST, no município de Eldorado dos Carajás/PA, no ano de 1999. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é fruto de um longo processo de formação histórica brasileira, marcado, em sua

estrutura, pela grande concentração fundiária, bem como pela existência de um grosso populacional de desassistidos e miseráveis no campo (CALDART, 2001).

Em relação aos efeitos da modernização do campo brasileiro e seus impactos na agricultura brasileira, bem como no modo de vida dos trabalhadores rurais, o surgimento do MST marca também a emergência de novas identidades (MEDEIROS, 2010). Nesse processo de formação de novas identidades estão, além do MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens, dos Seringueiros, Quebradeiras de Coco Babaçu, dentre outros. Todos esses e outros movimentos “criaram novas formas de luta e passaram a expressar novos temas e valores relacionados à crítica aos efeitos da modernização” (MEDEIROS, 2010, p. 127).

Politicamente falando, o “MST surge num contexto de decomposição do regime militar e de crescente mobilização social por abertura política” (FERNANDES, 2010, p.162). Somado a isso, tem-se também a necessidade cada vez mais crescente de uma política nacional de Reforma Agrária. Seu surgimento é caracterizado, portanto, como um novo ciclo de luta no campo, marcado por continuidades e rupturas com as lutas anteriores dos camponeses no Brasil (MEDEIROS, 2010, p. 127).

Observando de forma mais ampla o processo histórico de luta no campo brasileiro, durante todo o período republicano, percebe-se que o MST é um movimento social bastante jovem, mas que, apesar disso, tem se notabilizado e avançado bastante no que diz respeito à luta por uma política de Reforma Agrária no Brasil. Nessa perspectiva, afirma Caldart (2001) que, se observarmos a história da maioria dos movimentos camponeses do Brasil, em sua maioria, extirpados rapidamente pelas forças do estado, o MST tem mostrado a sua força política e resistido.

Desse modo, ao que nos afirma Medeiros (2010, p. 135), ao pensarmos a emergência do MST na década de 1980, “significa considerar a história das lutas passadas, as marcas que deixaram não só nas instituições políticas como também nas formas de organização e de ação dos trabalhadores no campo”.

Dentre as características do MST, Caldart (2001) aponta-nos quatro, são elas: i) a radicalidade do seu jeito de fazer a luta e os sujeitos que ela envolve; ii) a multiplicidade das dimensões em que atua; iii) a combinação de formatos organizativos diversos; iv) a capacidade de universalização de uma bandeira de luta que nasce de um grupo social específico e de seus interesses sociais imediatos. Segundo a autora, em se

tratando da radicalidade do jeito de lutar, o MST consolidou a ocupação de terras como uma de suas principais estratégias de luta pela terra, pressionando o Estado a desapropriar a área ocupada para, com isso, criar o acampamento. As ocupações são feitas por uma grande quantidade de pessoas que, em sua maioria, são recrutados em bairros periféricos de grandes cidades brasileiras, alguns desempregados, outros já expulsos de suas terras por grileiros. Neste sentido, a afirmação de Caldart (2001, p. 208) é bastante esclarecedora:

Quem olha para as ações do MST vê se transformarem em lutadores seres humanos que o capitalismo já imaginava ter excluído definitivamente. Talvez seja essa radicalidade, de luta, do jeito e de quem a faz, o que provoca na sociedade tomada de posição imediata: as pessoas são contra ou a favor das ações do MST; mas de modo geral não costumam ficar indiferentes a elas.

Apesar dessa radicalidade do MST no que diz respeito à luta pela terra, há também que se observar que, como afirma a própria autora, que outras lutas são também travadas pelo MST, e elas são preponderantes para a melhoria de vida e dignidade do povos do campo: luta pela produção, pela educação, saúde, cultura, direitos humanos etc. Há, portanto, uma multiplicidade de dimensões de atuação do MST. Isso está diretamente relacionado à concepção desse movimento social, segundo a qual a luta pela terra não finaliza com a conquista da terra, ou seja, é preciso ainda que o Estado assegure ao trabalhador rural condições de permanência no campo.

É nessa perspectiva que Fernandes (2010, 162) afirma que a luta pela Reforma Agrária é compreendida por duas manifestações políticas principais, quais sejam:

*a ocupação da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso à terra no Brasil e as mobilizações de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado a adotar políticas de crédito, educação e moradia e outros benefícios públicos. (grifo nosso)*

Na esteira dessa compreensão apresentada por Fernandes (2010), Comparato (2001, p. 108) também chama a atenção para o que ele denomina de “duas formas de pressão dos movimentos sociais sobre o governo”: a primeira forma diz respeito aos acampamentos e a resistência dos militantes até a conquista do assentamento; a segunda

forma de pressão está relacionada às pressões exercidas “pelos assentados para ter acesso aos créditos de reforma agrária”.

Essa postura adotada pelo MST, centrada na ocupação de terras como forma de pressionar o Estado brasileiro a implementar uma política de reforma agrária, acaba gerando um grande descontentamento do setor agrário brasileiro ligado ao agronegócio que, segundo Fernandes (2008, p.32), “investe ferozmente em criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado a impedir a espacialização dessa prática de luta popular”.

Apesar de sua defesa incisiva pela Reforma Agrária e da grande repercussão que tem tomado na mídia nacional, e, em alguns casos, internacional, o MST não é o único movimento social do campo que luta pela reforma agrária no Brasil. Há outros, como MAST (Movimentos dos Agricultores Sem Terra), MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), MUST (Movimento Unido dos Sem Terra). (COMPARATO, 2001), só para citar alguns.

Embora não seja o único movimento social que atualmente luta por uma política nacional de reforma agrária, o MST tornou-se, entretanto, um importante ator no cenário político brasileiro, e, de certa forma, tem assumido uma posição estratégica de interlocução com o Estado brasileiro. Portanto, sua força política não pode ser negligenciada, considerando a presença marcante deste movimento em vinte e três dos vinte e seis Estados da federação brasileira (COMPARATO, 2001). Ainda no que tange à relação entre MST e governo, no campo das políticas públicas, Comparato (2001, p. 108) afirma que

A partir do momento em que estabelecem um diálogo, por mais trucado que seja, eles [MST e governo] se reconhecem como adversários, mesmo em campos opostos, e não como inimigos. Com efeito, para ambos seria um erro estratégico pretender eliminar o outro, pois o MST precisa do governo, da mesma forma que o governo não pode ignorar o MST. Os dirigentes do movimento têm plena consciência de que precisam da mediação do governo para atingir os seus objetivos. Apenas o governo pode desapropriar terras, conceder indenizações, garantir crédito aos assentados, estabelecer uma política agrária e executá-la. Em outras palavras, o governo é o único ator que pode conciliar os interesses em jogo e impedir que o conflito entre proprietários de terra e os sem-terra se radicalize. Por outro lado, sem a presença do MST, o número de mortes no campo seria, provavelmente, muito maior. [...] Qualquer ação na qual esteja envolvido o MST adquire mais visibilidade do que outras, nem que seja pelo fato de ser automaticamente considerada um ato de desafio ao governo. Por essa razão é que podemos afirmar que o governo não

pode ignorar o MST, e deve sempre levar em conta a reposta do movimento quando estabelece sua política agrária.

Esse posicionamento político do MST em relação ao Estado brasileiro não se deu somente no campo das políticas públicas, mas também no campo discursivo, sobretudo a partir do momento em que o Partido dos Trabalhadores/PT “se desloca de uma posição de *esquerda* para uma posição de *oposição*”, e nessa perspectiva, o MST assume “esse lugar de *esquerda* deixado pelo PT” (RODRIGUES, 2006, p. 40, grifo do autor). Segundo o autor, “à medida que o Partido dos Trabalhadores – PT não se posicionava mais como liderança dos movimentos populares nos anos 90, deixando assim de centralizar uma pauta de debate de proposições, o MST ia ocupando essa posição singularmente” (RODRIGUES, 2006, p. 39). Ainda no campo discursivo, poderíamos afirmar que o MST, conforme ressalta Miotello (2001), através de suas formulações discursivas, ameaça a hegemonia do discurso neoliberal. Segundo ele, “a construção das atuais hegemonias discursivas é ‘turbulenta’, pois uma revolução silenciosa grita sua exclusão nesse ‘novo mundo’, apontando outra direção possível” (MIOTELLO, 2001, p. 24).

Retornando ainda os pontos apresentados acima por Caldart (2001): além da radicalidade da luta pela terra e dos sujeitos que o MST envolve nesse processo, outra característica marcante na trajetória desse movimento social na luta pela reforma agrária é a multiplicidade das dimensões em que atua, isto é, além da busca pela terra, luta-se também pelo direito à educação, saúde, cultura e produção. Desse modo, vale ressaltar que, como nos afirma Fernandes (2012, p. 499), que além de uma simples distribuição de terra, para que se tenha uma reforma agrária no Brasil, é preciso “um programa de mudanças que inclua a reestruturação de produção das técnicas e das escalas para garantir a soberania alimentar”.

É visando dar conta dessa dimensão de sua atuação na luta pela reforma agrária, que o MST, segundo Caldart (2001), busca combinar diversos formatos organizativos. Segundo a autora, o MST acaba constituindo um tipo de organização social onde se mistura “a versatilidade de um movimento social [...] com um xadrez das relações sociais e organizacionais próprias quase de uma instituição social que se pretende flexível mas duradoura” (CALDART, 2001, p. 209). É essa característica do MST que faz com que qualquer pessoa possa ingressar no movimento social, a qualquer momento, sem que isso comprometa a sua estrutura organizativa.

Por fim, ainda lançando mão das características apontadas por Caldart (2001), o MST tem buscado universalizar a luta pela reforma agrária, bem como educar a sociedade para que reconheça a reforma agrária como uma luta de todos e não somente dos trabalhadores do campo. Ora, os atos públicos que o MST organiza nas cidades parecem configurar-se como uma tentativa de buscar sensibilizar a todos para a questão da reforma agrária enquanto problemática nacional e de todos e não apenas dos povos do campo. Não é sem motivos que os locais das manifestações são estrategicamente escolhidos, como forma de dar visibilidade aos que estão no perímetro urbano das questões agrárias, e, acima de tudo, buscar apoio das populações urbanas. (COMPARATO, 2001)

## **2.2 A territorialização do MST no Brasil**

Passados mais de vinte anos desde a sua gestação e fundação no sul do país, o MST tem demonstrado uma forte capacidade de resistência frente às inúmeras investidas de setores da sociedade civil, ressaltando-se o setor ruralista. Como reação de donos de grandes faixas de terras, não foram poucas as tentativas de criminalização das ações desse movimento social, rotulando seus integrantes de “invasores”, “desordeiros” e “criminosos” que atentam contra o direito à propriedade no campo e à ordem pública. No entanto, é frente a essas tensões que o MST tem buscado construir estratégias de lutas e, principalmente, constituir uma identidade política, marcada pela luta por um campo livre do latifúndio e do monocultivo.

Nessa perspectiva, estudar o processo de formação, consolidação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo o Brasil é, na verdade, um exercício de análise de todo o processo de luta dos trabalhadores no/do campo, desde o fim do Governo Militar aos dias atuais.

Ao analisar a territorialização do MST no Brasil, Fernandes (2010) divide esse processo em quatro momentos distintos, ressaltando a importância da luta e da resistência dos trabalhadores rurais frente ao Estado brasileiro e ao setor econômico da sociedade brasileira atrelado ao agronegócio: gestação (1979-1984); consolidação (1985-1989); institucionalização (1990 aos dias atuais) e a internacionalização. Conforme nos afirma Fernandes (2010, p.162), “o Estado tem tratado a questão agrária só com políticas conjunturais, conforme o poder de mobilização dos movimentos

camponeses. A razão dessa atitude deve-se ao controle político do Estado pelos ruralistas”.

No primeiro momento do processo de territorialização do MST no Brasil, apresentado pelo autor, destaca-se a importância de setor mais progressista da igreja católica, principalmente daqueles que militavam na Comissão Pastoral da Terra (CPT). No sul do país, a CPT deu um apoio fundamental na organização e mobilização dos camponeses. Ajudou também a organizar encontros entre os trabalhadores rurais, buscando com isso conscientizá-los da importância de se organizarem e lutarem contra a situação de expropriação em que viviam no campo. Como afirma Poletto (2010, p. 151), “A CPT teve como primeira frente de serviço a proteção humanitária, a defesa jurídica e o apoio às organizações dos posseiros”.

Na Amazônia, a ação da CPT foi fundamental na formação política dos posseiros para a resistência aos grandes latifundiários, contribuindo, inclusive, na formação destes sujeitos e, em outros casos, na liderança da organização de alguns STR's, que por muito tempo estiveram sob o domínio dos denominados “pelegos”, ou seja, lideranças sindicais que estavam a serviço dos grandes proprietários, representando os seus interesses dentro do sindicato. A luta dos posseiros a partir da década de 1970, tendo como principal parceira a CPT, tinha um princípio comum: “a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores” (FERNANDES, 2010, p. 161).

O MST inaugura um novo modo de luta pela terra no Brasil, tendo como suas principais estratégias: a ocupação do latifúndio, dos prédios públicos (como por exemplo, o INCRA, bancos, prefeituras), realização de atos públicos etc. No entanto, esse repertório de ações do MST foi bastante influenciado por diversas organizações e instituições, como por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra/CPT, ligada ao setor progressista da Igreja Católica.

Após a sua criação, em 1984, o MST passa por uma fase de consolidação. É durante esse período que este movimento social se territorializa em todos os estados das regiões Nordeste e Sudeste do país. No ano de 1985, o então Presidente da República, José Sarney, apresenta um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), prometendo assentar aproximadamente 1,4 milhões de famílias. No entanto, no final do seu governo, pouco menos de 6 % desse total previsto haviam sido assentados. O PNRA foi fruto das ações do MST frente ao latifúndio, o que acabou forçando o Estado a colocar a reforma

agrária em sua agenda de ações. Mas, se o PNRA fora fruto das mobilizações dos movimentos sociais no campo, entre eles o MST, a ineficiência desse plano, no que diz respeito à sua proposta inicial, pode ser creditada aos esforços do setor ruralista em impedir que o projeto pudesse atingir o seu intento de assentar quase um milhão e meio de família. (ALMEIDA, 1993; FERNANDES, 2010)

Na fase de sua consolidação, o MST conseguiu alcançar a sua autonomia política. Isso foi fundamental, uma vez que à medida que ia se territorializando em todo o país, buscando apoio e alianças políticas, evitou relações de dependência (FERNANDES, 2010). Ao chegar ao sul do Pará, no final da década de 1980, o MST encontrou um grupo de posseiros que, organizados nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/STR's e apoiados pela CPT, já haviam travado lutas contra os grandes fazendeiros da região. Esses sindicatos deram um importante apoio ao MST, contribuindo, assim, para a sua consolidação em território paraense.

Passada a fase da consolidação, o MST entra, segundo Fernandes (2010), na fase da institucionalização, tendo com um dos seus principais desafios o diálogo com o Estado. Esse foi um momento emblemático enfrentado pelo MST, sobretudo no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Nessa época, houve um refluxo das ações desse movimento social, diminuindo, inclusive, o número de ocupações de terras. Em muitos momentos, as secretarias do MST foram invadidas por policiais e muitos líderes foram presos. A estratégia adotada pelo Estado, nesse período, foi a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra.

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998) foi marcado por uma “ampla política de assentamentos rurais na história do Brasil” (FERNANDES, 2010). Assim, segundo Fernandes (2010), o governo acreditava que, assentando as famílias que estavam acampadas, resolveria o problema de terras no Brasil. Mesmo assentando essas famílias, o problema não foi resolvido, pois, embora o número de famílias acampadas tenha aumentado, os assentamentos que foram criados enfrentaram um intenso processo de precarização, por ausência de créditos e investimentos. O segundo mandato de FHC é marcado por uma política de criminalização do MST e de desmoralização pública de seus principais líderes.

Foi durante o governo de FHC que o Estado brasileiro protagonizou um dos momentos mais sangrentos da história recente da luta pela terra no Brasil: o assassinato

de 19 trabalhadores rurais, no município de Eldorado dos Carajás/PA, em abril de 1996, pela polícia militar do estado do Pará.

No plano jurídico-institucional, o governo de FHC foi responsável pela criação, em 2001, de duas medidas provisórias que versam sobre a política de criação de assentamentos: a primeira medida provisória “proibia o assentamento de famílias que participassem das ocupações de terra”, a outra medida provisória “impedia a vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez, e, por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez” (FERNANDES, 2010, p.171).

Essas medidas provisórias acrescidas da criação de um cadastro nacional de famílias interessadas em conseguir terras tinham como objetivo a desmobilização das ações do MST, evitando assim as ocupações do latifúndio.

Frente ao que fora exposto, afirmamos que a territorialização do MST no Brasil se deu de modo bastante conflituoso na sua relação com o Estado e com outros setores da sociedade civil (como por exemplo, os grandes fazendeiros), marcada por diferentes etapas, como menciona Fernandes (2010). Nesse processo foi fundamental a sua capacidade de (re)invenção.

### **2.3 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pará**

Embora a chegada do MST em território paraense tenha ocorrido no final da década de 1980, exatamente no sul do Estado, a primeira ocupação aconteceu somente em janeiro de 1990. Na ocasião, noventa e cinco famílias ocuparam uma área na Fazenda Ingá, no município de Conceição do Araguaia. No mesmo ano, cerca de quarenta e cinco famílias ocuparam a fazenda Canarana, no mesmo município. Segundo Assis (2007), alguns fatores poderiam ter motivado a escolha dessa região para as primeiras ações do movimento: i) a proximidade dos dirigentes sindicais de Conceição do Araguaia com o MST; ii) a relação dos posseiros e dirigentes sindicais com a CPT<sup>25</sup>, além da iii) grande concentração de latifúndio na região.

Com o passar do tempo surgiram divergências entre o MST e o STR de Conceição do Araguaia, o que, somado a fatores como a baixa repercussão das ações do movimento na região, levou o MST a repensar a sua estratégia de inserção no Estado

---

<sup>25</sup> Comissão Pastoral da Terra. Órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criado em junho de 1975, que atua junto aos trabalhadores rurais, denunciando a violência no campo, e criticando o governo com sua política de garantia dos interesses do capital.

(ASSIS, 2007). Com isso, a Secretaria Estadual do MST migra para Marabá, cidade pólo do sul e sudeste do Pará. Para Assis (2007), essa transferência foi extremamente importante para a visibilidade das ações do MST, uma vez que

Marabá era sede de dois jornais de circulação regional, *Correio do Tocantins* e o *Opinião*, vários canais de televisão associados a grandes grupos como a Rede Globo e o SBT e vários correspondentes de jornais importantes como o do grupo O Liberal e o Jornal do Brasil (JB) atuavam de forma permanente. As ações locais do MST passaram a ser pauta constante das diferentes mídias, principalmente após a prisão de seus militantes no começo da década de 90. Além disso, a projeção nacional do MST nos grandes meios de comunicação tornava-o localmente o foco das atenções” (ASSIS, 2007, p. 126)

A partir daí o movimento assume um importante papel no sentido de contribuir com o processo de territorialização do campesinato na região sudeste paraense, a partir da luta pela terra, sobretudo por meio das ocupações do latifúndio. Um dos mais significativos traços do MST, conforme já mencionamos anteriormente, é a concepção de que a demanda por terra não se esgota no acesso ao lote, vai mais além: aliada à ocupação de terras está a exigência de políticas públicas que facilitem a vida do agricultor no lote (MEDEIROS, 2002).

Como forma de responder às constantes pressões endereçadas ao Estado por parte dos latifundiários, em função do aumento das ocupações de terras na região, pelo MST, o governo do Estado do Pará criou em agosto de 1995, a Delegacia de Conflitos Fundiários. A criação desse órgão, como afirma Almeida (2006), foi uma forma de garantir o monitoramento e a repressão de forma mais sistemática às ações do movimento.

Aqui, vale a pena diferenciarmos as estratégias (o repertório de ação) dos posseiros e do MST na luta pela terra. Para esse exercício, utilizaremos um quadro construído por Michelotti (2009), tendo em vista a possibilidade de melhor visualizarmos a diferenciação destas estratégias entre posseiros e MST:

**Quadro 02 – Comparação das Características da luta dos posseiros e dos sem-terra.**

	<b>Posseiros</b>	<b>Sem Terra</b>
<b>Ocupação</b>	“Espontânea”	“Planejada”
<b>Movimento</b>	Isolado	Sócio-Territorial
<b>Local</b>	Escondido (mata)	Visível (beira de estrada e prédios públicos)
<b>Organização inicial</b>	Lotes	Acampamento
<b>Participantes</b>	Homens	Família
<b>Objetivo concreto</b>	Conquista do lote	Conquista do assentamento
<b>Perspectiva</b>	Conquista do lote	Reforma agrária
<b>Enfrentamento</b>	“Proprietário”	Estado

Fonte: MICHELOTTI, 2009.

Conforme o quadro acima, é possível percebermos a dimensão do que a luta pela terra representa para o MST, indo para além de um objetivo mais imediato (a conquista do lote), rumo a uma conquista bem mais ampla que é a consecução de uma política nacional de Reforma Agrária. Essa percepção invariavelmente modificou a estratégia de ação do MST frente ao Estado que, aliás, passa a ser ressignificado. O Estado brasileiro deixa de ser a “besta fera”<sup>26</sup>, tal como era visto pelos posseiros no período da ditadura militar, e assume agora outra imagem: um espaço de interlocução e de disputa que precisa ser constantemente tensionado pelos camponeses.

O MST também tem o seu adversário bastante definido (o Estado), o que o força a adotar uma postura política diferente daquela adotada pelos posseiros no âmbito da ditadura militar, em que a luta se dava diretamente contra o fazendeiro e seus jagunços (pistoleiros). Possivelmente, esse seja um dos fatores que explicam o fato de os posseiros realizarem a sua resistência escondidos no meio da mata. Vale lembrar que a resistência realizada no meio da mata forçou os posseiros a criarem as suas próprias

<sup>26</sup> Segundo Velho (1979), a denominação “besta fera” era bastante utilizada pelos camponeses da fronteira amazônica (mais especificamente em Marabá/PA), na década de 1970, para se referirem ao Estado, aos grandes proprietários ou qualquer outra situação que pudesse colocar em risco a sua liberdade, que pudesse leva-los de volta ao tempo do cativo. Segundo este autor, “um sinal de que este tempo estaria se aproximando é visto nas tentativas dos grandes proprietários de tomar a sua terra” (VELHO, 1979, p. 237)

estratégias de resistência. Pereira (2004), ao analisar o processo de resistência dos posseiros na ocupação da Fazenda Bela Vista, em Conceição do Araguaia, aponta algumas dessas estratégias: a construção de trincheiras e de roças coletivas. Segundo Pereira (2004) essas estratégias possibilitavam não só a defesa dos ataques dos pistoleiros e da PM, mas também atacá-los, caso fosse necessário.

Apesar disso, ao longo da década de 1980 foram registrados vários casos de violência contra trabalhadores rurais. Não é à toa que a década de 1980 é considerada, segundo Almeida (2006), como o período mais violento no campo paraense, marcado por várias chacinas<sup>27</sup> e assassinatos de lideranças dos trabalhadores.

Diferentemente dos posseiros, conforme mostra o quadro acima, as ações do MST eram (e ainda são) realizadas em espaços públicos abertos (ruas, praças) e prédios públicos. Aliás, um elemento muito forte na estratégia do MST é a ocupação não só das propriedades rurais, mas dos prédios públicos. Isso ocorre em virtude dessa nova percepção que se tem do Estado. Além da ocupação de prédios, como o INCRA e Bancos, o MST realiza também atos públicos, buscando a conscientização e sensibilização da sociedade em geral para a urgência de uma política nacional de reforma agrária. Aqui estão inseridas, por exemplo, as comemorações da Semana Camponesa realizada anualmente no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, na curva do “s”, em memória aos 19 militantes do MST assassinados pela política militar do Pará, em abril de 1996.

Conforme quadro acima, percebe-se como se diferenciava a ocupação realizada pelos posseiros daquela realizada pelo MST. A primeira ocupação - realizada pelos posseiros - ocorria de forma “espontânea”, enquanto que para o MST esse processo era sistematicamente planejado. Esse planejamento ocorre desde o trabalho de base até a forma como são estruturados e organizados os acampamentos e assentamentos<sup>28</sup>. Apesar de ser espontânea, a ocupação do latifúndio realizada pelos posseiros não pode ser simplesmente atrelada à ideia de aleatoriedade e/ou desorganização, pois, como ressaltam Pereira e Rothman (2005, p. 66), o termo “espontâneo” quer dizer, no contexto da ação política dos posseiros, que essas ocupações de terras não eram

---

<sup>27</sup>Dentre os vários casos de violência contra os camponeses, poderíamos citar as seguintes chacinas: Chacina Paraúnas, em São Geraldo do Araguaia, ocorrida no dia 10 de junho de 1986 (10 mortos); Chacina Surubim, em Xinguara, em Junho de 1985 (17 mortos); Chacina Ingá, em Conceição do Araguaia, em Maio de 1985(13 mortos).

<sup>28</sup> Acerca da Organicidade do MST e sua importância na forma de luta, ver Gomes (2009)

incentivadas e coordenadas por um partido político, um movimento social ou qualquer instituição civil, religiosa ou do Estado. Desse modo, Pereira (2005, p. 64) descreve como ocorre a ocupação de terra pelos posseiros:

Bastava tão-somente o trabalhador embrenhar-se na mata, limpar um trecho, fazer um rancho, plantar uma roça e demarcar com rústicas picadas a sua posse. Era um mecanismo simples, mas, para a sua consolidação, precisava, na maioria das vezes, enfrentar a força do proprietário rural, quase sempre maior que a sua (PEREIRA, 2005, p. 64).

Percebe-se a simplicidade da ação dos posseiros frente ao latifúndio e, além disso, o quanto a resistência representava um desafio para esses agricultores. É nesse contexto de ocupações realizadas pelos posseiros, conforme mostrado acima, que o Estado é visto sob o signo da “besta fera”, onde, de acordo com Velho (1979), poderia levá-los ao cativeiro, isto é, à escravidão. Para os posseiros, qualquer situação que representasse a perda de autonomia e de muita exploração, era assim identificada<sup>29</sup>.

A resistência empreendida por esses sujeitos contra os fazendeiros - tanto nas terras devolutas, quanto nas grandes fazendas -, ocorria, muitas vezes, de forma isolada. A atuação da CPT foi fundamental na qualificação dessa luta, pois em vários encontros que ela organizava junto aos posseiros de diversas ocupações na região, buscava mostrar que eles não estavam isolados e, acima de tudo, precisariam se organizar para melhor resistir às investidas e ameaças (muitas delas consumadas) dos fazendeiros.

Por sua vez, o MST trava uma luta contra o latifúndio numa perspectiva diferente, saindo às ruas, denunciando os crimes ocorridos no campo. Continuam as ocupações de fazendas, porém o acampamento é estrategicamente montado nas proximidades das estradas e não mais no meio da mata, como faziam os posseiros. Não há como ser indiferente às ações desse movimento social, pois, conforme afirma Caldart (2001), a radicalidade de suas ações provoca a sociedade a uma tomada de posições imediata: ou são contra ou são a favor, jamais indiferentes. Na luta pela Reforma Agrária, e ao nível mais local da concretização dos Projetos de Assentamentos, muitos pontos devem ser levados em consideração, não ficando somente restrita à desapropriação fundiária. Para Michelotti (2009), por exemplo, a criação de Projetos de

---

<sup>29</sup> Cf. Velho (1979)

Assentamentos não pode ser considerada necessariamente reforma agrária, uma vez que esse processo ocorre mais em função, ou quase exclusivamente, das pressões dos movimentos sociais aos diferentes governos. Portanto, trata-se de uma ação reativa do Estado, não configurando uma ação previamente planejada com vistas a uma mudança na estrutura agrária nacional.

A partir do estudo de duas localidades, em dois projetos de assentamentos distintos, Michelotti (2009) mostra como a luta pela reforma agrária não cessa no momento da regularização da terra, mas depende também de outros fatores, definindo inclusive a forma de uso do solo<sup>30</sup>. Desse modo, tanto a diferença com relação ao tamanho dos estabelecimentos e a localização dos assentamentos, como o acesso aos bens e serviços definidos nos termos das políticas públicas de apoio à produção contribuem para entendermos as diferentes formas de uso do solo nos assentamentos do sudeste do Pará, indo desde a produção de culturas anuais (como é o caso das localidades Limão/ Três Voltas, do PA Palmares) à pecuária (prática observado na localidade Maçaranduba, no PAE Praia Alta Piranha) (MICHELOTTI, 2009, p. 260).

Percebe-se como o MST, aos poucos consegue adequar as suas estratégias de luta contra o latifúndio aos novos tempos vividos pelo país. O final da década de 1980 marca a abertura política do país, bem como o início de uma nova conjuntura política para os movimentos sociais do campo. Nesse contexto político, o Estado brasileiro precisava criar mecanismos legais que garantissem a participação popular e, no que tange ao meio rural, acentuavam-se cada vez mais as pressões por uma política nacional de Reforma Agrária, o que resultou, ainda no governo de José Sarney, no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)<sup>31</sup>, sendo destinado prioritariamente a áreas de aguda tensão e conflitos de terra.

Mas se nessa conjuntura, o MST refaz o seu repertório de ação, os grandes proprietários de terras também articulam uma contraofensiva à política de Reforma Agrária, principalmente através da União Democrática Ruralista (UDR). De acordo com Hall (1991), a UDR exerceu uma forte influência dentro da burocracia estatal, fazendo com que o PNRA não lograsse êxito. Os proprietários rurais também cuidaram em

---

<sup>30</sup> Michelotti (2009) faz um estudo comparativo entre a localidade Limão/Três Voltas, no Projeto de Assentamento Palmares, no município de Parauapebas/PA e a localidade Maçaranduba, no Projeto Agroextrativista Praia Alta Piranha, no município de Nova Ipixuna/PA.

<sup>31</sup> Instituído em outubro de 1985, através do Decreto nº 91.766.

montar verdadeiras milícias armadas, como forma de resistir e intimidar as ocupações de terra.

Mas, a principal estratégia do patronato rural paraense, assim como em todo o país, foi a criação de uma nova imagem de si, refazendo suas estratégias de enfrentamento aos movimentos sociais do campo. Aos poucos, ao longo da década de 1990, o termo “latifúndio” começou a dar lugar ao agronegócio e este passa a configurar-se como uma forma ideológica, como afirma Fernandes (2008, p.31), de mudar a imagem da agricultura brasileira, uma vez que na sua história “o latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico”. E contraposição a esta imagem de violência e superexploração, o termo “agronegócio” busca trazer para si ideia de produtividade, racionalização, enfim, modernidade. Indiretamente, essa estratégia dos fazendeiros busca desqualificar e silenciar as ações dos Movimentos Sociais do campo com relação às ocupações de terra, elegendo como nova investida a criminalização dos movimentos sociais, lançando-os ao campo da ilegalidade.

A imprensa entra nesse campo de disputa enquanto um importante meio de construção de uma nova imagem da agricultura nacional, tendo como seu reverso e complemento a construção de uma imagem negativa dos movimentos sociais do campo, em especial o MST.

Obviamente que este amparo e promoção midiática das forças do capital através de uma imagem positiva construída do agronegócio não se faz sem o artifício da suposta imparcialidade, buscando legitimar-se enquanto imparcial; ou seja, colocando-se acima das clivagens e interesses de classes, a imprensa faz da notícia uma estratégia de construção de uma imagem extremamente negativa do MST à custa da promoção de um discurso desenvolvimentista sustentado nas ações do agronegócio.

Assim, em função de seus atos tomarem uma dimensão pública (ocupação de estradas, prédios públicos e fazendas), o MST assume um papel de destaque nos noticiários nacionais e, geralmente, a sua luta pela Reforma Agrária é desqualificada. Assim, se nas décadas de 1980, ocorre uma militarização da questão agrária no Brasil, a década de 1990 e os anos que se seguem, marcam uma criminalização constante dos movimentos sociais.

Por entendermos que a imprensa cumpre um papel relevante na construção de uma imagem negativa do MST é que elegemos esta esfera de produção de discurso como espaço privilegiado de nosso estudo. No capítulo que segue, revisitaremos fundamentos que nos fornecerão as bases teóricas para tratarmos do discurso enquanto uma prática que se dá na relação entre linguagem, sujeito e história para a produção de sentido sobre uma dada realidade social. Mas antes disso, apresentaremos no tópico seguinte algumas questões relacionadas ao ano de 1996, nosso recorte temporal de análise, destacando as ações do MST frente ao latifúndio, firmando-se como importante movimento social de luta contra a concentração fundiária na região sudeste, e o massacre de Eldorado dos Carajás, suas causas e significados.

#### **2.4 O ano de 1996: o MST e o Massacre de Eldorado dos Carajás**

O ano de 1996 é significativo na história da luta pela terra no estado do Pará, isso devido a um fato ocorrido no dia 17 em abril: assassinato de 19 (dezenove) trabalhadores rurais militantes do MST, na então rodovia PA 150, na localidade denominada curva do S, nas proximidades de Eldorado dos Carajás, sudeste do Pará. Naquela ocasião os militantes do MST marchavam da cidade de Curionópolis (no sudeste do Pará) a Belém (capital do estado do Pará) para exigir do governo a desapropriação do complexo de fazendas denominado Macaxeira.

Vale ressaltar, no entanto, que esse não foi o primeiro massacre de trabalhadores rurais ocorridos na região e no Pará em geral. A década de 1980, por exemplo, registrou inúmeros massacres de trabalhadores rurais na região sul e sudeste do Pará<sup>32</sup>, muitos dos quais jamais foram apurados. Contudo a repercussão que esse fato ocorrido em Eldorado dos Carajás tomou na grande mídia nacional e internacional contribuiu na instituição do dia “17 de abril” como uma data marcante na recente história agrária paraense. Inúmeras reportagens de revistas e jornais de circulação nacional (tais como a revista Veja e Folha de São Paulo, por exemplo) noticiavam a truculência com que agiram os policiais militares frente aos manifestantes. Ondetti et al (2010, p. 282) apontam o quanto “a estrutura nacional disciplinada e a capacidade inigualável de relações públicas do MST foram importantes para a maximização do impacto político do incidente”

---

<sup>32</sup> A esse respeito ver II capítulo dessa dissertação.

Hébette (2004) destaca a importância da publicidade que foi dada ao episódio de Eldorado dos Carajás na consolidação do MST como o “único movimento que soube demonstrar que a questão da terra não é apenas uma luta entre latifúndio e terra de trabalho, mas uma luta em prol de uma nova sociedade” (HÉBETTE, 2004, p. 207). Desse modo, esse movimento busca demonstrar que a questão da terra no Brasil não é uma questão de polícia, como por muito tempo foi encarada pelo Estado brasileiro desde os tempos de ditadura militar, mas uma questão de política.

O autor ainda ressalta que

Embora de maneira muito fugaz, essa publicidade deixou patente, pelas manifestações e opiniões e de posições políticas, que as insatisfações e a revolta dos sem-terra convergem com a insatisfação e a revolta de outros segmentos social no país. Macaxeira se tornou, durante algumas semanas, a expressão midiática da pobreza, da humilhação, da revolta comuns dos sem-terra, dos com-terra sem condições de explora-las, dos desempregados, das crianças desaparecidas ou assassinadas, dos doentes sem leito de hospital, dos idosos “eutanasiados”, dos trabalhadores maltratados nos transportes públicos, dos presidiários – e, ao mesmo tempo, do descaso, da arrogância e do cinismo dos dirigentes (HÉBETTE, 2004, p. 208)

Percebe-se o quanto o massacre de Eldorado de Carajás, segundo mostra o autor, foi significativo no sentido de demonstrar a incapacidade do próprio Estado em lidar com certas questões, dentre elas aquelas relacionadas à terra. Esse fato – o assassinato de 19 trabalhadores rurais – evidenciou também qual seria muitas vezes o preço a ser pago pelos trabalhadores rurais na luta pela realização da reforma agrária no Brasil. A nível regional, o massacre de Eldorado dos Carajás também evidenciou a presença do MST no estado do Pará, pois

Com a ocupação da fazenda Macaxeira e, sobretudo, com o abominável massacre de Eldorado do Carajás, em 17 de abril de 1996, a presença e o dinamismo do MST não puderam mais ser ignorados. Milhares de famílias rurais que tentaram sem sucesso obter emprego nas cidades por falta de terra, agora se reportam ao MST, na expectativa de recuperar sua identidade camponesa. (HÉBETTE; MOREIRA, 1997, p. 125)

A partir de abril de 1996 não havia mais como ser indiferente à presença do MST no Pará, especificamente na região sudeste do estado. O fato de muitas de suas ações serem realizadas em espaços públicos, conforme já mencionamos, faz com que

elas sejam bastante noticiadas pela imprensa, e isso conseqüentemente dá mais notoriedade a esse movimento social. A influência do MST no Pará, somada à grande visibilidade de suas ações na mídia nacional, conforme ressaltam Ondetti et al (2010, p. 283), chegou inclusive “a mudar o termo utilizado no estado para se referir às pessoas que lutam pela terra”. Estas já não são mais denominadas de “posseiros”, mas “sem-terra”. Como nos mostra Pereira (2013, p. 231), “os trabalhadores rurais passaram, aos poucos, a ser chamados de *sem terras*, porque as suas estratégias e táticas de luta também mudaram”. Dentre essas transformações, segundo o autor, destaca-se a prática do *acampamento*, enquanto principal estratégia de luta pela terra, pois através dela, os trabalhadores agem “aglutinando homens, mulheres e crianças em frente ou dentro dos imóveis que reivindicavam” (PEREIRA, 2013, p. 231).

Em novembro de 1999, a revista Caros Amigos lançou uma edição especial que versava acerca do julgamento dos acusados de assassinarem 19 trabalhadores rurais. A revista considerou esse julgamento como “o maior julgamento da história do Brasil”, e durante os dias 16 a 19 de agosto daquele ano estiveram em lados opostos do 3º Tribunal do Júri, presidido pelo Juiz Ronaldo Marques do Valle, os 150 policiais militares das tropas de Marabá e Parauapebas acusados de lesão corporal e homicídio qualificado, e do outro lado as 88 vítimas (os 19 sem-terra assassinados e 69 feridos).

Além de fazer uma análise do julgamento, a revista traz também uma importante radiografia acerca da situação fundiária do estado do Pará, de modo a situar o massacre de Eldorado dos Carajás numa conjuntura regional de conflitos de terra e concentração fundiária. É nessa perspectiva que Arbex Jr (1999, p. 09), assinante de uma das matérias da revista, ressalta que “a chacina de Eldorado dos Carajás não é um fato isolado. Faz parte de um quadro geral de violação dos direitos humanos no sul e sudeste do Pará, que envolve até escravidão”. Dentre as diversas pessoas entrevistadas, destacam-se alguns personagens que tem se notabilizado na região graças a luta contra a concentração fundiária, a violência e a impunidade no campo, dentre estas estão José Batista (coordenador da CPT de Marabá,) e o Frei francês da ordem dominicana Henri B. des Roziers (advogado e membro da CPT de Xinguara). A revista traz também uma reportagem com a professora Maria Célia Nunes Coelho, do Núcleo de Autos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

Para José Batista, em entrevista à revista Caros Amigos, ao destacar o modo como a polícia militar do estado do Pará agiu na curva do S, “o que aconteceu no massacre é o reflexo de um comportamento que a Polícia Militar sempre usou e há décadas usa na região”<sup>33</sup>. Ainda segundo o então Coordenador da CPT de Marabá, como as crescentes ocupações de terra na região, os grandes proprietários se organizam e se armam, buscando com uso da força (da arma) reprimir as ações dos movimentos sociais. Segundo frei Henri B. des Roziers, é justamente a sensação de impunidade que tem incentivado (contribuído) para a violência no campo paraense<sup>34</sup>.

O ano de 1996 foi marcado por uma forte investida do MST frente às grandes propriedades na região sudeste do Pará. Na verdade, a primeira metade na década de 1990 o movimento buscava se firmar na região. Dentre as propriedades que o MST exigia a desapropriação para fins de reforma agrária estava o complexo de fazendas Macaxeiras. Desde 1995, como nos informa Almeida (2006), durante a cerimônia da criação do Projeto de Assentamento Palmares, antiga fazenda Rio Branco, o MST já reivindicava a vistoria e a desapropriação do Complexo Macaxeira para fins de reforma agrária. No ano de 1996, o MST intensifica o processo de luta por ocupação do Complexo Macaxeira, o que resultou no massacre de 19 trabalhadores rurais militantes do MST, em Eldorado dos Carajás. Foi após esse acontecimento que houve um significativo aumento do número de assentamentos criados<sup>35</sup>, bem como na homologação de terras já ocupadas<sup>36</sup>. Assim, como bem lembra Assis (2007, p. 155)

O desencadeamento de um grande número de ocupações de terras provocou uma reação de setores privados ligados ao meio rural e do governo. Do lado do setor privado, aumentaram os casos de contratação de milícias e pistoleiros para impedir ou expulsar ocupantes de terra. Do lado do governo aumentou a repressão policial às ocupações. Nos dois casos houve um recrudescimento da violência contra ocupantes de terra e lideranças do MST, das entidades de apoio e das entidades sindicais. Os casos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás foram expressão maior dessa violência

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida a Revista Caros Amigos, edição de número 05, de novembro de 1999.

<sup>34</sup> Entrevista concedida a Revista Caros Amigos, edição de número 05, de novembro de 1999.

<sup>35</sup> A esse respeito ver gráfico no primeiro capítulo dessa dissertação acerca da criação dos PA's na região sul e sudeste do Pará, de acordo com os anos.

<sup>36</sup> Segundo Almeida (2009, p. 38), é “a ação reativa do Estado ante o Massacre de Eldorado de Carajás que ativa a criação massiva de PA's na região. No período de 1996 a 1999, são criados 202 PA's, 44,8% do total de 450 PA's”.

Após o massacre foi criada em Marabá, em novembro de 1996, uma Superintendência Regional do INCRA (SR/27), fruto de fortes pressões dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do MST, no sentido de garantir uma maior aproximação entre o órgão fundiário e as necessidades dos trabalhadores rurais da região. Com o passar dos anos, esse órgão seria palco de grandes acampamentos organizados conjuntamente pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) e o MST. O primeiro desses acampamentos foi organizado no ano seguinte à criação do SR/27, em 1997, ocasião em que os trabalhadores rurais exigiam, dentre outras coisas:

denunciar a violência e a impunidade no campo; exigir a definição da Programação Operacional (PO) do INCRA com metas de desapropriações de imóveis ocupados e destinação de recursos para construções de estradas vicinais, instalação de energia elétrica e créditos produtivos para os PAs; a transparência na aplicação dos recursos por parte do INCRA (PEREIRA, 2013. p. 208)

Além disso, era exigida a substituição do então Superintendente, Petrus Emile Abi-Abib, acusado de ligações com políticos contrários a reforma agrária além de proprietários de terra. Além do grande acampamento de 1997, foram realizados mais três acampamentos, nos anos de 1999, 2000 e 2001. Esses acampamentos serviram não só como um instrumento para pressionar o Estado, mas também como um espaço de maior aproximação entre o MST e a FETAGRI.

Em suma, apresentamos aqui uma leitura acerca da formação do MST e de sua territorialização no Brasil, ressaltando os aspectos que dizem respeito à sua inserção no Pará, ainda no final da década de 1980, e sua consolidação enquanto um dos principais movimentos sociais do campo no Estado. Vale ressaltar, conforme já dissermos, que esse processo não foi simples, e portanto, marcado por contradições e conflitos. Feita essa reflexão, partiremos para uma apresentação mais detida do referencial teórico e metodológico que embasa a pesquisa.

### **CAPÍTULO III**

#### **A CONSTITUIÇÃO DE DISCURSOS EM CIRCULAÇÃO: COMPREENDENDO AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DISCURSIVA**

No presente capítulo, apresentamos uma discussão teórica que nos fornece as bases para analisarmos os discursos da mídia marabaense acerca do MST no ano de 1996. Tal discussão se faz necessária, posto que todo discurso é constituído de acordo com determinadas condições de produção. Desse modo, apresentaremos aqui alguns conceitos, tomando como baliza para as nossas discussões as contribuições da Análise de Discurso Francesa (AD), a partir dos escritos de Pêcheux (2009; 2010; 2012), Foucault (1999; 2004; 2007) e de Maingueneau (1997; 2001), além de outros autores que também apresentam contribuições importantes ao nosso estudo. O diálogo com esses autores contribui para essa discussão no sentido de compreender a relação entre o dizer e as formações discursivas e ideológicas nas quais ele se insere.

Dessa forma, as discussões acerca da relação entre a ideologia e o discurso são de suma importância para a reflexão que desenvolveremos, posto que, como afirma Pêcheux (2009), não há discurso sem sujeito, bem como não há sujeito sem ideologia. Vale ressaltar, conforme mostraremos adiante, que a noção de ideologia discutida pela AD, iniciada com Althusser, difere de uma noção de ideologia entendida como falseamento ou inversão da realidade, muito frequentemente presentes em algumas leituras do marxismo.

Conforme já anunciamos na introdução deste trabalho, além da AD francesa, lançaremos mão aqui das discussões de Bakhtin (1997; 2006) e da retomada de seu conceito de dialogismo por Authier-Revuz (2011), particularmente o modo como a autora significa a relação entre o “eu” e o “outro” e discute sua importância no processo de constituição de sentidos nos discursos.

Embora estejamos certos dos diferentes lugares teóricos em que situam a AD e o dialogismo bakhtiniano, para nossos estudos é produtivo articular estas duas vertentes teóricas do discurso. Mobilizando o conceito de dialogismo, Bakhtin (1997) assevera que todo discurso é resultado da interação verbal entre os diferentes sujeitos, em posições axiológicas diferentes. Segundo o autor, enquanto signo ideológico, a palavra é

uma arena onde se desenvolvem as lutas sociais. O(s) sentido(s) dos discursos não se constroem, portanto, a partir da subjetividade individual do sujeito, e, sim, a partir do diálogo com outros discursos, outros sujeitos. A essa noção de dialogismo de Bakhtin, Authier-Revuz acrescenta a noção de sujeito de Lacan, bem como a noção de interdiscurso da AD francesa, e propõe a noção de heterogeneidade enunciativa. Desse modo, conforme veremos mais adiante, a autora formula a crítica à noção cartesiana de sujeito uno e centrado, ou seja, se contrapõe à concepção de sujeito enquanto senhor de seu discurso. Contrariamente a esta noção, a autora propõe a relação entre o sujeito e os *discursos-outros* como elementos constitutivos do sentido, o sujeito dividido, incompleto porque seus discursos são sempre clivados e atravessados pelos *discursos-outros*.

Ao analisarmos nosso *corpus*, no sentido de perscrutarmos como o dizer da imprensa se constitui dentro de um regime de memória, de uma rede discursiva, atentaremos para dois conceitos importantes e que são fundamentais no processo de enunciação, quais sejam: o conceito de *formação discursiva* e o de *interdiscurso*, sendo o primeiro formulado por Foucault (2004) e o segundo pela AD de tendência francesa.

Em nossas análises, verificaremos que o regime de memória (interdiscurso), instaurado nos discursos em circulação nas páginas dos jornais que elegemos para estudos, age no sentido de construir uma identidade acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, muitas vezes lançando as ações deste movimento social ao campo criminalidade. Complementarmente, os discursos desses jornais constroem também representações acerca dos fazendeiros e proprietários rurais com quem o MST entra em embate. Todavia, vale ressaltar de antemão que o discurso/sentido não constrói significado em si mesmo, ele não é absoluto, onipotente, fruto do acaso. O discurso é sempre construído “em relação a”, portanto não é um dado pronto e acabado, mas movido pelo jogo das forças ideológicas que atuam na sociedade. Assim, chegar aos discursos significa compreender como as forças ideológicas de grupos sociais entram em concorrência e em embate sobre o mundo. O discurso não existe em si mesmo, não é autossuficiente. Como bem nos afirma Pêcheux (2010, p. 78, grifo do autor) com relação ao discurso, “[...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção”.

Para Orlandi (2012, p.30), os dizeres não são simplesmente palavras a serem decodificadas; mais que isso, são “efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz [...]”. Portanto, o exercício do analista de discurso, ao tentar analisar esses efeitos de sentido, consiste em saber relacionar esses dizeres com sua exterioridade, isto é, com as suas condições de produção.

Eis, portanto, o percurso teórico que discutiremos mais detalhadamente ao longo desse capítulo, no intuito de perscrutarmos as condições de produção dos discursos midiáticos, bem como o funcionamento destes discursos.

### **3.1 Análise de Discurso Francesa: um rápido passeio pelas suas três fases**

Acerca da AD, poderíamos afirmar que, à luz do que nos afirma Pêcheux (2010), tem o seu percurso dividido em três épocas: a primeira é marcada por uma concepção bastante estrutural de sujeito, estando ele assujeitado a uma certa formação discursiva (FD) que, por sua vez, estaria fechada em si mesma. É a FD que determina o que o sujeito pode (ou não) dizer em determinadas condições, sendo ele constituído no discurso, a partir da interpelação da ideologia.

Já na segunda fase da AD, temos uma compreensão mais flexível da FD. Esta passaria agora a ser vista não mais como um todo estrutural e homogêneo, portanto, fechado. Ao contrário, passa-se a considerar a relação de um discurso com o outro, ou com seu exterior, (isto é, outras formações discursivas) no seu processo de constituição. Um conceito bastante importante para o alargamento da compreensão do funcionamento do discurso, nessa fase, é o de *interdiscurso*. Sua utilização põe em xeque a compreensão de que a FD é dada a priori e que reina soberanamente na constituição do dizer do sujeito.

Nesta fase, mantém-se ainda a concepção de sujeito assujeitado, tal qual a primeira fase da AD, mas, de qualquer forma, o “outro” é agora compreendido como um elemento constitutivo da FD. Muito embora a concepção estrutural da formação discursiva não seja, de todo negada, e nem tampouco a noção de sujeito passe por transformações (ele continua assujeitado a uma FD e uma formação ideológica), poderíamos dizer que estaria nascendo nesta fase as bases para uma futura negação (ou desconstrução) da FD como uma estrutura fechada em si.

É ainda nessa fase que Pêcheux (2010) traz à tona a discussão em torno de como a formação discursiva e a formação ideológica agem na constituição do sujeito e do seu dizer. Assim, o autor afirma que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento: o enunciativo e o ideológico.

A terceira fase da AD traz como elemento principal de suas formulações a noção de heterogeneidade discursiva, isto é, o outro sobre o mesmo. A questão da alteridade é agora considerada nas discussões acerca da formação discursiva. Nessa fase, como lembra Brandão (1998, p. 42): “Pêcheux reconhece uma heterogeneidade que é constitutiva do discurso e que é produzida pelas várias posições assumidas pelo sujeito”. Ao sujeito cabe a função de tornar coerente na ordem do discurso toda essa miríade de vozes e discursos com os quais ele dialoga. Evidentemente que todo esse processo se dá sem que o sujeito tenha o conhecimento de como a voz do “outro” está presente no seu discurso, agindo enquanto condição de sua produção, constituindo, inclusive, a formação discursiva de onde ele fala. A esse respeito, afirma Pêcheux (2010) que é próprio de toda formação discursiva a dissimulação da objetividade material contraditória do interdiscurso.

Cabe, portanto, ao analista do discurso evidenciar esses discursos com os quais o sujeito dialoga no seu ato enunciativo. Com isso, o sujeito passa a ser descentrado. Contrariamente à compreensão de que o sujeito seria a origem daquilo que diz, o analista do discurso precisa evidenciar os “outros” com os quais ele constitutivamente dialoga. Se a AD precisou de mais de meio século para reconhecer a importância da alteridade e, portanto, da relação do “eu” com um o “outro” no processo de constituição de sentidos, o filósofo russo M. Bakhtin alertava para esse aspecto já no início do século XX, ressaltando que todo processo de interação verbal é constituído dialogicamente, ou seja, a partir da relação com o outro. Dialogismo: esse foi o conceito criado pelo autor para analisar esse processo de interação que mais tarde seria apropriado por Authier-Revuz (1990; 2011) em seus trabalhos, sob a noção de heterogeneidade discursiva.

### **3.2 O jogo de formulações imaginárias e os atos de linguagem**

É no sentido de destacar as condições de produção dos discursos que Pêcheux (2010) afirma que em todo processo discursivo há um constante jogo de formulações imaginárias, de modo que os sujeitos, em situações de interações verbais, falam de determinadas posições sociais. Desse modo, o sujeito que enuncia cria uma imagem de

si e do outro de seu discurso a partir de seu lugar e do lugar do outro. Todo discurso parte de um sujeito, e este, ao falar de uma determinada posição social, busca atingir determinado objetivo. Nesse sentido, Pêcheux (2010) propõe o seguinte quadro das formações imaginárias, entendendo que entre os diferentes sujeitos em processo de interação discursiva circulam “efeitos de sentidos” e relações de força:

**Quadro 03 – jogo de formações imaginárias proposto por Pêcheux**

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A (Destinador)	I <sub>A</sub> (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	I <sub>A</sub> (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B(Destinatório)	I <sub>B</sub> (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	I <sub>B</sub> (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: PÊCHEUX (2010, p.83-84)

É mister ressaltar que essas formulações imaginárias de que fala Pêcheux (2010) não são construídas apenas no plano das ideias, sem nenhuma relação com as condições materiais de produção. Ao contrário, as formações imaginárias, afirma Pêcheux (2010, p. 149), dependem “da situação e da posição dos protagonistas do discurso em uma estrutura social dada”. Portanto, nesse jogo de representações imaginárias entre os diferentes interlocutores, as posições de A e B “intervêm a título de condições de produção do discurso” (PÊCHEUX, 2010, p. 82). Assim, o autor critica a concepção monológica da linguagem, ressaltando o primado do(s) outro(s) na constituição do dizer. Ora, “o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio ao qual ele atribui o papel de matéria-prima” (PÊCHEUX, 2010, p. 76).

É dessa forma que, ao discutirmos da perspectiva da análise de discurso francesa, nos posicionamos na contramão da análise de conteúdo, à medida em que buscamos compreender a linguagem num processo onde ela faça “sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas” (MAINGUENEAU, 1997, p. 11-12).

É a partir da reflexão de Pêcheux (2010) que Osakabe (1999), situado nos estudos da argumentação e de retórica, afirma que o discurso se caracteriza pela relação desses papéis socialmente determinados. Assim, o autor ressalta a importância da imagem mutuamente construída entre o destinador e o destinatário. No processo de enunciação, o sujeito A (destinador) o faz a partir de um jogo de antecipação da imagem que o seu destinatário (o sujeito B) faz de seu lugar de fala. Da mesma forma o destinatário dos discursos sempre constrói uma imagem de si a partir de sua posição. Portanto, “todo processo discursivo supunha, por parte do emissor, uma *antecipação das representações do receptor*” (PÊCHEUX, 2010, p. 83, grifo do autor).

Pêcheux (2010) ainda amplia o jogo de formações imaginárias tomando como base o “referente”:

**Quadro 04 – jogo das formações imaginária baseadas no referente**

	<b>Expressão que designa as formações imaginárias</b>	<b>Significação da expressão</b>	<b>Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente</b>
<b>A</b>	<b>I<sub>A</sub> (R)</b>	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
<b>B</b>	<b>I<sub>B</sub> (R)</b>	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: PÊCHEUX (2010, p. 83)

Portanto, pensar o discurso midiático significa discutir o jogo de imagens que estão relacionadas nesse processo, enquanto condições de produção desses discursos. Pode-se, então, a partir do quadro de formulações imaginárias propostas por Pêcheux (2010), conforme vimos acima, pensar o jogo de formulações imaginárias existentes e que condicionam a constituição dos discursos em circulação nos jornais Correio do Tocantins e Opinião, em Marabá, no ano de 1996, orientadas por posições ideológicas destes jornais.

Podemos então, tomando como referência o quadro de formulações imaginária Pêcheux, propor as seguintes questões: Quem é a mídia para falar assim aos seus leitores? Quem são os seus leitores para que a mídia lhes fale assim? Que imagem a mídia espera que os seus leitores construam de si para que ela lhes fale assim? De que a mídia fala aos leitores para que lhes fale assim? A análise destas e outras formulações imaginárias ajuda-nos a depreender mais especificamente o processo de construção dos

discursos dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, posto que os seus discursos são constituídos a partir do que eles imageticamente pensam sobre o seu leitor acerca do que (supostamente) querem e/ou precisam saber, assim como do seu objeto de discurso, que são os temas de que se ocupam cotidianamente. Desse modo, os seus discursos não dependem somente de si, mas do lugar social e ideológico que ocupam na sociedade e, conseqüentemente, da relação que estabelecem com o seu interlocutor (público-leitor) e da imagem que eles (os jornais) esperam que os seus interlocutores (os leitores) construam deles.

### **3.3 Formação Discursiva e Formação Ideológica**

Acerca das condições de produção dos enunciados, Foucault (2008), destaca a importância das formações discursivas. Segundo ele, é preciso observar as regras de formação dos enunciados, pois são elas que seriam as responsáveis pela sua repartição. Nesse sentido, destacam-se alguns elementos dessas regras de formação: objetos, modalidade de enunciação, conceitos e escolhas temáticas, por exemplo.

Todo enunciado é constituído a partir dessas regras de formação. Estas, por sua vez, estariam intrinsecamente ligadas às formações discursivas, sendo definidas a partir dessas. É nesse caso que Foucault nos assevera que

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2004, p. 43)

Assim, como nos mostra Foucault, todo enunciado é produzido a partir de determinadas condições de produção, estando eles (os enunciados) determinados a partir das formações discursivas, sob o risco de não produzir sentido. Portanto, para que determinados enunciados produzam sentidos eles precisam estar inscritos nas formações discursivas, ainda que mantenham relação com outras formações discursivas. Isso implica dizer que os discursos científico-acadêmico, jornalístico, literário etc. só significam (ou seja, constroem significados) por estarem inscritos em determinadas formações discursivas, sendo elas as responsáveis pelo seu acontecimento discursivo, já

que o sujeito não é livre para enunciar o que bem quer, ou melhor, o seu ato enunciativo não está livre das normatizações impostas pela formação discursiva da qual ele deriva.

Foucault (2007) chama a atenção para essa dependência de todo discurso em relação a sua formação discursiva, ressaltando as relações de poder a que estão submetidos os sujeitos no processo de produção de enunciados. Segundo ele, todo discurso está submetido aos procedimentos de ritualização e controle, de modo que o sujeito do discurso não é livre para produzir determinados discursos, mas o faz a partir de vários procedimentos de controle e delimitação. Segundo o autor,

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT. 2007, p. 04)

Foucault (2007) divide os procedimentos de controle aos quais o discurso é submetido em duas ordens: os externos aos discursos (denominados de procedimentos de exclusão) e os internos aos discursos (quando são os discursos que exercem o seu próprio controle). Os procedimentos externos dizem respeito à relação do discurso com o jogo de poder e o desejo, e são assim classificados: *a interdição* (não se pode dizer tudo em qualquer lugar, nem tampouco todas as pessoas tem o direito de dizer, dependendo da ocasião); *a separação/rejeição* (é um procedimento de exclusão do outro, aquele cujo discurso, dependendo da contingência histórica, é ameaçador; esse é o caso do “louco”, por exemplo); *a oposição verdadeiro/falso*, (está relacionada à vontade de verdade, em cujo processo estão impressas nesse processo as relações de poder).

Com relação aos procedimentos internos ao discurso, o autor apresenta um grupo de procedimentos. O primeiro é o *comentário* (diz respeito à relação entre o texto primeiro e o texto segundo). Segundo Foucault (2007) o comentário tem dois papéis: de um lado, ele permite construir novos discursos, de outro, o comentário acaba tendo o papel de dizer aquilo que silenciosamente estava articulado no texto primeiro. Um outro princípio – este, assim como o primeiro, tem um importante papel de rarefação do discurso – é o *princípio da autoria*. O autor não deve ser entendido aqui como um indivíduo, uma pessoa que fala, mas como um princípio de regulação dos discursos onde o que está em jogo é o agrupamento dos discursos. Segundo Foucault (2007, p.28)

o autor é “aquele que dá a inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”.

O último procedimento interno do discurso do qual Foucault (2007) faz menção é o *princípio da disciplina*. Está relacionado ao processo de organização e controle da produção de certos discursos, como por exemplo, o discurso científico. Ele difere do princípio de autoria em virtude da existência de um sistema anônimo como condição de produção de seu discurso (como por exemplo, os métodos científicos), e também do comentário dada a constante necessidade de que sejam sempre produzidos novos enunciados, novas verdades, negando assim as anteriores (é o caso, das descobertas científicas).

No que tange ainda às formações discursivas, vale destacar aqui, juntamente com os escritos de Foucault (1999; 2004; 2007), as discussões de Pêcheux (2009; 2010; 2012), destacando a importância das formações discursivas na constituição dos sentidos dos/nos discursos. Acerca das formações discursivas, afirma Pêcheux: “Chamamos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifo do autor).

Assim, da mesma forma que Foucault, Pêcheux ressalta o fato de que os sentidos das palavras não advêm de si mesmas, mas são constitutivamente formados de acordo com as formações discursivas em que se inserem. Portanto, não existe um sentido único, literal e absoluto, nem tampouco um sentido situado na mente de quem o produz as palavras. Ao contrário, conforme mudam as formações discursivas em que determinadas palavras se inserem, os sentidos também podem mudar.

Pêcheux (2009) destaca ainda que, assim como a formação discursiva exerce um papel crucial na constituição dos sentidos no/pelo sujeito, as formações ideológicas são fundamentais nesse processo, haja vista que não há discurso sem sujeito, e este, por sua vez, não existe sem a ideologia (PÊCHEUX, 2009). Tomando os trabalhos de Althusser acerca da ideologia como ponto de partida para a sua análise, Pêcheux (2009) ressalta a importância da ideologia no processo de constituição do indivíduo em sujeito. Como ele bem lembra, “[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifo do autor). Obviamente que na terceira fase da AD, como já referimos acima, a tese do

assujeitamento pela ideologia é relativizada com a noção de heterogeneidade discursiva e com a aceitação da atuação do sujeito no interior das estruturas<sup>37</sup>.

Vale destacar aqui a perspectiva apresentada por Maingueneau (1997) acerca da formação discursiva. Segundo ele, não se pode compreender a formação discursiva como um todo homogêneo, fechada em si mesma, mas como construção que se dá a partir da heterogeneidade. Dizia ele:

De fato, uma formação discursiva não deve ser concebida como um bloco compacto que se oporia a outros (o discurso comunista contra o discurso democrata-cristão, por exemplo), mas como uma realidade “heterogênea por si mesma” (MAINGUENEAU, 1997, p. 112)

O autor ainda continua; desta vez, destacando a relação entre a FD e a memória discursiva. Afirma ele: “[...] a toda formação discursiva é associada uma memória discursiva, constituída de formulações que repelem, recusam e transformam outras formulações”.

Ainda acerca da discussão sobre a formação, urgem as seguintes questões: como age a ideologia na constituição dos sentidos? Seria o sujeito um refém de seu discurso? Eis portanto algumas questões sobre as quais gostaríamos de lançar luz a partir dos trabalhos de Pêcheux (2009), sobretudo no que diz respeito a sua compreensão de formação ideológica.

É mister lembrar que a noção de ideologia sob a qual se ancora a Análise de Discurso Francesa (AD), a despeito da marcada influência do materialismo histórico, é ressignificada, de modo que acaba por colocar em xeque o tradicional binômio infraestrutura/superestrutura, onde a segunda (cultura, valores, ideias) seria um reflexo da base econômica da sociedade (infraestrutura). Essa compreensão acaba colocando a ideologia no campo das ideias, da subjetividade, de tal forma que a sua relação com a base material seria de puro reflexo desta.

Assim, tomando por base os escritos de Althusser (nesse caso, as leituras desse autor acerca do marxismo), Pêcheux (2009) busca explicar o que ele chama de fundamentos de uma teoria materialista do discurso, contrapondo-se à teoria idealista da

---

<sup>37</sup> Observa Gregolin (2006, p. 45-46) que “A partir de 1978, Pêcheux inicia um período de autocritica que irá deslocá-lo teórica e politicamente, das posições dogmáticas da “primeira época”. Essas retificações atingem pontos centrais das posições teóricas e política s[...]. A discussão da articulação entre discurso e história torna-se proeminente, trazendo com ela uma ampla reformulação que integra a noção bakhtiniana de *heterogeneidade* [...] (grifos da autora)

linguagem. Para ele, “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas” (p. 130). Assim, continua o autor, ao discutir alguns aspectos da teoria das ideologias sugere que esta “não se reproduz sob a forma geral de um *Zeitgeist* (isto é, o espírito do tempo, a ‘mentalidade’ da época, os ‘costumes do pensamento’ etc.) que se imporia de maneira igual e homogênea à ‘sociedade’”. (PÊCHEUX, 2009, p. 130, grifo do autor)

Para Pêcheux (2009, p. 134), a ideologia é dotada de uma materialidade histórica, sendo “caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo com o dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada”.

Nesse todo tão complexo, qual seria a função da ideologia? Segundo Pêcheux (2009, p. 139), a ideologia, da mesma forma que o inconsciente freudiano, age no sentido de “dissimular sua própria existência no interior do seu funcionamento, produzindo um efeito de evidências ‘subjetivas’”. Esse agir está relacionado à constituição do sujeito do discurso e, evidentemente, do próprio discurso. Essa compreensão de ideologia apresentada pelo autor difere daquela defendida pelos marxistas clássicos para quem a ideologia representa uma espécie de ocultação da realidade pela classe dominante em relação à classe dominada. A AD considera esta um tipo de ideologia que compõe a ideologia geral.

Na AD, a ideologia não é uma espécie de cortina subjetiva que envolve a realidade material concreta, papel do cientista social (ou do linguista) seria o de evidenciar ou desmascarar essa opressão ideológica. Da mesma forma, a ideologia não pode ser entendida como um pano de fundo que condicionaria as ações dos sujeitos. Conforme já afirmamos acima, a ideologia constitui o sujeito. Este se constitui no seu ato de dizer, no seu discurso. A ideologia, desta perspectiva, opera no processo de interpretações da realidade, mediada pela linguagem em que as marcas dessa atividade de interpretação são apagadas. Esse movimento produz a ilusão de evidência e transparência da língua, como se o dito já estivesse lá. Por este modo de funcionamento da ideologia, constrói-se uma equivalência entre o dizer (as palavras) e a realidade concreta (as coisas).

De acordo com Orlandi (2012, p. 48)

“[...] a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido [...] e a impressão do sujeito ser a origem do que diz”.

É, pois, a partir dessa evidência construída ideologicamente que o sujeito do discurso acredita ser ele “único, insubstituível e idêntico a si mesmo” (PÊCHEUX, 2009, p. 141). O sujeito acredita ser o que ele é e jamais poderia ser de outro modo. Com relação aos sentidos, essa transparência (construída pela evidência) não é diferente. Aliás, sujeito e discurso são resultados de um mesmo processo: a interpelação do indivíduo em sujeito. Portanto,

É a ideologia que fornece [...] as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamamos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2009, p. 146, grifo do autor)

Assim, o autor está chamando a atenção aqui para o fato de que, conforme já dissemos anteriormente, os sentidos de uma palavra (ou enunciado) não existem em si mesmos, mas são determinados pelas posições ideológicas compreendidas dentro de um processo sócio-histórico. Quando o sujeito fala, ele o faz a partir de sua posição ideológica, de modo que, conforme essa posição ideológica muda, os sentidos também podem ser alterados.

As palavras, enquanto signos são, de fato, a exemplo do que nos fala Bakhtin (2006), uma arena de luta de classes. Como afirma o autor, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” e a realidade de toda palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. Ora, a palavra não é um signo neutro e enquanto tal tem a gênese de seu significado na realidade social que lhe é exterior.

Ainda no que tange às formações ideológicas, e à constituição da evidência, pela interpelação do indivíduo em sujeito, há ainda que se destacar o papel do *interdiscurso* nesse complexo, posto que ele age nessas formações a partir de dois efeitos: o *pré-construído* e a *articulação*. O pré-construído é, conforme afirma Pêcheux (2009), o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que oferece ao discurso a ideia de universalidade do dizer, é aquilo que é exterior ao dito. São os sentidos postos em circulação com os quais o discurso dialoga, e que a ideologia, ao interpelar o indivíduo,

filia-o a essas redes de sentido. Já a articulação diz respeito ao sujeito em sua relação com o sentido, determinando-o. Ou seja, é o processo de trabalhar do discurso do/no sujeito conforme a sua formação discursiva, inscrevendo assim os sentidos pré-construídos dentro de sua FD.

### **O interdiscurso (memória discursiva)**

Ainda em se tratando de perscrutarmos as condições de produção do discurso, é necessário ressaltar a relação entre o discurso (o dito) com a memória discursiva (o não dito), isto é, com o interdiscurso. Ora, o interdiscurso é aquilo que já fora dito antes do sujeito construir determinados discursos e depositado como memória discursiva. É o interdiscurso que, como nos afirma Orlandi (2012, p. 31) “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Assim, o discurso ao ser construído por determinados sujeitos filia-se a certas redes de sentido, de modo que essa é uma condição fundante para que o mesmo faça sentido.

Conforme afirma Pêcheux (2010, p. 78), “[...] é impossível analisar um discurso como texto, isto é, como uma sequência linguística fechada em si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”

À medida que compreendemos a relação entre o dizer (dito) e um já-dito (memória discursiva) enquanto elementos constitutivos no processo de enunciação, isso implica no destronamento do sujeito, ou seja, desconstrói a compreensão de que o sujeito seria a origem de seu discurso. Ele não é mais senhor de seu dizer. O interdiscurso diz respeito à historicidade do dizer, à inserção do sujeito na história, atravessado pela ideologia.

Assim, o discurso só produz efeitos de sentido por que o sujeito é constituído pela ideologia. Ele está inserido na história. Portanto, apesar de seu querer, o discurso do sujeito não é seu, mas é construído sempre na intersecção com o outro, ou seja, o discurso é constituído sempre “em relação a”. Ainda tratando da memória discursiva, vale destacar aqui que a concepção de memória da AD, como nos lembra Brandão (1998, p. 128) é diferente daquela concebida pela Psicologia ou pela Psicolinguística. Está relacionada, afirma a autora,

[...] à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos: como certos enunciados estão na origem de atos novos, como são retomados ou transformados, qual a força de sua permanência” (BRANDÃO, 1998, p. 115)

O sujeito do discurso só acredita que ele é a origem daquilo que diz devido ao fato de esquecer-se de determinadas formulações discursivas outrora ditas. A saber, existem dois tipos de esquecimentos: o esquecimento enunciativo (esquecimento número dois) e o esquecimento ideológico (esquecimento número um) (ORLANDI, 2012, p. 35). O esquecimento enunciativo é aquele que quando o sujeito constrói determinado discurso o faz acreditando que aquela seria a única forma de fazê-lo, produzindo assim a “impressão da realidade do que pensamos”. É ele que produz a ideia de transparência do dizer, a compreensão de que as palavras equivaleriam às coisas. Ao analista do discurso cabe a função de, ao analisar as filiações parafrásticas do discurso, demonstrar que o que é/foi dito de uma forma pode ser dito de outra, acionando outros efeitos discursivos.

De acordo com Pêcheux (2009, p. 161), no esquecimento enunciativo (esquecimento número 2) o “sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase”. Essa perspectiva de esquecimento está centrada na noção de “sistema pré-consciente-consciente” que Pêcheux retoma da teoria freudiana.

O segundo tipo de esquecimento é o esquecimento ideológico. Esse esquecimento reflete o modo como o sujeito é afetado pela ideologia. É o esquecimento que se dá no inconsciente, operando no sentido de construir a ideia de que o sujeito é a origem daquilo que diz. De acordo com Orlandi (2012, p. 35), “esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significam apenas e exatamente o que queremos”. Para Pêcheux (2009, p. 162), o esquecimento ideológico remete a uma analogia com a concepção de recalque inconsciente freudiana.

Portanto, o esquecimento (tanto o esquecimento número quanto o número dois) são partes constitutivas na construção do discurso. Eles refletem a forma como o sujeito, por estar inserido na história, é afetado pela ideologia. Assim, “os sujeitos ‘esquecem’ que já foi dito – e este esquecimento não é voluntário – para, ao se identificarem com o

que dizem, se constituírem como sujeitos” (ORLANDI, 2012, p. 36). Conforme Pêcheux (2009, p.124-125), o recalque do inconsciente (o esquecimento) e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados ao “processo do significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas de reprodução/ transformação das relações de produção”.

Em se tratando de compreender o processo de funcionamento da linguagem, existem dois processos em que sujeito e sentido se significam: são eles a *paráfrase* e a *polissemia*. A paráfrase está relacionada à estabilização, ou seja, ao retorno ao mesmo na construção do dizer, enquanto a polissemia diz respeito à movimentação dos sentidos e dos sujeitos no processo de significação. Em todo processo discursivo, enquanto produção de sentido, ocorre, parafrasticamente, uma repetição, uma atualização do dizível, ou seja, daquilo que já fora dito e esquecido pelo sujeito. Mas não se pode esquecer que o discurso não é um todo fechado, e dessa forma, a irrupção de novos sentidos no espaço do dizível não pode ser negligenciado.

Assim, posto que o sentido não é dado *a priori*, havendo a possibilidade dele vir a ser outro, o que de fato define os sentidos é a forma como eles são afetados pela história e pela ideologia. Nesse processo de movimentação do sujeito e dos sentidos, onde está em jogo o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia), vale ressaltar, conforme nos afirma Orlandi (2012, p. 37), que “[...] a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo [...]”.

Muito embora os discursos se insiram nas redes de sentidos, através da memória discursiva, para que parafrasticamente construam sentidos, Pêcheux (2012, p. 56) ressalta que “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas fileiras sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço”.

Portanto nesse processo de identificação parafrástica, onde, interdiscursivamente, o sentido daquilo que está sendo dito dialoga com aquilo que falara antes do dizer do sujeito, não se pode afirmar que o sentido se constrói num processo de identificação direto, pois nessa cadeia de sentidos, quase sempre pode acontecer algo novo, isto é, “momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomada de posição”. (PÊCHEUX, 2012, p. 57). Por isso mesmo, a retomada de

discursos em circulação não tem a garantia de sua permanência, pois no processo de retomadas podem haver deslocamentos e inaugurarem sentidos novos.

### **3.4 Do dialogismo ao conceito de heterogeneidade enunciativa em Authier-Revuz**

Nesse item revisitaremos o conceito de dialogismo de Bakhtin (2006), tendo em vista a importância da noção de heterogeneidade para as análises realizadas no presente trabalho. Vale lembrar que essa noção fora de suma importância na terceira fase da AD francesa, conforme assinalamos no item 3.1 deste capítulo.

Ao refletir acerca da relação entre a língua e seu uso num contexto social concreto, Bakhtin (2006) critica as perspectivas do *subjetivismo individualista* – tributário do psiquismo individual – e do *objetivismo abstrato* - inaugurado pela linguística moderna, tendo como seu expoente Ferdinand de Saussure -, ao discutir a questão da língua e seu uso no cotidiano dos sujeitos. Segundo o autor, os defensores do objetivismo abstrato, ao defenderem a existência de um sistema linguístico objetivo externo à experiência concreta, desconsideram a consciência individual dos sujeitos enfatizada pelo subjetivismo individualista.

Por sua vez, os defensores da perspectiva do subjetivismo individualista, segundo Bakhtin (2006), ao refletirem acerca da língua, apoiam-se numa perspectiva monolítica da enunciação, esta compreendida como um ato puramente individual, isto é, uma “expressão da consciência individual, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos, etc.” (BAKHTIN, 2006, p. 113). Desse modo, segundo a perspectiva do subjetivismo individualista, o locutor – aquele que enuncia – seria a origem de seu enunciado, pouco importando o seu contexto imediato. Aqui, aparece como categoria central, o conceito de expressão. Segundo Bakhtin (2006), a expressão, desta perspectiva, é tudo aquilo que se forma no interior do indivíduo (psiquismo) e que, fazendo uso de signos exteriores, exterioriza-se objetivamente para outrem.

Assim, se o objetivismo abstrato, à medida que defende a língua enquanto sistema objetivo de normas imutáveis e incontestáveis, esconsidera a consciência individual, o subjetivismo individualista opera no sentido contrário: supervaloriza a consciência do indivíduo de modo a afirmar que, no processo de enunciação, seria o próprio indivíduo a origem do seu dizer (enunciado). Eis, portanto, um dos desafios apontados pela teoria da enunciação com a qual Bakhtin busca contribuir ao longo de

suas discussões: como pensar a enunciação sem, contudo, resvalar para esses dois extremos?

É dessa forma que Bakhtin (2006) afirma que o processo de enunciação é determinado por condições reais, ou seja, pela situação social mais imediata. Assim, segundo ele

[...] a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa de um mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao interlocutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). (BAKHTIN, 2006, p. 114, grifo do autor)

Ao chamar a atenção para o fato de que a enunciação se dá dialogicamente, ou seja, a partir da interação entre dois indivíduos socialmente organizados (quer seja um interlocutor real ou não), Bakhtin (2006) se posiciona contrário à concepção de língua apontada pelas duas perspectivas apresentadas acima (*objetivismo abstrato e subjetivismo individualista*). Segundo o autor, a enunciação não é fruto de um psiquismo individualista, mas de uma interação verbal entre os indivíduos em situações sociais mais concretas.

Portanto, são a enunciação e os participantes mais imediatos que, segundo Bakhtin (2006), determinam a forma e o estilo do enunciado. Nesse processo dialógico de enunciação, a palavra não pertence plenamente ao locutor, como querem os subjetivistas individualistas, mas é construída a partir da relação com o outro, o interlocutor (auditório social). A palavra é, pois, “um território comum entre o locutor e o interlocutor” (BAKHTIN, 2006, p. 115). O autor ainda continua afirmando que

[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que precede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro* (BAKHTIN, 2006, p. 115, grifo do autor)

Na esteira dessa discussão acerca da relação dialógica no processo de construção enunciativa, cabe aqui destacar as discussões propostas por Authier-Revuz (1990;

2011). Em seus trabalhos, a autora sempre chama atenção para a importância para que na análise de discurso estejamos atenção para aspectos importantes no processo de produção de sentidos, tais como a alteridade, o dialogismo, polifonia, heterogeneidade, entre outros.

Como salienta Bakhtin (1997, p. 291), tendo em vista a interação verbal como um processo dialógico, o locutor

[...] é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores — emanantes dele mesmo ou do outro — aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados.

Aqui o autor chama a atenção para a necessidade de se pensar o papel ativo do “outro” do discurso no processo de interação verbal. Ora, os discursos não são construídos do vazio, do nada, mas construções que dialogam com outros discursos/enunciados produzidos em outros lugares. Desse modo, há que se perceber que o sujeito do discurso não é a origem do seu dizer. Pelo contrário, o seu enunciado se insere dentro de “um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados”.

Em meio a essa cadeia de enunciados produzidos dialogicamente, há uma “alternância de sujeitos falantes”, de modo que “o locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro” (BAKHTIN, 1997, p. 294). Portanto, os enunciados não se bastam, ou seja, não são autossuficientes. Eles necessitam uns dos outros. Ora, para Bakhtin (2006, p. 99), “toda enunciação [...] é uma resposta a alguma coisa e é construída enquanto tal”.

Em suas reflexões, Authier-Revuz (1990; 2011) toma como referência as discussões de Bakhtin acerca do dialogismo, bem como as discussões de J. Lacan – suas leituras acerca da obra de Freud – acerca do sujeito e de sua relação com a linguagem. Assim, ao partir de uma teoria dialógica do discurso e da perspectiva lacaniana, a autora muda o estatuto do sujeito, descentrando-o. Ele não é mais senhor de seu discurso, embora, inconscientemente, o sujeito acredite ter o controle do dizer.

Ao tratar da heterogeneidade enunciativa, chamando a atenção para o fato de que o dizer toma forma a partir de sua relação com o outro dizer, Authier-Revuz (2011) compreende a heterogeneidade enunciativa a partir de dois eixos: o interdiscursivo e o interlocutivo. A primeira, ancorada na perspectivada AD francesa, diz respeito à exterioridade dos discursos, o já-dito. A partir dessa perspectiva, se introduz

[...] a anterioridade em todo dizer do real de uma discursividade que, ao modo de uma exterioridade que age, constitutiva de seu interior, restringindo-o, condicionando-o, alimentando-o ao mesmo tempo em que o envia – ou descentra-o – para fora dele mesmo (AUTHIER-REVUZ, 2011, p. 07, grifo do autor)

O outro eixo, a heterogeneidade interlocutiva, baseado na perspectiva dialógica de Bakhtin, centra-se em duas assertivas: i) não há discurso que não seja endereçado, ou seja, destinado a um determinado interlocutor, e ii) o dizer do um (o sujeito) é determinado pelo pensamento do dizer do outro, o seu interlocutor (AUTHIER-REVUZ, 2011). Portanto, no discurso “do” sujeito articulam-se várias heterogeneidades. Há sempre o outro a quem ele se dirige, bem como o outro do já dito.

A autora ainda traça uma diferença entre a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva, apesar de ambas estarem relacionadas com o reconhecimento do diálogo como o outro na prática enunciativa. Ao tratar da heterogeneidade constitutiva, a autora destaca que

Na afirmação de que, *constitutivamente*, no sujeito e no seu discurso está o *Outro*, reencontram-se as concepções de discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a linguística, esquecer. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29, grifo do autor)

Assim, toda fala é determinada dialogicamente fora do sujeito. No entanto, é em função do agir da ideologia e do esquecimento (inconsciente) que o sujeito acredita ser ele mesmo a origem daquilo que diz. Conforme afirma Martins (2005, p. 37), ao discutir esse conceito, a heterogeneidade constitutiva “é uma presença velada da fala do outro no discurso que se enuncia, criando a ilusão de que o sujeito é a origem do seu enunciado, com raízes no inconsciente”. É nesse momento que ocorre a “ilusão do eu”, e o sujeito acredita ser o centro de seu enunciado.

Diferentemente da heterogeneidade constitutiva, onde o outro está presente sem que o sujeito se dê conta disso, a heterogeneidade mostrada age no sentido de que a presença do outro seja demarcada no discurso do sujeito que enuncia. Existem, nesse caso, algumas marcas que apontam a presença do outro no discurso do sujeito: o uso das aspas, citações, itálicos, alusões, ironias, entre outros. Essas são, como afirma a autora, formas que “inscrevem o outro na sequência do discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25).

Na heterogeneidade mostrada há um “compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e, portanto o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 33), ou seja, o outro é reconhecido no discurso do sujeito, no entanto, ele (sujeito) o denega, buscando a autonomia daquilo que diz.

Ao deixar marcas da presença do outro em seu discurso – com aspas, citações, alusões, ironias, entre outros – o sujeito acredita que é somente na forma da heterogeneidade mostrada que o outro está presente no seu discurso. Desse modo, o sujeito pensa que consegue delimitar o lugar do outro em seu discurso e que, portanto, somente nesse espaço o outro estará presente.

Desta forma, complementarmente à AD, o dialogismo bakhtiniano e a sua retomada por Authier-Revuz, através da noção heterogeneidade discursiva, são formulações que trazem contribuições relevantes ao nosso trabalho de análise.

## CAPÍTULO IV

### OS JORNAIS CORREIO DO TOCANTINS E OPINIÃO: EM DIREÇÃO À CONSTITUIÇÃO DE UM ETHOS

No presente capítulo analisamos o discurso midiático na perspectiva da AD francesa. Além disso, apresentamos os dois jornais que compõem o nosso *corpus* de análise, ressaltando o seu *ethos* discursivo. Por fim, apresentamos um breve estado da arte acerca da relação entre o MST e mídia no Brasil. Busca-se com isso, inserir a pesquisa dentro de um contexto maior de produções acadêmicas acerca dessa temática.

#### 4.1. Breves considerações sobre o discurso midiático

Acerca do discurso midiático, Charaudeau (2006) apresenta-nos questões de suma importância. Segundo ele, o discurso da mídia busca legitimar-se enquanto um discurso de informação, que, num contexto de democracia política, cumpre a função de garantir o direito de informação aos cidadãos, ancorado na prerrogativa de imparcialidade. No entanto, ao garantir a todos o direito à informação, a imprensa não está isenta de interesse de classe e, portanto, se inscreve numa dada posição ideológica. Assim, buscaremos aqui tratar da informação numa perspectiva discursiva, isto é, focando não o conteúdo da enunciação, mas o seu funcionamento e seus efeitos de sentido.

Acerca do ato de informar, Charaudeau (2006) afirma que este envolve dois processos de semiotização, quais sejam: o de transformação e o de transação. O primeiro diz respeito à transformação do mundo através de sua significação. Desse modo, fazem parte desse processo, diz ele, a nominalização “dos seres do mundo”, bem como a sua qualificação, as narrativas das ações (acontecimentos) e a argumentação. Em suma, o processo de transformação consiste, como já dissemos, em significar a realidade concreta, ou melhor, construir essa realidade no discurso. Ora, como lembra o autor, “sempre que tentamos dar conta de uma realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 131)

O processo de transação está relacionado ao efeito que o locutor espera atingir no seu interlocutor, ou seja, no outro. É, pois, conforme Charaudeau (2006, 41), “o tipo de relação que pretende instaurar com esse outro e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes” que produz o ato da linguagem do locutor. Ou seja, o locutor não produz seus discursos sem antes construir algumas hipóteses acerca da identidade do seu interlocutor: sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses, entre outros.

O ato de informar é portanto um ato de transação, uma vez que faz circular entre os interlocutores

“[...] um objeto de saber que, em principio, um possui e outro não, estando um deles encarregado de transmitir e outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento” (CHARAUDEAU, 2006, p. 41)

Esses dois processos, transformação e transação, juntos agem discursivamente no sentido de, ao semiotizarem o mundo, construir efeitos de verdade. Desse modo, o discurso midiático espera não só que o seu locutor possa aderir à sua verdade, mas mobilizá-lo a determinadas ações. A esse respeito, afirma-nos Osakabe (1999, p. 61): “discursos informativos, tais como o jornalístico ou o científico, nem sempre se definem como puramente informativos e quase sempre existem em função de determinada finalidade prática a ser atingida”.

O ato de informar se dá não apenas pela necessidade de transmitir determinadas informações ao leitor, mas, enquanto ato perlocucionário, espera-se uma tomada de posição por parte do leitor acerca daquilo que está sendo noticiado. Nesse momento, o ato de descrever se confunde (ou se mescla) com o ato de prescrever. Ora, ao noticiarem, em suas páginas, as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, os jornais Correio do Tocantins e Opinião, mais que informar ao seu leitor, busca levá-lo a uma tomada de posição com relação a essas ações. É nessa perspectiva que Osakabe (1999) afirma que pensar o processo de construção dos discursos envolve, conforme já afirmamos, não só o jogo das projeções imaginárias de que fala Pêcheux (2010), mas também os atos de linguagem, as ações que se espera daquele a quem o discurso é endereçado.

Assim, tomando como referência os atos de linguagem, construímos a seguinte questão com relação ao discurso dos jornais Correio do Tocantins e Opinião: que postura/ação a mídia espera dos seus leitores ao noticiar (enunciar) as ações do MST na região sudeste paraense? É nessa perspectiva que, para analisarmos os discursos desses jornais não se pode negligenciar as instâncias extradiscursivas, isto é, a relação que se estabelece entre o leitor e o jornais (no nível mais imediato) e o contexto sócio-histórico da região sudeste paraense.

Ainda pensando com relação ao discurso midiático, no que tange ao ato de informar, vale aqui também a observação de Brandão (1998) acerca do discurso propagandístico, que, em certa medida, pode ser aplicado ao discurso jornalístico, pois diz respeito à busca da objetividade do discurso pelo enunciador. Aliás, essa é indubitavelmente uma importante estratégia no sentido de produzir um efeito de verdade no discurso midiático. Segundo a autora, uma importante estratégia discursiva nos atos enunciativos que se pretende objetivo, e conseqüentemente, imparcial são (i) a expressiva presentificação do referente em detrimento do (ii) apagamento do sujeito enunciador. Busca-se, com isso, a transparência do dizer, apagando as marcas de uma possível subjetividade por parte do sujeito enunciador. O locutor e suas opiniões não interfeririam naquilo que estaria sendo anunciando. Conforme afirma Brandão (1998), essa estratégia discursiva constrói uma “ilusão referencial” de tal forma que “o discurso pensa refletir de forma transparente e irrefutável a (e não uma) ordem das coisas e do mundo, e o alocutário é levado a deduzir, concluir segundo essa ordenação e, nela, se inscrever” (BRANDÃO, 1998, p. 57)

Quanto mais o discurso jornalístico é centrado estrategicamente no referencial, eclipsando assim o sujeito enunciador, mais ele acaba construindo uma noção de evidência entre aquilo que é dito e aquilo a que se refere, produzindo um efeito de identificação entre as palavras e as coisas e, produzindo um efeito de verdade, e mais que isso, legitimando-se enquanto objetivo e imparcial, portanto digno de aceitação.

Corado (2009) apresenta pelo menos três diferentes estratégias presentes nos discursos midiáticos: as estratégias de legitimação, de credibilidade e de captação. Estas, segundo a autora, agem no sentido de que os resultados esperados do (e que motivaram o) ato enunciativo possam ser alcançados. A primeira, estratégia de legitimação, “corresponde a um conjunto de atitudes discursivas voltadas a determinar

ao sujeito falante a sua posição de autoridade” (CORADO, 2009, p. 135). A segunda estratégia discursiva, estratégia de credibilidade, “corresponde ao conjunto de medidas discursivas voltadas para assegurar um caráter de verdade àquilo que se diz” (CORADO, 2009, p. 139). A estratégia de captação diz respeito ao processo de sedução do leitor na trama discursiva da imprensa, atraindo-o para o consumo da informação enunciado pela mídia.

Convém ressaltar que o discurso midiático, enquanto instância de produção de sentidos, precisa ser compreendido dentro de uma conjuntura sócio-histórica, uma vez que como nos afirma Cassimiro (2013, p. 15), a imprensa “age como instituição constitutiva de sentidos a partir das suas práticas discursivas [...] que estão profundamente inseridas no campo histórico-social na disputa pela hegemonia na produção de sentidos”. Essa relação entre o discurso midiático e o seu exterior age como uma espécie de filtro na constituição dos sentidos materializados no jornal. Da mesma forma não se pode compreender o discurso midiático sem atentar para a relação que a mídia tem assumido na contemporaneidade como instrumento de legitimação da ordem neoliberal (REIS, 2011). Nesse sentido, a mídia age enquanto representante de uma determinada classe social (a burguesia) dentro do embate de classe que há na sociedade atual (AYOUB, 2006).

#### **4.2 Os Jornais Correio do Tocantins e Opinião: a constituição do ethos discursivo**

Nesse item, discutimos o *ethos* discursivo dos dois jornais que compõem o nosso *corpus* de análise: Correio do Tocantins e Opinião. Vale ressaltar que muito embora o recorte temporal dessa pesquisa compreenda somente o ano de 1996, faz-se necessário traçar aqui, mesmo que brevemente, a trajetória editorial dos dois jornais, buscando apontar a relação dos mesmos com as estruturas políticas e econômicas local e estadual. A intenção aqui não é trazer um relato pormenorizado, e exaustivo de todas as transformações por que passaram os dois jornais ao longo de sua trajetória, mas apontar aquelas que contribuíram para melhor compreensão da problemática proposta neste trabalho, destacando-se aqui, seu *locus* de circulação, sua posição política na cidade, seus vínculos com o poder público, sua forma de manutenção econômica e seu *ethos*.

Antes de partirmos para a apresentação dos dois jornais, é preciso trazer aqui a compreensão de *ethos* que baliza este trabalho. Nessa perspectiva, lançamos mão da

compreensão proposta por Maingueneau (1997) e Soulez (2004). Segundo estes autores, o que é dito e o tom com que é dito são importantes e inseparáveis. Segundo Maingueneau (1997), todo discurso é inseparável daquilo que poderíamos designar muito grosseiramente de uma “voz”, o *ethos*. Este, por sua vez, segundo o autor, é definido a partir da formação discursiva de onde enuncia o sujeito. Portanto, à medida que o sujeito enuncia (nesse caso, os jornais), ele constrói um *ethos* discursivo, uma imagem de si (SOULEZ, 2004). A eficácia do *ethos* está, segundo Maingueneau (1997, p. 45), no fato de que eles “atravessam, carregam o conjunto de enunciação sem jamais explicitarem sua função”.

Ainda segundo Maingueneau (1997, p. 46, 47)

O tom está necessariamente associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O “caráter” corresponde a este conjunto de traços “psicológicos” que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função do seu modo de dizer. Trata-se “de estereótipos que circulam em uma cultura determinada”. Deve-se dizer o mesmo a propósito da “corporalidade”, que remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é a presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato da leitura. [p. 46-47]

É mister destacar ainda que a construção do *ethos* enunciativo não se dá a partir de uma imposição de uma certa imagem de si por parte daquele que enuncia. Se há uma imposição, conforme propõe a AD, esta ocorre por parte da formação discursiva, e não do sujeito enunciador. Portanto, a imagem que o público constrói do sujeito que enuncia não depende da vontade do enunciador, mas de suas filiações ideológicas, de sua posição. Nesse caso, poderíamos afirmar que a imagem que o leitor constrói dos jornais está relacionada ao tom com que o sujeito (o jornal) enuncia. Após esses esclarecimentos acerca do *ethos*, façamos agora uma apresentação dos dois jornais.

### ***O jornal Correio do Tocantins***

Fundado em janeiro de 1983, o jornal Correio do Tocantins é um veículo de comunicação da mídia imprensa com grande circulação na região sul e sudeste do estado do Pará. Suas primeiras edições eram publicadas quinzenalmente e, com o passar dos anos o jornal passou a publicar uma edição por semana. Atualmente, o jornal publica três edições por semana: na terça-feira, quinta-feira e aos sábados. A primeira

publicação colorida do jornal foi somente em abril de 1996, a partir da edição de número 557 do jornal.

Em sua primeira edição, de 15 a 30 de janeiro de 1983, o jornal já anunciava em sua capa qual seria o seu papel em Marabá, denominando-se “um jornal de informações”:

*Estamos aí. Chegamos com a pressa que Marabá reclama e avisamos: viemos para ficar e servir a comunidade. Somos um jornal sem tendência política e partidária. Nosso compromisso é com a informação verdadeira, séria, interessante e imparcial.*

(Correio do Tocantins. Marabá, 15 a 30 de jan. 1985, p. 01)

Mais que apontar o seu objetivo (e como estratégia de alcançá-lo) o jornal estava buscando legitimar-se enquanto espaço democrático, a serviço da informação “verdadeira, séria, interessante e imparcial” e que portanto estaria acima das diferenças de classe, políticas ou partidárias. Seu único papel seria o de informar. Ao longo de suas publicações o jornal busca constantemente essa legitimação do seu dizer. É possível então, ancorados em Foucault (2007), afirmar que o que está em jogo aqui é a vontade de verdade, a prerrogativa de poder falar sobre os mais diversos assuntos e temáticas. Desse modo, o jornal afirma que estaria nascendo sob o signo da liberdade de imprensa, e também disposto a promover o debate sobre assuntos de domínio público.

Ainda nessa edição, o editorial já apontava para os seus leitores as temáticas que os mesmos encontrariam em suas páginas, e além disso, afirmava o seu empenho com o desenvolvimento regional: “Carajás, Serra Pelada, o problema da castanha, a ponte sobre o Tocantins, as enchentes, os conflitos de terras, o desemprego, a violência”. Foram esses temas, dentre outros – segundo afirma o editorial – que motivaram a criação do jornal. De acordo com a edição de número 02, de 31 de janeiro a 15 de fevereiro de 1983, a primeira edição do jornal vendeu cerca de 10 mil exemplares em menos de 4 dias, somente em Marabá foram vendidos mais de 06 mil exemplares. Ou outros foram comercializados em outros municípios da região sul e sudeste do Pará, tais como São João do Araguaia, Rondon, Jacundá, Conceição do Araguaia, entre outros. As edições do jornal eram organizadas em seções, dentre elas: a de Política, Polícia, Esporte, Coluna Social, e a coluna Voz do Povo. Essa estrutura do editorial pouco mudou ao longo dos anos.

No ano de 1996, por exemplo, o jornal era organizado em diferentes seções, sendo elas: a capa (onde são enunciadas as principais reportagens da edição), seguida da seção de Horóscopo, Ronda Política e o repórter Tocantins (informações rápidas acerca da região tratando de questões políticas, social e econômica). Após essa seção, o jornal traz a seção de informes esportivos. Em seguida, são apresentadas as reportagens centrais do editorial. O jornal finaliza o editorial com uma seção denominada “Polícia”, apresentado as principais ações e/ou ocorrências policiais da semana. Muitas das ações realizadas pelo MST apresentadas pelo jornal aparecem nessa seção, o que, de certa forma, já indicia a concepção que esta mídia tem acerca da questão (particularmente desse movimento social) agrária na região: uma questão de polícia e não de política.

A análise dos títulos de algumas reportagens acerca das ações do MST na região é bastante esclarecedora no sentido de demonstrar o *ethos* discursivo do jornal, e a formação discursiva de onde ele enuncia. Elas indiciam inclusive uma tomada de posição do editorial a favor do patronato rural da região com relação à luta pela terra na região. Assim vejamos alguns exemplos, para fundamentar nossa assertiva:

1. “Sem Terra *apelam até* para a greve de fome” (JCT, 1996, n. 570, p. 01, grifo nosso)
2. “Ruralista fazem ato público visando sensibilizar autoridades” (JCT, n. 582, p.01)
3. “Produtores reagem a invasão com ato público” (JCT, n. 581, p. 01)
4. “PM’s foram impiedosos quando atacados com pedras e paus pelos sem-terra” (JCT, n. 561, p.16)

A partir dos fragmentos acima é possível destacar alguns pontos acerca dos *ethos* discursivo do jornal. No primeiro caso, a palavra “apelam” acompanhada do operador argumentativo “até” imprime a força do argumento que compõe o todo argumentativo do discurso do editorial, evidenciando um tom apreciativo e negativo acerca das ações do MST na região. O fragmentos 2 e 3 situam os fazendeiros numa posição de quem sofre as ações dos movimentos sociais e, por isso, ora apelam para as autoridades tomarem providências, ora reagem às ações, com atos públicos. No quarto fragmento, que trata do episódio conhecido como massacre de Eldorado dos Carajás, o editorial, apesar de ressaltar a impiedade dos PM’s, afirmam que essa (re)ação foi uma resposta ao ataque realizado pelos sem-terra. Aqui, a estratégia discursiva do jornal se

dá a partir da presentificação do referente em detrimento do apagamento do sujeito, imprimindo um tom de objetividade (e imparcialidade) ao discurso do jornal. No entanto, a FD de onde enuncia o sujeito (o jornal) age constitutivamente em seu discurso acerca do MST.

### ***O jornal Opinião***

O jornal Opinião foi fundado em junho do ano de 1995. Da mesma forma que o Correio do Tocantins, o jornal Opinião circula por toda a região sul e sudeste do Estado do Pará. À época o seu fundador, João Salame era secretário de Comunicação do então prefeito de Marabá, Haroldo Bezerra (1993 a 1996) (PSDB). Com sua fundação, o jornal substituiu o guia de classificados comerciais denominado “Só Negócios”, de propriedade de João Salame, e editado pela agência Abaeté, em Marabá. Esse classificado foi inserido no editorial do jornal Opinião.

Logo na sua primeira edição, em 07 de junho de 1993, o jornal enunciava os seus objetivos (e o seu papel) e qual seria o seu perfil editorial, buscando se legitimar enquanto espaço democrático, com um discurso imparcial e objetivo:

*O Opinião! surge como na melhor tradição da imprensa crítica, mas responsável. Dando espaço a todas as correntes de opinião da sociedade, sem omitir seu papel na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para cumprir esse objetivo é preciso sobretudo trabalho e humildade. A arrogância, a mentira e a provocação não serão nossos métodos de trabalho*

(Opinião. Marabá, 07 jun.1996, p. 02)

Aqui o jornal alerta ao seu leitor quanto a uma postura democrática que ele adotaria em seus editoriais, respeitando e dando espaço às diferentes correntes de opinião na sociedade. Todavia, apesar dessa postura, afirma o editorial, ele não abriria mão de um posicionamento crítico, justo e centrado na verdade. Assim, à medida que afirma o seu respeito às diferentes opiniões na sociedade, o jornal Opinião busca posicionar-se acima das diferenças de classe, ideologias e opiniões, ressaltando que o seu compromisso é com a verdade.

É a objetividade presente no discurso midiático, como nos assevera Charaudeau (2006), que age enquanto estratégia discursiva a fim de tornar verdadeiro – e portanto crível – os enunciados produzidos pelo discurso jornalístico. Com o jornal Opinião isso não é diferente. No ano de 1996, o jornal era publicado com uma

frequência de uma edição por semana e se organizava do seguinte modo: capa (apresentando as principais matérias do jornal), seguida de uma seção onde são publicados artigos de opinião assinados por juristas, acadêmicos, jornalistas e políticos. Em seguida, aparece a seção denominada “Política”, logo em seguida vem a seção com as informações acerca de Marabá e região sudeste, dentro desta estão os classificados. As duas últimas seções do jornal são as de Esporte e Polícia.

Em 1996, o jornal acompanhou em boa medida o processo em torno da fazenda Macaxeira, desde a ocupação, o massacre dos trabalhadores rurais e os fatos que se seguiram após o massacre (o inquérito policial, a pressão das organizações de defesa dos direitos humanos). O jornalista e diretor do jornal, João Salame, publicou alguns textos de opinião em torno da questão, envolvendo o MST e as ocupações de terra na região. Num desses artigos, ao se referir ao massacre de Eldorado dos Carajás, o jornalista destaca a importância da industrialização da região como uma estratégia de minimizar os conflitos de terra na região, pois segundo ele “enquanto existir um exército de famintos e de desempregados, continuará existindo combustível, dos mais explosivos, para novos Eldorados”<sup>38</sup>.

Ao refletir acerca da situação da fazenda Macaxeira pelo MST, o jornalista destaca que o problema fundiário na região não é uma questão de polícia, mas de política, posto que, segundo ele, é preciso que seja feita uma verdadeira reforma agrária no Brasil. Com isso, o jornalista critica a postura do governo federal, afirmando que o que falta é vontade política por parte do Estado<sup>39</sup>. Pode-se dizer que o jornal Opinião constrói em seus discursos a imagem de jornal sério, “politicamente correto”, na medida em que ao tratar de questões polêmicas como a relação entre MST e Estado ou em relação às ações deste movimento social na região o faz colocando em cena as duas vezes em conflito com se a elas desse o mesmo peso em nível de notícia. Por exemplo, numa seção intitulada “Questão Agrária”, o jornal Opinião traz uma reportagem intitulada “MST ameaça ocupar terras de devedores do Banco do Brasil”<sup>40</sup> em que noticia intenções do MST em ocupar terras na região. No entanto, ao lado desta reportagem que parece ser a notícia central da seção, em menor espaço o jornal traz também duas pequenas reportagens que a esta se somam, trazendo a voz do outro

---

<sup>38</sup> Texto de João Salame Neto, intitulado Qual é a saída?, no jornal Opinião, 04 a 11 maio de 1996, p. 02.

<sup>39</sup> Texto de João Salame Neto intitulado Ocupação da Macaxeira – um caso de polícia?, 08 a 15 de março de 1996, p. 02.

<sup>40</sup> Jornal Opinião. Marabá, 09 a 16 agosto, 1996, p. 05.

implicado na primeira reportagem, num perfeito jogo de suposta neutralidade jornalística: “Gerente diz que inadimplentes renegociaram” e “Processo de desapropriação de Macaxeira é criticado”. Esta forma de apresentar o MST é constante neste jornal e o efeito de sentido produzido é o de “regime de verdades”. No entanto, as análises do capítulo seguinte mostram como o discurso é sujeito a rupturas e deslizamentos capazes de mostrar posições que também se irrompem e falham, mostrando os compromissos ideológicos.

### **4.3 MST e mídia: outras incursões**

Com o intuito de melhor situar o leitor acerca da perspectiva teórica e metodológica em que se insere o presente trabalho, empreendemos uma rápida incursão acerca das diferentes pesquisas sobre a relação entre o MST e a mídia desenvolvidas na academia.

Ressaltamos que a relação entre o MST e o discurso midiático tem ocupado um lugar importante nas pesquisas realizadas na academia. Não são poucos os trabalhos (artigos científicos, dissertações e teses) que se debruçam sob as reportagens de revistas e jornais acerca desse movimento social com o intuito de analisar as representações construídas sobre ele no discurso midiático.

Uma rápida pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações<sup>41</sup> (BDTD) dá-nos uma mostra desse fato. Em pesquisa realizada no banco de dados dessa biblioteca, onde colocamos como item para ser pesquisado a palavras “MST”, foram encontradas exatamente 425 publicações que versam sobre esse movimento social, atendo-se aos mais diversos aspectos, dentre eles podemos destacar as discussões acerca do processo de formação histórica desse movimento social, o MST e as escolas do campo, o MST e a mídia, dentre outros.

Ainda fazendo uso do BDTD, consultei o seu banco de dados tomando como referencial as palavras “MST” e “discurso”, com intuito de reduzir um pouco mais a quantidade de publicações. O resultado da pesquisa foi de 47 publicações. Em outra consulta, desta vez como referência às palavras “MST” e “mídia”, a quantidade de trabalhos já reduziu para 16 publicações. Em suma, as publicações dizem respeito a

---

<sup>41</sup> O BDTD integra os sistemas de informação de teses e dissertações que existem nas instituições de pesquisa e ensino no Brasil. Ele foi desenvolvido a partir do Programa Biblioteca Digital Brasileira, contando com o apoio da Finep (Financiadora de Estudos e Pesquisas).

inúmeras áreas do conhecimento, tais como História, Educação, Ciência Política, Linguística, Ciências Sociais, entre outros. Esse fato não só mostra a diversidade de pesquisas acadêmicas acerca desse movimento social, mas, sobretudo, o quanto as ações do MST tem demandado da academia a reflexão crítica e a produção de conhecimento sobre as dinâmicas sociais em que os movimentos sociais se inserem.

O objetivo aqui não é a realização de uma busca minuciosa e exaustiva de todas as teses e dissertações que versam acerca do MST e de sua representação na mídia (hegemônica e/ou alternativa), todavia é necessário apresentar o estado da arte em que se encontram as pesquisas acadêmicas mais recentes acerca dessa temática, e desse modo, buscar situar essa pesquisa dentro de um conjunto maior de produções científico-acadêmicas.

Gonçalves (2008), em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, na Universidade Federal da Bahia, que tem como título “Mídia e Movimentos Sociais: a representação do MST na revista *IstoÉ*” busca analisar os discursos da revista *IstoÉ* acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre os anos de 2001 a 2006. Tomando como *corpus* de análise 310 edições da revista, o trabalho buscou analisar “o conteúdo sociopolítico, econômico e ideológico das representações” (GONÇALVES, 2008, p. 14). Segundo o autor, a grande mídia nacional cumpre um papel ideológico de colaborar com a manutenção da estrutura agrária brasileira, defendendo assim, ainda que de modo não confessado, os interesses de classes. É desse modo que essa mídia, segundo o autor, defende o atual modelo de desenvolvimento agrário nacional em detrimento da criminalização da luta dos movimentos social, nesse específico o MST.

Segundo o autor, durante todo o período pesquisado, a estratégia discursiva adotada pela revista em relação ao MST foi o silêncio, e quando este foi rompido, o MST aparece de forma indireta, fazendo uso do discurso de terceiros para falar acerca do MST. O autor aponta a relação contraditória e ambígua entre o MST e a grande mídia nacional, uma vez apesar desse movimento social necessita do aparato midiático para dar visibilidade às suas ações e reivindicações, estas correm o risco de serem deformadas. Segundo o autor, a imagem do MST construída pela revista “pode ser caracterizada como negativa, estereotipada e folclórica” (GONÇALVES, 2008, p. 163). Além disso, de acordo com o autor, o movimento é descrito enquanto sensacionalista,

violento, anacrônico e composto por arruaceiros, baderneiros e que portanto agem na ilegalidade.

Nesse trabalho, a ideologia é tratada numa perspectiva marxista, tomando como referência os trabalhos de J. Thompson, Gramsci e o próprio Marx. A ideologia aparece no trabalho “enquanto a concepção de mundo da classe dominante” (p. 162), ao passo que a mídia “reproduz o discurso ideológico necessário para a manutenção do *establishment*” (p. 162). Para o autor, o estudo da ideologia (e seus efeitos) não pode ser dissociado das relações de poder, pois ela (a ideologia) diz respeito às “maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder” (GONÇALVES, 2008, p. 62)

Portanto, nessa perspectiva, a representação dos movimentos sociais (criminalizada) é uma parte importante das estratégias ideológicas da classe dominante. Dentre as imagens do MST veiculadas pela revista *IstoÉ*, o autor destaca a construção de uma representação negativa, estereotipada e folclórica do MST. Apesar de o trabalho analisar a representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na mídia, a partir da análise do discurso, ele o faz numa perspectiva de uma análise de conteúdo, ou seja, o foco é discutir as imagens que são ideologicamente construídas pela revista *IstoÉ* acerca do MST, e não como essas são construídas, ou seja, a análise foca no “o que”, e não no “como”.

Em seu trabalho dissertativo, intitulado “O Vermelho na Cultura do papel: A visibilidade midiática do MST e a imprensa”, Lyra (2010) traz uma discussão sobre as representações do MST no jornal impresso *A Tarde*, na Bahia. A autora analisou as 21 reportagens circuladas pelo jornal entre os dias 04 a 13 de abril de 2004, quando o MST havia ocupado uma área da multinacional produtora de papel e celulose, a Veracel S/A, no município de Porto Seguro, na Bahia. A partir da ocupação da área da multinacional instaura-se um conflito entre a empresa e o MST, onde são arrolados vários argumentos entre as duas partes. Entre os argumentos da multinacional no sentido de justificar o empreendimento e refutar a ação do MST estão a sua viabilidade econômica, as condições climáticas e de solo propícias ao cultivo de eucalipto, além da geração de renda. Por sua vez, o MST ressalta os prejuízos sociais do empreendimento, tais como: os prejuízos causados pela plantação de eucalipto aos agricultores familiares próximos a área da Veracel S/A, a expulsão de suas terras, as populações indígenas, os pequenos agricultores e os afro-descendentes, além do que, segundo o próprio MST, essas terras

ocupadas pela empresa de papel e celulosa poderiam ser utilizadas para fins de reforma agrária.

Para compreender como se dá a construção de uma imagem do MST na cobertura jornalística da ocupação da Varecel S/A, a autora lança mão do modelo analítico de estrutura temática proposto por Teun A. Van Dijk, com o intuito de “priorizar os aspectos macroestruturais em detrimento das estruturas mais formais como sintáticas, semânticas, estilísticas ou retórica das sentenças” (LYRA, 2010, p. 16). Segundo a autora, o modelo proposto por Teun A. Van Dijk consiste em descrever a superestrutura da notícia e traçar a sua organização interna. Para DIJK (2004, p. 122 apud LYRA, 2010, p. 16) as macroestruturas semânticas “constituem a representação formal do conteúdo global de um texto ou diálogo e, portanto, caracterizam parte do sentido de um texto”. Análise do discurso neste trabalho “aparece como ferramenta metodológica” (LYRA, 2010, p. 12). A mídia, por sua vez, é vista pelo autor como um veículo de comunicação que busca defender e legitimar, frente a sociedade, os interesses de grupos econômicos, tendo em vista que, segundo o autor, “a maioria dos grupos proprietários dos meios de comunicação é detentora de grandes propriedades rurais” (LYRA, 2010, p. 15). Para a autora, ao longo da cobertura jornalística da ocupação, o jornal traça uma imagem do MST como um movimento “fora da lei, desordeiro e ilegal”. Além disso, destaca a autora, “os textos da cobertura jornalística indiciam a incapacidade de entender o MST como parte de uma cultura popular, um sistema simbólico, com uma lógica diversa da cultura letrada” (LYRA, 2010, p. 88).

Cassimiro (2003), em seu trabalho intitulado “A Luta pela construção da imagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1984-2002)”, faz uma análise dos “discursos e imagens produzidas pela mídia na construção da imagem do MST” (2003, p. 10). Diferentemente dos trabalhos citados anteriormente, a autora busca mostrar como se dá o processo midiático de construção da imagem do MST, onde está em jogo a imagem que a grande mídia nacional cria desse movimento social, e a imagem que o próprio MST cria de si, através de seus veículos de comunicação e de outras mídias afinadas com sua luta. Segundo a autora, esse processo não é tranquilo, mas tenso, uma vez que essas produções discursivas se inserem dentro de um conflito pela hegemonia na produção de sentidos acerca do MST. Segundo ela

Os discursos e imagens veiculadas pela mídia enfocando, em sua grande maioria, as ações do MST produzem um sentido negativo, sem a preocupação de passar ao leitor as reais condições da questão agrária

no Brasil. funcionam dentro de um campo discursivo [...] regido sobretudo pela polêmica, mantendo uma relação polêmica, uma formação discursiva que procura sempre excluir e negar o MST (CASSIMIRO, 2003, p. 158)

Os jornais pesquisados pela autora foram Folha de São Paulo, O Correio Brasiliense, O Popular e o Diário da Manhã<sup>42</sup>. Além desses jornais, foram utilizadas também reportagens de revistas de grande circulação nacional, a *Veja* e a *IstoÉ*. Em relação aos textos jornalísticos do MST, foram selecionadas reportagens das revistas Caros Amigos, Cadernos do Terceiro Mundo e Sem Terra. A autora traz ainda à discussão o embate em torno de um discurso competente (a autoridade de falar sobre determinada fato). As revistas *Veja* e *IstoÉ* trazem, segundo ela, uma leitura estereotipada desse movimento social e, nesse empreitada, são chamados à discussão alguns especialistas (discursos competentes) para defenderem a questão da grande propriedade da terra. Destacam-se, por exemplo, algumas reflexões feitas, na revista, por juristas. As conclusões da autora apontam que, se o discurso da grande mídia nacional constrói uma imagem estereotipada do MST, o próprio movimento social constrói as suas próprias imagens e, nesse sentido, ela disputa com aquelas construídas pela mídia nacional.

Ayoub (2006) analisa o processo de “satanização do MST na mídia”, tomando como *corpus* a linha editorial do jornal Folha de São Paulo, no ano 2000. Segundo o autor o processo de satanização do MST desempenhado pela mídia se dá pelo fato de que os empresários da comunicação têm o seus interesses alinhados com a ideologia da elite patronal nacional. O resultado disso é que, segundo o autor, a “mídia gera uma imagem, para boa parte da população (inclusive da classe trabalhadora e entre as pessoas mais pobres), de rejeição, de antipatia ou, até mesmo, de inimizade com o MST” (AYOUB, 2006, p. 14).

Metodologicamente, o autor busca trabalhar de forma complementar a análise de discurso e a análise de conteúdo, no sentido de demonstrar a posição ideológica do jornal, e o modo como ela influencia nos discursos acerca do MST. A ideologia aparece neste trabalho como um instrumento de falseamento da dominação de uma classe sobre

---

<sup>42</sup> Segundo a autora, os jornais O Popular e Diário da Manhã são os maiores jornais em circulação no Estado de Goiás.

outra, onde a mídia (nesse caso, o jornal Folha de São Paulo) está a serviço dessa ideologia dominante.

Apesar de o autor afirmar que trabalhará de forma complementar com a análise de discurso e análise de conteúdo, ao longo do trabalho fica clara a opção pela segunda, muito embora cite em alguns momentos teóricos da análise de discurso, tais como M. Pêcheux e Orlandi. Em suma, o trabalho está centrado na análise daquilo que o jornal noticia (a função do discurso), e não em como ele noticia (o funcionamento do discurso).

Em trabalho recente, Ferreira (2012) se propõe a analisar a relação entre o MST e a grande mídia nacional, tomando especificamente os jornais Zero Hora (do Rio Grande do Sul) e Folha de São Paulo. Segundo a autora, os fios condutores de sua pesquisa são a compreensão de que há uma submissão da mídia à hegemonia neoliberal, e de que a luta do MST pela reforma agrária se dá numa conjuntura cada vez maior de valorização do agronegócio brasileiro. Ferreira (2012) busca investigar o tratamento dado por esses dois jornais às linhas políticas do MST apresentadas nos encontros nacionais do MST realizados nos anos de 1995, 2000 e 2007. Com isso, a autora busca “interpretar as textualizações dos jornais selecionados, referentes às propostas do MST, para constatar como as expressões usadas contribuem para que os leitores formulem suas visões de mundo” (FERREIRA, 2012, p. 145). A autora ressalta ainda que, muito embora a imparcialidade seja “um dos grandes mitos do jornalismo”, não há neutralidade no tratamento da informação. Acerca do MST, afirma a autora

[...] o discurso veiculado pela mídia nos revela a tendência de a imprensa noticiar os fatos a partir de construções semânticas negativas do Movimento, que direcionam a opinião pública sempre contra, sem que, na maioria das vezes, os seus integrantes tenham o mesmo espaço para se defenderem (FERREIRA, 2012, p. 147)

Ao longo do texto, a autora mobiliza vários conceitos e noções da AD francesa (memória discursiva, formação discursiva) e da teoria dialógica de Bakhtin (polifonia e dialogismo) no sentido de demonstrar como o texto jornalístico se organiza a fim de construir certos sentidos acerca do MST, em sua maioria, extremamente negativos. Isso, por sua vez, indicia o quanto a grande mídia nacional está pactuada com a elite

nacional. Para a autora, a ação do MST frente a ordem neoliberal no Brasil, ao colocar em xeque essa estrutura social, ameaça também o monopólio da informação no país.

Antoni (2012), em tese defendida recentemente, analisa o processo de marginalização e criminalização social do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos discursos dos jornais *El Universal* e *O Globo*, respectivamente. O autor busca compreender como, nas práticas discursivas desses jornais se dá a constituição de imagens públicas desses dois movimentos sociais. Segundo Antoni (2012) tanto o MST quanto o EZLN devem compreendidos enquanto representantes de um novo referencial de participação política na América Latina. De acordo com o autor, um dos mais importantes aspectos constitutivos da marginalização desses movimentos é a criminalização de suas ações. É nesse sentido que o autor afirma que o jornal “possui uma grande capacidade de sugerir aos seus leitores uma espécie de roteiro, tanto de notícias, como de possibilidades de interpretação das mesmas” (ANTONI, 2012, p. 17).

A partir do aporte teórico e metodológico da AD francesa e da teoria da enunciação bakhtiniana, o autor analisa como se dá a constituição de sentidos acerca das ações desses movimentos sociais e suas ações na América Latina a partir desses jornais. O texto jornalístico é compreendido aqui, segundo Antoni (2012, p. 158), “como mais um dos discursos que, dentro de um espaço de disputas políticas, atua de forma significativa no processo de construção de hegemonias e, conseqüentemente, na manutenção de uma determinada ordem social”. Nesse sentido, conforme Antoni (2012, p. 160), o discurso de marginalização desses movimentos sociais busca não só fragilizá-los, mas tirar “a representatividade e a legitimidade social”.

Na esteira das recentes pesquisas que ressaltam a relação entre o MST e a mídia hegemônica, e forma com esta o criminaliza, poderíamos citar aqui o trabalho de Reis (2011). Em sua tese de doutoramento a autora, assim como outros autores já citados aqui, aponta como a mídia hegemônica constrói uma imagem negativa desse movimento social, desqualificando-o, criminalizando-o. Segundo a autora, “a desqualificação predomina nas linhas orientadoras do discurso constante nas reportagens divulgadas na mídia hegemônica e que foram aumentando no passar dos anos” (REIS, 2011, p. 405). Nem mesmo no ano de 1996, quando ocorreu o assassinato de 19 trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás/PA, ocasião em que houve uma comoção nacional, deixaram de ser publicadas reportagens nesse sentido.

O *corpus* de análise da autora compreendeu os jornais O Globo, Folha de São Paulo e Revista Veja (estes compreendem o que ela denomina de mídia hegemônica), além do Jornal Sem Terra e da Revista Sem Terra (denominados de mídia contra hegemônica), todos num recorte temporal que vai de 1984 a 2008. Além dessas publicações, autora realizou entrevistas com alguns jornalistas e militantes do MST. O referencial teórico-metodológico que norteou o trabalho foi a Análise Crítica do Discurso/ACD. Segundo Reis (2011), a opção por esse método se deu pelo fato de que ele se interessa pela relação entre poder e linguagem, permitindo assim analisar as relações de dominação, discriminação, poder e controle. A linguagem é entendida aqui enquanto “um meio de dominação e força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente” (REIS, 2011, p. 174). Desse modo, a ACD contribuirá no sentido de desvelar as estruturas ideológicas dominantes e opressoras.

Dentre as diferentes estratégias de desqualificação e criminalização do MST e suas ações por parte da mídia hegemônica, a autora destaca: o discurso de violência (é representado como radical, violento e baderneiro, portanto o responsável pela violência ocorrida no campo), o discurso deslegitimador (a luta do MST pela reforma agrária é desqualificada e politicamente esvaziada). Assim como fizera Cassimiro (2003), Reis (2011) também se propõe a refletir acerca da auto-representação do MST na mídia alternativa, e com isso combater a imagem construída pelos meios hegemônicos de comunicação. Segundo ela, o discurso do MST busca o fomento do orgulho e da honra de ser sem-terra. Dentre as características do MST na mídia alternativa, apontadas pela autora, poderíamos destacar: o discurso legitimador de sua luta pela reforma agrária no Brasil, a não responsabilidade pela violência ocorrida no campo (apresenta-se enquanto vítima da violência praticada pelos fazendeiros e a polícia, por exemplo). Aqui as opções linguísticas são acionadas no sentido de fortalecer a identidade coletiva do próprio movimento, em contraposição àquela construída pela mídia hegemônica.

Silva Júnior (2010), em dissertação de mestrado, analisa a criminalização das ações do MST a partir das imagens fotográficas publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo sobre a atuação do MST no Pontal do Paranapanema, nos anos de 1995 e 2002. Tomando como método a análise de conteúdo e a “desconstrução analítica da imagem”, o autor se propõe a lançar um novo olhar acerca da imagem do MST construída e desconstruída junto aos leitores do jornal, analisando as fotografias das edições desse jornal. Segundo Silva Junior (2010, p. 123)

Ao se tornar visível na mídia, em especial na imprensa quando da publicação de cenas envolvendo invasões e ocupações não só de forma intencional, objetivando aproveitar-se do poder que a visão deu ao homem na sociedade mediada pelas imagens, mas também por força de sua noticiabilidade para se territorializar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) adentrou para as tramas do espetáculo midiático que bem representa o final do século XX e começo do século XXI.

O autor destaca como as crescentes ocupações de terra, realizadas pelo MST ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, contribuíram para uma maior visibilidade midiática desse movimento social. Segundo ele, essa visibilidade foi importante em dois sentidos, primeiro por que colocou a reforma agrária em pauta, segundo porque fez do MST um ator político com força e voz. Para o autor, a exposição superficial de imagens das ações do MST na “sociedade do hiperespetáculo” acabou por desterritorializá-lo frente à opinião pública.

A representação das ações do MST no Pontal do Paranapanema também foi analisada por Lima (2005), em tese de doutorado. Tomando como recorte temporal os anos de 1990 a 2000, o autor analisa os discursos dos jornais Folha de São Paulo e O Imparcial, de Presidente Prudente (SP). Para Lima (2005, p. 38), o jornal, enquanto um documento público, é compreendido como um ator social onde se “presentificam e dissemina falas de agentes sociais provenientes de variados lugares e tempos”, oriundas de lugares distintos, com intencionalidades distintas. É nesse processo de construção de sentidos que o jornal faz circular versões que, por sua vez, refletem os confrontos e as lutas sociais em torno do MST e do Pontal do Paranapanema. Nesse aspecto, o autor destaca a diferenças entre os discursos dos jornais Folha de São Paulo e O Imparcial.

No caso do primeiro, segundo o autor, há uma multiplicidade de vozes explicitamente presentificadas nas páginas do jornal (do MST e/ou simpatizantes, dos fazendeiros e/ou simpatizantes, do governo, do cidadão comum e do próprio jornal). De acordo com Lima (2005), a voz do jornal é a única que consegue se interpor nas demais vozes. Para o autor, na voz (versão) do jornal Folha de São Paulo acerca dos conflitos no Ponto do Paranapanema, estes são o “resultado do atraso da região, de sua condição pré-moderna, incluindo no mesmo campo de atraso tanto o MST quanto os latifundiários grileiros e improdutivos, todos resistentes aos rumos da modernidade rural” (LIMA, 2005, p.192). No segundo jornal, O Imparcial, o MST é “invariavelmente alvo de desqualificações sem quaisquer sutilezas. Posicionado como inimigo a ser

extinguido e, era ‘satanizado’ em todos os editoriais que dele falavam” (LIMA, 2005, p. 192, grifo do autor). Além da voz do próprio jornal, afirma Lima (2005), as outras vozes que se presentificam são as dos fazendeiros de suas organizações, tais como a UDR.

Essa diferença entre os jornais se dá, segundo Lima (2005), pelo fato de que ambos os jornais possuem linhas editoriais distintas, além de se direcionarem a leitores distintos. Enquanto o jornal Folha de São Paulo possui um público mais heterogêneo por ser um jornal de circulação nacional, segundo afirma o autor, O Imparcial, por se tratar de um jornal regional, tem se linha editorial bastante influenciada pelos interesses dos proprietários rurais da região.

Para finalizar esse exercício de apresentação do estado da arte, destaco aqui o trabalho de Magalhães e Sobrinho (2010) que, tomando o referencial teórico-metodológico da AD francesa, demonstram os efeitos ideológicos de deslocamento de sentidos produzidos acerca do MST no jornal Folha de São Paulo e na revista Veja, entre os anos de 1994 a 2003. Segundo os autores, “o gesto de leitura/interpretação da imprensa é revelador de sua posição ideológica e produz efeitos de sentidos que são responsáveis pela (re)produção do imaginário sobre as lutas no campo” (MAGALHÃES; SOBRINHO, 2010, p. 37). A imprensa, conforme afirmam os autores, é afetada pelas determinações históricas e ideológicas de sua época.

Segundo os autores, as opções linguísticas e textuais da revista e do jornal (as palavras invadir, fúria, violência, crime, entre outras) para se referir às ações do MST, evidenciam o trabalho da ideologia na constituição de sentidos acerca desse movimento social. É em função disso que o MST é discursivizado “não mais como pobres lutadores, mas como violentos e assustadores” (MAGALHÃES; SOBRINHO, 2010, p. 43).

Conforme já mencionado, não pretendemos apontar aqui todas as publicações acerca da relação entre MST e Mídia, mas demonstrar que esse tem sido um campo de debate extremamente fértil na academia. É no bojo dessa discussão acerca da análise das representações do MST nos discursos de jornais impressos e revistas que nossa pesquisa se insere. Todavia, há algumas diferenciações conceituais em relação aos trabalhos supracitados, como por exemplo, a noção de ideologia, uma vez, em diálogo com a Análise de Discurso francesa, a concepção de ideologia não será entendida ao longo do trabalho como um falseamento da realidade e tampouco com um “pano de fundo” de um determinado discurso, isto é, sob o viés de um determinismo ideológico, mas como

“efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido”. (ORLANDI, 2012, p.47).

Apesar do acúmulo de pesquisas acerca da dinâmica regional, cuja relevância é altamente reconhecida no campo acadêmico, parece haver ainda uma lacuna no que concerne ao entendimento dessa dinâmica regional a partir de uma abordagem discursiva sobre a (e na) região, sob a perspectiva de que no interior das formações sociais em que se identifica um conjunto de práticas não discursivas como já analisadas nas produções acima mencionadas, há também um conjunto de práticas discursivas regidas por regras orientadas por posições ideológicas com que estas formações sociais mantêm contato.

## CAPITULO V

### **O MST NA MÍDIA IMPRESSA MARABAENSE: COMPROMISSOS E POSIÇÕES IDEOLÓGICAS DOS JORNAIS CORREIO DO TOCANTINS E OPINIÃO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO.**

Nesse capítulo, buscaremos, a partir do referencial teórico e conceitual apresentado, e tomando o nosso *corpus*, analisar como são construídas representações acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST nos discursos da imprensa marabaense, mais especificamente dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano de 1996. Atentaremos para o funcionamento dos discursos veiculados nestes jornais quando tomam o MST como objeto de discurso, isto é, estaremos atentos, em nossas análises, para como o discurso constrói significados na relação com as condições sócio-históricas de sua produção e não para aquilo que é dito em si mesmo como um dado encerrado no conteúdo da linguagem.

O *corpus* de análise foi metodologicamente dividido em três grupos, conforme os seguintes critérios: (i) publicações que trazem notícias acerca das ações do MST na região (ocupação de fazendas e de prédios públicos, como por exemplo, o INCRA); (ii) publicações acerca das (re)ações dos fazendeiros da região frente às ações do MST na região, (iii) e notícias acerca do conflito ocorrido entre os agricultores militantes do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST e a polícia militar do estado do Pará, no dia 17 de abril de 1996, nas proximidades do município de Eldorado dos Carajás/PA, denominada Curva do “S”, que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais.

A maioria das matérias sobre o MST no/do Jornal Opinião está diretamente relacionada ao “massacre de Eldorado dos Carajás”, conforme denominação do jornal. As notícias são bastante variadas, mas evidenciam a discursividade do jornal em relação ao fato ocorrido. As publicações que seguiram àquela que noticiou o ocorrido na Curva do “S” sempre tinham uma relação com esse fato, demonstrando a forma como o jornal representou construindo para si e para o outro uma imagem, na medida em que se ocupou de todo o processo, desde o inquérito das investigações que foi instaurado para averiguar as responsabilidades, as repercussões do “massacre” em cidades como

Marabá/PA, até a vinda de organizações de defesa dos direitos humanos para acompanhar o processo de investigação.

Nesse sentido, analisamos como são construídos efeitos de sentidos nos discursos desses jornais a partir de dois procedimentos discursivos: os regimes de memória (interdiscurso), ancorando-nos na análise de discurso francesa, e na perspectiva do dialogismo bakhtiniano – na medida em que na memória instaura-se outro ou outros discursos-, bem como na noção de heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz (1991; 2011). Embora estejamos certos das especificidades teóricas destas duas perspectivas, entendemos que, para nossos interesses de análise, elas podem se complementar, sem prejuízos teóricos.

Esses dois procedimentos atrelados à constituição e ao funcionamento dos discursos são entendidos aqui como elementos que compõem as condições de produção dos discursos. De acordo com AD francesa, conforme já assinalamos no capítulo anterior, todo discurso é construído a partir de determinadas condições de produção. É a partir dela que o sentido entra na história, se materializa. Cabe, portanto, à AD a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. (ORLANDI, 2012, p.26). Mas o que estamos chamando de condição de produção dos discursos ou de sentidos? Não está relacionado somente ao contexto socioeconômico mais imediato, ou às condições históricas em que os sujeitos dos discursos estão inseridos, mas diz respeito também à relação entre os diferentes discursos no processo de interação sócio-discursiva (mais imediata ou não) entre os interlocutores, bem como as formações discursivas que agem no sentido de determinar o que pode (ou não) ser dito em determinadas situações. É a partir dessa compreensão das condições de produção de discurso que analisaremos o nosso *corpus*.

Esse capítulo está dividido em três partes, tendo em vista o processo de construção de sentidos acerca do MST na trama discursiva dos dois jornais: 4.1 – O processo de enunciação das ações do MST nas páginas dos jornais Correio do Tocantins e Opinião; 4.2 – Se os fazendeiros produzem, o que faz então o MST? e ainda, 4.3 – 17 de abril de 1996: massacre ou conflito? A construção do fato na ordem do discurso dos jornais Correio do Tocantins e Opinião.

Na primeira parte analisaremos reportagens dos dois jornais que noticiam as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no sudeste paraense, frente

às posições dos sujeitos fazendeiros da região representadas na imprensa, bem como os órgãos públicos, como por exemplo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Aqui, buscaremos analisar como, no processo enunciativo, o discurso midiático se insere em regimes de memória, construindo interdiscursivamente efeitos de sentidos acerca das ações do MST, tomando com entrada no processo discursivo o termo “invasão”, a nosso ver, carregado de historicidade. Atentaremos, portanto, para a relação interdiscursiva entre a FD de onde fala o enunciador da mídia e outras FD’s, como por exemplo, a FD do campo jurídico, e a dos próprios fazendeiros. Esta heterogeneidade discursiva é preciso ser considerada na apreensão dos sentidos

No segundo momento, analisaremos as representações construídas pela mídia, acerca do MST, ao noticiar as (re)ações dos fazendeiros da região sudeste paraense face às ações dos movimentos sociais no que tange a ocupação de terras. A análise do processo de nomeação dos fazendeiros no discurso midiático (tomando o sintagma “produzir” como referência) é de suma importância para pensarmos a relação polêmica – na perspectiva de Maingueneau (1997) – entre a formação discursiva do MST e a dos fazendeiros em cuja relação o sentido do referido sintagma é objeto de disputa ideológica. Nesse bojo, analisaremos como a FD da mídia se insere interdiscursivamente ao produzir determinados discursos acerca das (re)ações do fazendeiros, e como são construídas representações acerca do MST.

Por fim, lançaremos luz acerca do processo enunciativo (construção) do fato ocorrido no dia 17 de abril de 1996, nas proximidades da cidade de Eldorado dos Carajás/PA, numa localidade denominada Curva do “S”, onde dois batalhões da polícia militar do Estado do Pará (um vindo da cidade de Parauapebas e o outro de Marabá) entram em choque com um grupo de agricultores militantes do MST que, naquela ocasião, interditavam a então rodovia PA 150, como forma de pressionar o governo do Estado do Pará a atender as suas reivindicações. Esse processo resultou na morte de 19 militantes do MST, alguns deles, conforme seria noticiado mais tarde pela mídia, com sinais de execução.

Buscaremos analisar como se deu o processo de enunciação desse fato na imprensa marabaense, tendo em vista que, conforme veremos adiante, a notícia repercutiu nos principais veículos de comunicação de todo o país. Aqui, mais uma vez, poderíamos afirmar que o que está em jogo no processo de enunciação é a relação

polêmica entre duas formações discursivas: a do MST (que busca evidenciar a truculência com que agiu a polícia militar frente aos manifestantes) e a dos fazendeiros (que tentam discursivamente “minimizar” o que ocorrera, resvalando muitas vezes numa lógica fatalista de explicação do que ocorrera), embora material linguístico analisado não tenha sido formulado por estas duas formações discursivas em embate, mas pelo jornais acima referidos.

Importante também é a análise das imagens utilizadas nas edições que versam acerca do ocorrido no dia 17 de abril. Estas funcionam enquanto estratégia discursiva no sentido de construir uma espécie de transparência do dizer, de modo que o que está sendo dito (noticiado) se apresenta ao público leitor como o próprio fato, fiel ao ocorrido. Por isso, as imagens são também analisadas como peças discursivas que evidenciam o trabalho da memória discursiva no ato constitutivo do discurso pelo sujeito que enuncia.

Não se pode negligenciar ainda nas análises questões referentes às composições dos cenários fotográficos, e à forma como as mesmas são acionadas, corroborando semanticamente com o que está sendo veiculado na imprensa; deve-se considerar, portanto, o ângulo em que foram fotografadas as pessoas, os títulos e legendas (pois estes são recursos discursivos orientadoras do consumo da imagem por parte do leitor, conforme o jornal espera que ele o faça) das imagens, e por fim, mas não menos importante, há que se atentar para a disposição da imagem nas páginas do jornal (ou seja, tamanho da foto, sua posição na página do jornal, se centralizada ou alinhada à direita ou esquerda, etc). Passemos então para a análise de nosso *corpus*.

As reportagens produzidas pelos/nos jornais Correio do Tocantins e Opinião acerca das ações dos Movimentos Sociais, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST estão inseridas num contexto sócio-histórico bastante específico na região sul e sudeste do Pará. Conforme já discutimos nos capítulos anteriores, o MST chega ao estado do Pará ainda no final da década de 1980, no sul do Estado, tendo inicialmente o apoio dos STR's da região, que há tempos lutavam contra a concentração fundiária na região e as constantes ameaças de morte dos grileiros.

#### **4.1 – A enunciação das ações do MST nas páginas dos jornais Correio do Tocantins e Opinião**

A ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST frente ao latifúndio, na região sudeste paraense, tem sido uma das principais marcas desse movimento social, que tem na ocupação de terras e no pressionamento do Estado uma das principais estratégias de luta pela realização de uma política de reforma agrária. Não raramente, essas ações são noticiadas nas páginas dos principais jornais da região sudeste paraense, e da capital do Estado, Belém.

Assim, analisamos aqui os efeitos de sentidos nos discursos dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano de 1996, acerca das ações do MST na região, na perspectiva de buscar o funcionamento do discurso, analisar os regimes de memória instaurados nas páginas desses jornais, de modo a apreender sentidos construídos pela imprensa acerca das ações do MST. O enunciado, conforme Ferreira (2006, p. 242), reportando-se a Courtine (1981), “seria a função que permite a uma formulação ser repetida no fio do discurso, intradiscursivamente, inscrevendo-a numa filiação interdiscursiva, de onde advém a produção de um efeito de memória”. É nesse sentido que poderíamos afirmar que, no funcionamento discursivo, se dá uma relação entre “a dimensão vertical e estratificada na qual se elabora o saber de uma FD e a dimensão horizontal na qual os elementos desse saber se linearizam tornando-se objetos de enunciação” (COURTINE, 1981, p. 51 apud FERREIRA, 2006, p. 242).

As reportagens aqui analisadas foram construídas a partir da tensão estabelecida entre o MST, os fazendeiros da região e o Estado em torno da questão que envolveu a disputa pelo Complexo Macaxeira e, em que o MST exigia a desapropriação da área para fins de reforma agrária, ao passo que os fazendeiros, alegando a produtividade da área, demandavam uma postura do Estado no sentido de resguardar-lhes o direito de propriedade. Nesse processo, na percepção do grupo de fazendeiros, caberia ao Estado o papel de mediação dessa relação.

## Sem-terra persiste em invadir a fazenda Macaxeira

O problema da falta de reforma agrária no país há muito vem se tornando um caos sem precedentes na história da vida do pequeno agricultor que não tem onde trabalhar e busca um pedaço de terra para plantar e sobreviver com a sua família, o que vem gerando conflitos agrários, numa trégua sem fim entre trabalhadores sem-terra, donos de terra e a polícia.

Exemplo mais perto de nós é o caso das centenas de famílias de sem-terra hoje acampadas em Curionópolis que há quase dois anos vêm perambulando em busca de um pedaço de chão para trabalhar, com negociações junto às autoridades regionais, estaduais e federal. Parte dessas famílias ficou de ser assentada em área desapropriada da fazenda Rio Branco pelo governo, mas os trabalhadores rurais alegam que precisam de mais terra para colocar o restante das famílias, sugerindo inclusive que seja desapropriada a fazenda Macaxeira, hipótese que o governo vem recuando porque considera a área da referida fazenda produtiva, fato contestado pelos sem-terra que alegam ser a área improdutivo e vêm reivindicando nova vistoria do Incra naquele imóvel rural para a constatação da real situação da área.

Enquanto não se resolve esse problema, as famílias dos sem-terra padecem, em condições subumanas, carentes de alimentação e de remédio, coisas no mínimo básicas para uma sobrevivência. Eles clamam da sociedade medicamentos básicos pelo menos para as crianças, como verminose, soro, vitaminas e antibiótico. Enquanto isso não aparece, as famílias se viram em busca de curar-se com a ajuda de ervas nativas da natureza.

Os sem-terra de Parauapebas e Curionópolis se organizam com reuniões, e traçam estratégias para invadir terras da fazenda Macaxeira, entre outros assuntos, nos barracões montados à beira da rodovia PA-275, no município de Curionópolis. Eles garantem que vão invadir a fazenda de forma pacífica e sem violência, "mas no caso de haver confronto nós teremos que resistir e enfrentar o outro lado", diz um dos líderes do movimento. Armas para eles só mesmo seus instrumentos de trabalho, como foice, enxada, fa-

ção, o que não deixa de ser arma, mas seus líderes dizem que farão tudo para não haver confronto.

### Novas invasões

Na semana passada as fazendas Santa Maria, Ramha das Selvas e Boa Sorte, em Parauapebas foram invadidas por trabalhadores ligados ao MST - Movimento dos Sem-Terra. As propriedades rurais ficam a 25 quilômetros do centro daquela cidade. Segundo a Polícia Militar, cerca de 150 invasores estão envolvidos nessas últimas ocupações de terra. Para que a polícia faça a desocupação das áreas invadidas, os proprietários terão que ajuizar mandado de segurança junto à Justiça para que esta conceda a competente liminar de reintegração de posse.

Em São Geraldo do Araguaia, um novo conflito pode acontecer a qualquer momento na fazenda São José, localizada a 80 quilômetros do centro da cidade, onde ano passado três pessoas foram assassinadas durante confronto entre pistoleiros e posseiros. O alerta foi dado esta semana por Ximenes Alves Bringel, líder dos posseiros, o qual acusa o Incra e a Polícia Federal de nada terem feito até hoje para garantir a segurança dos sem-terra e suas famílias, cuja fazenda continua ocupada pelos posseiros, e que o dono da propriedade triplicou o número de pistoleiros para tentar expulsar os trabalhadores rurais de qualquer maneira.

Segundo Ximenes Bringel, cerca de 250 trabalhadores rurais e seus familiares se instalaram numa parte dos 35 mil hectares da fazenda de propriedade do pecuarista paulista João Veríssimo. O líder dos posseiros acusa o Incra de vir enrolando eles desde o dia 21 de setembro do ano passado, data em que deveria ter começado a vistoria na fazenda. Ele chama a atenção das autoridades do Incra e da Segup-PA para a possibilidade de um confronto armado entre posseiros e pistoleiros.

O superintendente regional do Incra, Walter Cardoso, esclarece que o órgão já tentou por duas vezes fazer a vistoria na fazenda, mas o dono da propriedade contestou na Justiça Federal a competência do Incra para fazer o trabalho. No entanto, a Justiça Federal decidiu que o órgão tem competência para realizar a vistoria, mas agora falta segurança para os técnicos.

A reportagem 1 é da edição de 26 de janeiro a 01 de fevereiro de 1996 do Jornal Correio do Tocantins e, conforme já afirmamos, evidencia a tensão produzida entre fazendeiros e trabalhadores sem terra, tendo a fazenda Macaxeira como objeto de disputa.

O sintagma “invadir”, no título desta reportagem, será de suma importância no nosso percurso analítico enquanto marca discursiva que evidencia a FD de onde falam os jornais, e de como e com quais FD’s ele dialoga, a partir de um processo parafrástico que produz certos efeitos de sentido, sendo um deles a constituição identitária e ideológica do próprio jornal. É importante ressaltar aqui que, embora em algumas reportagens a palavra “invadir” seja substituída por “ocupar”, sabemos que a constituição de sentido não está na palavra, não está no sistema da língua, mas advém da FD de onde fala o sujeito, apesar da substituição da palavra o sentido muitas vezes não se altera.

Atentaremos aqui para o título da reportagem 1, pois é com ele que o leitor se depara em primeiro instante, funcionando, por isso mesmo como suporte (mapa de leituras) orientador de leituras e formador de opinião:

**“Sem-terra persiste em invadir a fazenda Macaxeira” (JCT, 26 de jan. a 01 de fev. grifo nosso)**

Ao longo da reportagem o texto ainda traz um subtópico:

**“novas invasões” (JCT, 26 de jan. a 01 de fev., grifo nosso)**

As reportagens 1, acima, assim como veremos a seguir, a reportagem 2, trazem questões fundamentais para pensarmos o processo de constituição de sentidos acerca das ações do MST frente à ocupação da fazenda Macaxeira. Primeiramente, em relação à reportagem 1, poderíamos destacar o “apagamento” do sujeito enunciador em detrimento da presentificação do referente, o que por sua vez, age na construção de uma transparência do dizer, produzindo um efeito de objetividade e veracidade e presentificação do fato sem a interferência daquele que o narra. Como afirma Brandão (1998, p. 57), “o comportamento da linguagem centrada no referente implica, assim, uma estratégia que, ao jogar com a aparência, dá-se a palavra a ELE”.

Acerca das ações do MST, a reportagem 1 as nomeia como uma “invasão”. De certa forma, essa marca discursiva evidencia o processo parafrástico por intermédio do qual a FD do jornal dialoga com outras FD’s, nesse caso, a dos fazendeiros, ou seja, a palavra invasão tem aqui seu sentido derivado do sentido que o fazendeiro procura construir acerca das ações do MST, nomeando-as de invasão e, por conseguinte imprimindo o tom da ilegalidade destas ações.

A partir da noção de heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz (1991; 2011), poderíamos afirmar então que o processo de construção de sentidos nas páginas do jornal se dá em dois eixos: *interdiscursivo* e *interlocutivo*. A palavra “invasão” age como marcador linguístico da inscrição do jornal na FD dos fazendeiros a partir de uma interdiscursividade. Assim, ao enunciar o fato, isto é a ação do MST, o jornal mobiliza sentidos construídos no discurso dos fazendeiros acerca dessas ações. Invadir, dentro da formação discursiva dos fazendeiros, conforme veremos no item seguinte, constitui-se uma ação que remete ao campo da criminalidade, à noção de apropriação daquilo que não pertence aos trabalhadores sem terra.

Portanto, o discurso midiático (re)tematiza – atualiza – sentidos postos em circulação na sociedade paraense acerca do MST. É a inscrição na ordem do discurso dos fazendeiros que faz com que o discurso midiático signifique essas ações como ato de invasão e não de ocupação tal qual é utilizado na formação discursiva dos movimentos sociais de luta pela terra. É conveniente lembrar que, como ressalta Maingueneau (1997), uma formação discursiva não pode ser compreendida de forma homogênea, fechada em si mesma, sem dialogar com outras FD’s. É desse modo que o dito do jornal dialoga interdiscursivamente com o já-dito proveniente da FD dos fazendeiros.

Poderíamos destacar também o papel desempenhado pela/na utilização do índice linguístico “persistem” na construção de sentidos acerca das ações do MST. Essa forma verbal imprime um teor axiológico no discurso cujo sentido advém também da AD dos fazendeiros, denotando a apreciação e o tom de depreciação dos fazendeiros (na voz do jornal) acerca das ações do MST na fazenda. Mais que isso, o “persistir” constrói um sentido de teimosia e intransigência às ações do MST.

Passemos à reportagem 2, extraída da edição de 8 a 14 de março do jornal Correio do Tocantins. Esta traz, na primeira página (capa), uma reportagem que também tematiza a ocupação da fazenda Macaxeira pelo MST:

## Reportagem 2

**Sem-terra persistem pela Macaxeira**

**SAÚDE**  
**Assembleia Ordinária discutirá norma operacional básica de 96**  
Nos próximos dias 14 e 15, acontece em Belém a 1ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, quando serão discutidas propostas para a Norma Operacional Básica de 96, que trata da gestão, organização e financiamento do SUS. A titular da Sespa, Elisa Sá, coordenadora do Conselho na Região Norte, vai apresentar o Plano de Comunicação de Saúde COM-Norte, já aprovado no encontro das Comissões Bipartite da região e entregue ao ministro Adib Jatene para integrar o Plano Nacional para este ano.



Vista parcial do acampamento dos sem-terra em Curionópolis que foi queimado logo após a saída de seus ocupantes.

Depois de abandonarem na madrugada de terça-feira o acampamento onde estavam alojados há mais de 5 meses em mais de mil barracos construídos de madeira e palha, a 1 quilômetro do centro de Curionópolis, centenas de trabalhadores sem-terra invadiram parte da fazenda Macaxeira, mas ontem eles garantiram que vão abandonar a área onde se encontram. No local, há um risco muito grande de confronto armado entre eles e cerca de 100 homens que estariam entrincheirados na mata prontos para impedir a ocupação da propriedade. O prefeito João Chamon Neto, de Curionópolis, mandou derrubar e queimar as 1.200 barracas onde estavam os sem-terra, como forma de impedir que os mesmos retornem ao local. Os trabalhadores sem-terra inicialmente se alojaram em área da fazenda Serra Verde, de propriedade de Osmar Ribeiro, que faz limite com a fazenda Macaxeira, para depois adentrarem quatro quilômetros em terras já da Macaxeira, que é a área reivindicada por eles. Segundo nosso correspondente em Curionópolis, o clima entre os sem-terra e os seguranças da fazenda é tenso e pode haver derramamento de sangue a qualquer momento, já que invasores e seguranças estão armados. (Pág. 11)

**REFORMA NA PREVIDÊNCIA**

(Correio do Tocantins. Marabá, 8 a 14 de março, 1996)

Destacamos para análise também o título desta reportagem:

### “Sem terra persistem pela Macaxeira” (JCT, 8 a 14 de março)

Neste título, por mais que a palavra “invasão” não seja citada na materialidade discursiva, o sentido de criminalização das ações do MST não deixa de se fazer presente e, mais uma vez, é a forma linguística “persistem” que mobiliza interdiscursivamente a constituição de sentidos.

No eixo *interlocutivo* do processo de enunciação, a forma linguística “persistem” indicia, dentro do jogo das formulações imaginárias proposto por Pêcheux (2010), a instauração de um lugar do leitor a partir do simulacro que o jornal constrói dele. Essa é uma importante condição de produção do discurso midiático. A construção do enunciado “Sem-terra persiste em invadir a fazenda Macaxeira” pressupõe uma relação de interação tácita entre o jornal e o seu leitor, onde ambos compartilham de algo comum: o conhecimento acerca da “invasão” da fazenda Macaxeiras e a continuidade do intento do MST em ocupar esta área de terra. O jornal pressupõe então que o leitor já possua pelo menos duas informações prévias: primeiramente, ele deve saber que a

fazenda Macaxeiras já fora “invadida” pelo MST (essa assertiva poderia ser sistematizada na frase: MST invade a fazenda Macaxeira) e, que, num segundo momento, já houve uma tentativa de negociação por parte de algum interlocutor do MST a fim de evitar a “invasão” e o MST se recusa a negociar, tal como se pode depreender da forma verbal “persiste”. Desse modo, o jornal pressupõe, por parte do leitor, o acompanhamento de todo o processo de tensão e instaura nesse jogo discursivo o seu papel de mediador de informações supostamente neutras dos fatos.

Na edição do dia 12 a 18 de abril, o Correio do Tocantins noticia (enuncia) mais uma ação do MST relacionada ao processo de ocupação da fazenda Macaxeira. Nesse caso, buscaremos analisar a materialidade textual do discurso para além do título da reportagem, de modo a compreender os efeitos de sentido construídos acerca do MST.

Marabá-PA, 12 a 18 de abril de 1996

## Sem-terra iniciam saque e fazem discurso radical

Cerca de duas mil pessoas ligadas ao Movimento dos Sem-Terra voltaram a ensaiar, esta semana, uma marcha em direção a Belém, onde pretendem cobrar do Iterpa e do Inbra a definição sobre a área para assentamento das famílias que já estiveram acampadas em Parauapebas e Curionópolis e há um mês ocupam uma das propriedades da fazenda Macaxeira, área que eles exigem que o governo desaproprie para assentá-los.

Em Curionópolis, quarta-feira, os sem-terra fizeram várias manifestações na cidade, tentaram entrar na prefeitura, só não conseguindo porque o prédio estava fechado. Não satisfeitos, os manifestantes bloquearam a PA-275, que liga a PA-150 à Serra dos Carajás, com toras de madeira e outros obstáculos impedindo assim, a passagem de caminhões, automóveis e ônibus, fazendo com que os passageiros se obrigassem a trocar de carros para seguir viagem.

No final da tarde de anteontem, centenas de famintos entre os militantes do MST atacaram um caminhão pertencente a empresa Comercial Anápolis, de Parauapebas, e saquearam toda sua carga, composta de 18 toneladas de gêneros alimentícios, sem que o motorista pudesse fazer alguma coisa para impedir a veracidade dos saqueadores, que se apossaram de feijão, arroz, óleo, ovos, macarrão, refrigerante, verduras e frutas.

O gerente Marquinhos, da Comercial Anápolis avaliou a carga saqueada em 40 mil reais e o presidente da Câmara de Curionópolis, Antonio Alves de Brito comentava ontem que o governo do Estado poderá indenizar a mercadoria. Antes do saque do caminhão, os manifestantes dispersaram-se pelas ruas de Curionópolis em busca de alimentos, parentes e lugar para dormir fazendo com que pequenas oficinas, barbearias, bares, lanchonetes e ou-

tras lojas fechassem as suas portas. Depois do carro saqueado, até os comércios maiores cerraram as suas portas. Segundo informa um dos líderes do movimento, conhecido apenas como "Fusquinha", os sem-terra estão buscando uma solução "decisiva e radical" e prometem ir mesmo a Belém "nem que seja a pé" se o presidente do Iterpa, Ronaldo Barata, não chegasse até eles ontem em Curionópolis.

Assim que os manifestantes chegaram em Curionópolis, eles invadiram um galpão de um antigo posto de combustível da cidade, localizado à margem esquerda da PA-275, alojando-se em sua área. À noite, os sem-terra fizeram protestos, gritando palavras de ordem e dançando. Na quarta-feira pela manhã, eles saíram em passeata pelas principais ruas da cidade, portando enormes bandeiras e faixas e pronunciando discursos radicais contra a "burguesia pobre", "governo corrupto" e "políticos safados". Organizados em fila indiana dupla, eles chamavam a atenção pela organização demonstrada.

Os líderes Fusquinha, Onalício Araújo e Glaison informam que faltam alimento e transporte para que os manifestantes sigam adiante e que se as prefeituras não colaborarem eles não têm como responder pelos atos dos militantes. Os sem-terra dispõem de apenas dois ônibus, mas esperam conseguir mais transporte com o prefeito de Curionópolis, que esteve em Belém para audiência com o governador Almir Gabriel mas retornou ontem à cidade, onde a noite ficou de se reunir com as lideranças do movimento. Até o fechamento desta edição ontem a noite, o clima era normal entre os mais de dois mil homens acampados em Curionópolis, mas eles ameaçam prosseguir a marcha rumo a Belém e saquear o que for preciso para a sua subsistência durante o trajeto.

(Correio do Tocantins. Marabá, 12 a 18 de abril, 1996)

Começamos com uma análise dos efeitos de sentidos na materialidade linguística do título da reportagem: “Sem-Terra iniciam saque e fazem discurso radical”

Mais uma vez, chama a atenção o processo de nominalização das ações do MST: “saque”. A utilização desse sintagma aciona certos efeitos de sentido na memória discursiva, construindo, assim, um sentido de criminalização das ações do MST ou de ilegalidade e funciona discursivamente da mesma forma que a utilização da palavra “invasão”, mobilizando uma memória discursiva que constrói uma imagem negativa do MST.

O índice linguístico “inicia” age estrategicamente na construção de um processo de gradação das ações do MST, o que reforça o sentido da suposta radicalização das ações do MST, significando-o enquanto um movimento social fechado ao diálogo e à negociação. Essa gradação, construída linguisticamente, da mesma forma que o recorte analisado anteriormente, pressupõe também certo grau de conhecimento, por parte do leitor da matéria, do fato noticiado.

Além disso, esses marcadores indiciam também o primado do interdiscursivo na construção do discurso midiático, mais especificamente, inscrevem na ordem do discurso do jornal, sentidos que circulam na formação discursiva dos fazendeiros da região. É o que se pode ver, por exemplo, na qualificação do discurso do MST, pelo jornal: “discurso radical”. Embora, o sujeito (autor da matéria) ao produzir a reportagem suponha que o sentido do seu discurso se resolve/concretiza nele mesmo (a ilusão do eu), aqui percebe-se como o discurso do jornal produz sentidos mobilizando a voz dos fazendeiros no seu ato enunciativo. Evidentemente, vale lembrar que o sujeito que enuncia, no caso o jornal, nem sempre tem pleno controle do processo enunciativo, de como a ideologia o interpela, interferindo no processo de constituição dos discursos, mas revela em seu discurso posição ideológica.

É desse modo que o discurso põe em circulação sentidos acerca dessas ações pisando num território axiológico marcado pela voz dos fazendeiros, pelo diálogo interdiscursivo com a sua formação discursiva e ideológica. É nessa perspectiva que é possível compreender a forma como o discurso do MST é valorativamente denominado de radical. De certa forma, a caracterização do discurso do MST enquanto radical dialogicamente pressupõe a existência de m outro tipo de discurso (o não radical) que, por sua vez, é uma prerrogativa dos fazendeiros e também do próprio Estado.

Após essas considerações acerca dos efeitos de sentidos instaurados na materialidade textual presente no título da reportagem, passamos à análise de dois fragmentos desta mesma reportagem, a fim de compreendermos como, no funcionamento discursivo do texto dado como matéria jornalística ao leitor, são construídas representações do objeto do discurso, neste caso o MST.

Queremos evidenciar como os fragmentos sob análise se constituem em mais um exemplo de como o discurso midiático, na sua trama linguístico-discursiva, constrói significados acerca do MST e coloca as ações do movimento no âmbito da criminalização. Mais do que isso, o discurso produzido evidencia o trabalho da ideologia ao interpelar o jornal, tornando-o sujeito que ocupa uma posição numa formação social. A reportagem traz informações acerca das ações do MST em Curionópolis/PA, ocorridas no final da tarde do dia 10 de abril, nove dias antes do massacre. Eis, portanto, os dois fragmentos para análise:

#### **Fragmento [1]**

No final da tarde de anteontem, centenas de famintos entre os militantes do MST atacaram um caminhão pertencente à empresa Comercial Anápolis, de Parauapebas, e saquearam toda a sua carga, composta de 18 toneladas de gêneros alimentícios, sem que o motorista pudesse fazer alguma coisa para impedir a verocidade dos saqueadores, que se apossaram de feijão, arroz, óleo, ovos, macarrão, refrigerante, verduras e frutas (Correio do Tocantins, 1996, 12-18 de abril, p. 03, grifos nossos).

#### **Fragmento [2]**

Antes do saque do caminhão, os manifestantes dispersaram-se pelas ruas de Curionópolis em busca de alimentos, parentes e lugar para dormir fazendo com que pequenas oficinas, barbearias, bares, lanchonetes e outras portas fechassem as portas. Depois do carro saqueado, até os comércios maiores cerraram as suas portas (Correio do Tocantins, 1996, 12-18 de abril, p. 03).

No fragmento [1] os trabalhadores rurais militantes do MST aparecem não como pessoas em situação de marginalização social, mas como criminosos, fora da lei, saqueadores. As palavras grifadas (atacaram, saquearam, se apossaram), utilizadas para nomear as ações do MST, constituem-se em índices linguísticos fundamentais na construção de uma representação negativa acerca do MST e das ações de seus militantes, a partir da memória discursiva com qual elas interdiscursivamente dialogam.

A intensidade da ação dos militantes do MST é retratada a partir da palavra “voracidade”. Portanto, é construída uma cena discursiva onde as ações do MST *a priori* são retratadas pelo jornal como criminosas.

Nesse caso, vale lembrar que, segundo Maingueneau (1997, p. 115), na medida em que a memória discursiva é uma espécie de “instância de construção de um discurso”, regulando e doando “os objetos do discurso para um sujeito enunciator”, é na nominalização que esse interdiscurso se revela. Isso se opera através de um jogo parafrástico, onde o que é dito (nesse caso, o discurso do jornal acerca da ação do MST) dialoga interdiscursivamente com o já-dito, com uma memória discursiva. Isso, por sua vez, constrói um sentido de criminalidade para as ações do MST.

Podemos ainda lançar mão aqui do conceito de cena enunciativa formulado por Maingueneau (2001), segundo o qual, “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2001, p. 85). Desta forma, defende o autor que quando nos deparamos com um texto, nos confrontamos em primeira mão com uma *cenografia* que pode ser apresentada de modos diversos. Como nos lembra o autor, “a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra” ((MAINGUENEAU, 2001, p. 87), de modo que ela controla o próprio desenvolvimento do discurso com o intento de atingir o seu público fazendo com que os leitores aceitem o que vai sendo validado na própria enunciação. O recorte 1 da reportagem 3 estabelece uma cenografia na qual desenha-se um quadro para integrantes do MST como saqueadores, baderneiros e, enfim, sujeitos fora da lei. Esta cenografia vai se desenvolvendo à medida que o quadro representativo do MST vai reunindo elementos capazes de desenhar para o leitor a imagem pretendida do MST com o desejo de obter do leitor um acordo tácito sobre o quadro delineado.

O jogo parafrástico e a cenografia também podem ser percebidos no fragmento [2]. A cena de enunciação descreve uma típica cena de “faroeste” dos filmes americanos: uma terra sem lei, sem a presença do estado, marcada pela desordem. A cena descrita na reportagem traz uma representação do MST no campo da desordem social, uma vez que evoca na memória algumas imagens historicamente caricaturadas e estigmatizadoras na memória histórica do povo brasileiro, como por exemplo, a imagem que se criou para o comunismo em tempos de regimes ditatoriais, causando medo e pavor na população. Ora, é nesse movimento de diálogo com uma memória

interdiscursiva, que o discurso do jornal vai se constituindo, e, nesse mesmo movimento vai instituindo uma imagem de criminalização das ações do MST.

Por fim, a utilização do marcador linguístico “até” na frase “*Depois do carro saqueado, até os comércios maiores cerraram as suas portas*”, no fragmento [2], constrói um efeito de gradação na trama discursiva reforçando o sentido de radicalização atribuído às ações do MST.

Ainda pensando a constituição de sentidos acerca do MST e de suas ações na imprensa marabaense, mais especificamente o processo de nomeação, analisaremos duas reportagens do Jornal Opinião que, assim como as do Correio do Tocantins, dizem respeito ao processo de tensão em torno da fazenda Macaxeira.

Da mesma forma que fizemos com o *corpus* anteriormente analisado, buscaremos demonstrar como, no processo de constituição de sentidos nas páginas do jornal, há um primado do interdiscurso sobre o discurso, ou seja, a constituição do dizer se constrói a partir da relação com um já-dito, uma memória discursiva (interdiscurso). Assim, é nosso objetivo discutir como a ideologia interpela o sujeito e, na transparência da linguagem, “fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 51).

Vale aqui também a orientação de Pêcheux (2009, p. 130) acerca da compreensão da ideologia, na perspectiva do que ele denomina de teoria materialista do discurso: “[...] é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma delas vivesse ‘previamente a luta de classes’ em seu próprio campo”. Em outras palavras, à medida que entendemos a ideologia enquanto dotada de uma porosidade social, materialidade, ela não pode ser entendida enclausurada em si mesma, mas sempre num processo relacional, ou seja, a ideologia não pode ser compreendida como algo já dado ou como uma etiquetagem no mundo, seu processo é complexo e marcado de contradições que se evidenciam no discurso.

Passemos, portanto, para a análise das reportagens: a primeira é da edição de 01 a 08 de março do jornal Opinião.

## Reportagem 4

### Sem Terra planejam semana de luta pela reforma agrária

Os Sem Terra de Curionópolis planejam para o início do mês uma Semana de Luta Pela Reforma Agrária. O evento, que pretende reunir cerca de 6 mil trabalhadores rurais de 10 municípios do Sul e Sudeste do Pará, deve acontecer nos dias 10 e 15 e será promovido por Sindicatos e pelo comando estadual do MST.

As lideranças do movimento garantem que o objetivo do evento é criar um fato social e político para chamar a atenção do governo. Para isso eles já lançaram convite ao ex-deputado Luis Inácio Lula da Silva e ao sociólogo Herbert de Sousa, o "Betinho", e também já tiveram presença confirmada de vários parlamentares estaduais e federais. Até lá eles pretendem cadastrar pelo menos 200 famílias de Marabá e região que estejam sem emprego.

#### Assentamento

Há oito meses as 2.500 famílias de trabalhadores rurais esperam do Inbra uma decisão. A avaliação de Onalício Araújo Barros, o "Fusquinha", é de que a saída de Francisco Grazziano foi uma estratégia do governo para interromper o programa de assentamento. "Fusquinha" garante que nos últimos meses nada foi feito e conclui sua análise afirmando que se depender do Inbra a Reforma Agrária nunca vai acontecer. "Nós só vamos conquistar a Reforma Agrária na forma da luta e da ocupação".

#### Ocupação na área urbana

Essa semana as lideranças do MST de Curionópolis ocuparam o prédio da Prefeitura, exigindo a doação de material escolar para a Escola do movimento, que hoje atende cerca de 1.200 crianças. Foram distribuídos lápis, cadernos e canetas. Eles também invadiram uma plantação de propriedade da Prefeitura, de onde foram colhidas 5 sacas de milho e 8 de mandioca para alimentar as 2.00 famílias, que há 3 meses não recebem do governo qualquer doação.

A Prefeitura não entrou com nenhuma ação judicial, mas alega que o

material seria destinado a merenda escolar. Os Sem Terra se reuniram com a Polícia Militar para justificar que foram autorizados por 2 seguranças. Mas o major Oliveira, comandante da 10ª Companhia Independente, sediada em Parauapebas, considerou a ação lesiva ao Patrimônio Público, garantindo que com isso eles podem ser despejados do local a qualquer momento. Na quarta-feira, o prefeito João Chamon Neto se reuniu em Brasília com o presidente do Inbra, para cobrar do governo uma solução para o problema.

(Opinião. Marabá, 01 a 08 de mar, 1996.)

Primeiramente, é necessário atentarmos para os efeitos de sentidos presentes no título da reportagem, pois tais efeitos materializam uma estratégia linguística nas páginas dos jornais e, no funcionamento do discurso, cria uma representação do MST e de suas ações, que, de certa forma, se diferenciam daquelas criadas – pelo menos almejadas – no discurso do jornal Correio do Tocantins. Algumas marcas discursivas são importantes no título da reportagem:

## **“Sem Terra planejam semana de luta pela reforma agrária” (JOP, 01 a 08 de março)**

O sintagma “luta” é um a marca linguística bastante significativa nesse discurso, pois evidencia o jogo parafrástico envolvido nesse processo discursivo, e demonstra como o discurso midiático aciona um sintagma da formação discursiva do MST para nomear uma ação desse movimento social. É a partir desse diálogo interdiscursivo com a FD do MST que essa ação é semantizada, o que faz com que ela não seja significada de outra forma, como por exemplo, “*uma semana de invasão de terras*”, ou seja “*semana de luta*” deriva da voz do MST.

A utilização do sintagma “luta” dialogicamente joga com uma imagem do outro do MST, aquele que o oprime, e que, portanto, força o movimento social a lutar contra essa situação de opressão. Nessa perspectiva, a ação do MST é uma reação a uma situação que lhe está imposta. Aqui as ações do MST não estão associadas a nenhuma ideia de desordem, são ações planejadas, e possuem um fim determinado: a reforma agrária. O processo de nomeação da finalidade de luta pela terra (a reforma agrária) reflete a relação interdiscursiva entre o dizer e as redes de memória ao quais o dizer se filia.

O jornal assume um tom “politicamente correto”. Este ethos do jornal pode ser vinculado ao tipo de ação que ele noticia, ou seja, ele não noticia uma ocupação de terra do MST, mas uma ação que está dentro dos padrões de legalidade permitidos pelo Estado, que é uma reunião para o qual o MST fez “convite” – perceba o tom de formalidade presente no discurso – ao ex-deputado Luiz Inácio Lula da Silva, bem como ao sociólogo Betinho e parlamentares estaduais e municipais. Aqui, o tom discursivo do jornal entra em acordo com o tipo de evento produzido pelo MST, isto é, dentro das conformidades da lei.

O título da segunda reportagem (“ocupação na área urbana”) evidencia mais uma vez uma relação de interdiscursividade entre a FD do jornal e a FD do MST. A ação agora é nomeada enquanto uma “ocupação”, e não “invasão”. Por virem de formações discursivas distintas, muitas vezes construídas numa relação de polêmica (MST e fazendeiros), essas duas palavras filiam-se a redes de sentidos distintas e, constroem

efeitos de sentido também distintos. Como já fora ressaltado, as redes de sentidos em torno do verbo invadir, procuraremos nos ater aqui somente à forma verbal “ocupar enquanto marca de funcionamento do discurso.

A nominalização “ocupação”, usada para nomear as ações do MST (ocupação da prefeitura de Curionópolis) mobiliza uma memória discursiva, e (re)atualiza sentidos que na região são historicamente demarcados. Ocupar, na formação discursiva do MST, remete ao processo de valorização da terra (não pelo seu valor monetário) mediante a realização de atividades produtivas. Ocupar equivale a usar a terra produtiva e culturalmente enquanto lugar de produção da existência.

Tomando como referência a formação do espaço agrário amazônico nas últimas décadas, na perspectiva do discurso do Estado brasileiro, ocupar está relacionado ao processo de preencher espaços vazios. Essa assertiva se resume na frase que tem a sua gênese nesse período: “homens sem terras para terras sem homens”. Ocupação na ordem do discurso oficial estaria, portanto, relacionada a tentativas de aproveitar as potencialidades de uma região “desocupada”. Poderíamos então afirmar que no processo de constituição de sentidos no discurso essas memórias discursivas são acionadas.

Todavia, como nesse processo de deslizamento de sentidos de uma formação discursiva para outra o sentido pode vir a ser outro, surgindo um acontecimento discursivo, destacamos também um fragmento da reportagem que, polissemicamente, constrói um sentido de criminalização das ações do MST, mesmo no interior de uma formulação que produz o efeito “politicamente correto”:

**“Eles (os militantes do MST) invadiram também uma propriedade da prefeitura, de onde foram colhidas 5 sacas de milho e 8 de mandioca para alimentar as 260 famílias” (JOP, 01 a 08 de março)**

Aqui, observa-se que apesar de o jornal vir construindo uma trama discursiva, ao longo da reportagem, em que as ações do MST são nomeadas como “ocupação”, a utilização de uma derivação do sintagma “invadir”, associado ao marcador discursivo “também”, evidencia que, muito embora a ação do MST frente ao prédio da prefeitura

de Curionópolis fosse nomeada como ocupação, o efeito de sentido que está sendo mobilizado é aquele advindo da formação discursiva dos fazendeiros, que no funcionamento discursivo, criminaliza as ações do MST. Nesse caso, ocupar e invadir acabam se equivalendo nesta formação discursiva.

É curioso notar que nesta reportagem o jornal evita construir um clima de tensão entre fazendeiros e MST. Na reportagem, quando o MST organiza para realizar alguma (mobiliz)ação é sempre fazendo frente ao estado, e não aos fazendeiros. A tensão fazendeiros/MST está suspensa nas/das páginas do jornal.

Mas, como é representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, no funcionamento discursivo, quando o discurso midiático enuncia as (re)ações dos fazendeiros do sudeste paraense frente às ações do MST? Este é o questionamento que motiva a discussão do item seguinte.

#### **4.2 Se o fazendeiro “produz”, o que faz o MST?**

Nesse item, buscaremos analisar as representações do MST, no funcionamento do discurso dos Jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano de 1996, à medida que os estes meios de comunicação enunciam as (re)ações dos fazendeiros do sudeste paraense frente às constantes ocupações de terra na região. Nessa perspectiva, atentaremos para os regimes de memória instaurados nas páginas do jornal Correio do Tocantins e Opinião, no ano de 1996, em Marabá/PA.

Em nossa análise atentaremos para a utilização dos verbos “produzir” (e suas derivações, tais como produção, produtor, etc.) na formação discursiva de onde fala a mídia impressa, relacionado aos fazendeiros rurais. Na análise de nosso *corpus* buscaremos perceber como a utilização desse verbo aciona e se insere interdiscursivamente num regime de memória discursiva, que, por sua vez, contribui na construção de uma representação acerca do MST e de suas ações frente à grande propriedade na região sudeste do Pará. Ou seja, na ordem do discurso da imprensa marabaense são construídas identidades acerca do MST.

Estas identidades muitas vezes são construídas dialogicamente a partir da construção de uma identidade acerca dos fazendeiros da região sudeste paraense, tendo a forma linguística “produzir” como um elemento importante. Dessa forma, no

funcionamento do discurso dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, são construídas duas identidades, a do MST e dos fazendeiros.

Na edição do dia 22 a 28 de março, do ano de 1996, o jornal Correio do Tocantins traz na página 06 a seguinte reportagem:

## Reportagem 5

Página 6

TOCANTINS  
O JORNAL DE CARAJÁS

Marabá-PA, 22 a 28 de março de 1996

### Produtores denunciam inércia do governo para conter as invasões

#### Incrá atenderá reivindicação dos sem-terra da região

Os produtores rurais do sul e sudeste do Pará, reunidos em Assembleia nesta cidade por ocasião do III Encontro de Lideranças Rurais, promovido dia 14 pela Federação da Agricultura do Estado (Faepa), elaboraram a "Carta de Marabá", na qual eles externam suas profundas preocupações e repúdio ante "a inação do governo do Estado para conter a onda de invasões de terras que está ocorrendo na região, numa acintosa afronta à lei e à ordem", diz trecho da carta.

Declorando que essas invasões estão gerando um clima de tensão e insegurança, ante o recrudescimento da violência na região, os produtores rurais denunciam na "Carta de Marabá" que está havendo descumprimento dos mandados de reintegração de posse determinados pela Justiça por falta de força policial indispensável à segurança e integridade física do oficial de Justiça designado para o cumprimento dos vários mandados já expedidos, especialmente nos municípios de

Parauapebas, Curionópolis, Redenção, Xinguara, Tucumã, Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia.

"Entendemos que está sendo colocado em xeque não somente a propriedade rural ou o direito constitucional de propriedade, mas sim a ordem pública, o estado de direito e a paz social", dizem os produtores no documento.

Mais adiante, eles alertam que a situação das invasões está insustentável e não pode mais perdurar e, para evitar mais violência e derramamento de sangue, continuam com a firme convicção de que o poder público cumprirá o seu dever, confiantes que o governo do Estado saberá exigir o respeito à lei e à ordem, na defesa dos direitos inalienáveis de seus cidadãos.

Finalizando o documento, os produtores rurais do sul e sudeste do Pará alertam que, caso perdue a omissão demonstrada até o momento, "não hesitaremos em recorrer às instâncias superiores para ver respeitados nossos direitos de cidadãos e produtores rurais".

Trabalhadores rurais do MST (Movimento dos Sem-Terra) após a "Semana de Luta pela Reforma Agrária, realizada em Marabá", entregaram um ofício, no último dia 15, sexta-feira, ao executor da Unidade Avançada do Incra em Marabá. Livro de Moraes Matos, no qual são feitas suas reivindicações: liberação de crédito para famílias assentadas na área denominada Palmares, em Parauapebas. Demarcação imediata dos lotes individuais e coletivos da mesma área, assentamentos de famílias sem-terra nos municípios de São Geraldo, Jacundá, Marabá, São Domingos, Ipixuna e Iupiranga; liberação de cestas básicas, assentamento de famílias na fazenda Macaxeira e criação de uma comissão para solucionar a questão agrária da região.

Libro Matos esclareceu que a Superintendência do Incra em Belém recebeu recursos na ordem de R\$ 703.080,00 para serem utilizados na Colônia Palmares. São recursos para a compra de fomento, alimentos, construção de casas e outros pe-

quenos serviços. Esse dinheiro virá através do Banco do Brasil. Na última quarta-feira ele reuniu-se com aqueles colonos onde repassou a informação da liberação do crédito.

Sobre a demarcação dos lotes, o executor explicou que ela está na programação do Incra para este ano. "Temos discutido essa questão com o pessoal do PA - Projeto de Assentamento - Palmares. Nesse encontro contaremos com a presença do superintendente estadual do Incra, Vagner Carlos e da chefe de Divisão de Assentamento, Maria Santana da Silva", disse Libro.

Ele informou que nesse encontro será definida a forma como vai ser feita a demarcação: se por lote ou coletivamente.

Sobre o imediato assentamento de famílias sem-terra em municípios do sul do Pará, o executor do Incra explicou que o órgão possui jurisdição apenas sobre os municípios de Marabá, Ipixuna e Iupiranga. Para esses locais, Libro explicou que o Incra está de portas abertas para proprietários de terras que que-

ram negociar através do Decreto 433/92, que trata do processo de compra e venda de terras. Foi por meio desse decreto que o Incra adquiriu a área onde hoje é a Colônia Rio Branco, em Parauapebas.

Para o caso dos trabalhadores sem-terra, acampados na fazenda Macaxeira, Libro disse que há uma área de 5.921 hectares na fazenda que vai ser adquirida pelo Incra para assentar aproximadamente 210 famílias. O processo para a aquisição dessa área segue esta semana para Belém, onde será analisado pela superintendência do órgão, depois segue para Brasília.

De acordo com Libro, cerca de 400 famílias ocuparam a fazenda Bai Cruzeiro do Sul, que fica no complexo Macaxeira. Não houve até agora nenhum confronto armado com a polícia e os sem-terra vêm recebendo cestas básicas doadas pelo governo do Estado, além de dois médicos da Polícia Militar que estão prestando assistência aos acampados. "Os sem-terra ocu-

param essa fazenda para pressionar o Governo a fazer a desapropriação ou a aquisição daquela área", diz Libro.

Quanto a criação de uma comissão especial para resolver a questão da reforma agrária, ele disse que apoia a iniciativa do MST e solicita que nessa comissão sejam incluídos técnicos do Incra de Marabá, pois eles "conhecem bastante os problemas fundiários da região", disse.

Nos dias 6, 7 e 8, em Belém, houve um encontro entre um diretor do Incra de Brasília, do Incra de Belém e de Marabá, além do presidente do Itepa. Nesse encontro foi elaborado um documento denominado "Programa de Ação Emergencial", para encontrar possíveis alternativas para desapropriação de áreas no trecho entre Marabá e Parauapebas. Para isso haverá um levantamento identificatório nesse trecho, para que seja levantado a situação real da terra, principalmente para se saber quem está documentado e quais as áreas que pertencem à União.

(Correio do Tocantins, Marabá. 22 a 28 mar.1996)

Atentemos ao título da reportagem: "Produtores denunciam inércia do governo para conter as invasões"

A partir do título podemos ver que a reportagem traz questões interessantes para que possamos pensar um pouco acerca da relação entre produtores Rurais/Estado/MST. Num primeiro plano, o jornal chama a atenção para a ação dos fazendeiros da região sul e sudeste do Pará, denominados de produtores rurais, frente à inércia do Estado no sentido da incapacidade de conter as "invasões" de terras.

Uma primeira questão precisa ser destacada na reportagem acima para que possamos analisar a representação construída acerca do MST no discurso do jornal Correio do Tocantins, atentando, conforme já mencionamos acima, não para a unicidade do sujeito do discurso, mas para a interação verbal no processo de construção de sentido no discurso. Primeiramente, destaco a forma como são nomeados os fazendeiros da região sul e sudeste do Pará – os produtores rurais.

No sentido de compreender o processo de nomeação dos fazendeiros da região sul e sudeste do Pará (denominados de produtores rurais) deve-se ressaltar que, como nos afirma Bakhtin (2006), não há neutralidade nas palavras. Para ele, a “palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de sentido ideológico e vivencial” (BAKHTIN, 2006, p. 96). Desse modo, ao pronunciar determinadas palavras, o sujeito se insere numa cadeia discursiva marcadamente ideológica, onde o que ele diz não é puramente seu dizer.

Como nos lembra Authier-Revuz (1990, p. 27), “nenhuma palavra é neutra, mas inevitavelmente ‘carregada’, ‘ocupada’, ‘habitada’, ‘atravessada’ pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada”. A palavra é construída dialogicamente a partir da interação com outros discursos, embora haja a ilusão, por parte do sujeito do discurso, de que ele é a origem daquilo que fala. Ao falar, o sujeito posiciona-se responsivamente frente a outros discursos.

Nesse sentido, compreendemos a linguagem enquanto dotada de uma historicidade, inserida num contexto social, enquanto uma prática social de interpretação e, portanto, de significação do mundo. Entendemos que, assim como ressalta Geraldi (1997, p. 15), a historicidade da linguagem afasta dois mitos:

[...] aquele da univocidade absoluta, identificável com o sonho da transparência, e aquele da indeterminação absoluta em que não seria possível atribuir qualquer significação a uma expressão fora do seu contexto. Entre os dois extremos está o trabalho dos sujeitos como atividade constitutiva.

Convém lembrar ainda que, segundo Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 10), “o sujeito é tomado a partir da interpelação ideológica do indivíduo, ou seja, não há um ‘fora’ em relação ao sujeito, uma pré-existência intocada pela língua e pela história”. Uma vez que entendemos o discurso enquanto prática social (FOUCAULT, 2004), deve-se atentar para o fato de que o processo de construção social de sentido se dá também a partir da interdição de certos discursos e evidência de outros. Portanto, ao se referir aos fazendeiros da região sul e sudeste do Pará, nomeando-os de produtores rurais, o jornal silencia alguns discursos e evidencia outros. Há, interdiscursivamente, uma rememoração/atualização de alguns discursos construídos sócio-historicamente acerca do que é “produzir”. Referir-se aos fazendeiros como produtores rurais é uma atividade de interpretação social operada através da linguagem, atravessada pela

ideologia, de tal modo que o sujeito, dentro de uma determinada formação discursiva, constrói significados sociais para a realidade concreta.

De outro modo, na medida em que a mídia evidencia o aspecto produtivo (isto é a racionalidade econômica), ao se referir aos fazendeiros, ela silencia outros discursos cuja gênese é a formação discursiva de onde falam os movimentos sociais do campo, que historicamente têm criticado e combatido a concentração fundiária na região. Dentre esses movimentos sociais, destaca-se o MST. Portanto, estes fazendeiros não são denominados, por exemplo, de “latifundiários”.

A construção desse discurso que acentua o aspecto produtivo na figura do fazendeiro, por sua vez, busca também deslegitimar o discurso do MST, que tem na produção de seus assentamentos um importante instrumento de legitimação de sua luta contra o latifúndio. A título de exemplo, vale lembrar que o lema do II Congresso Nacional do MST, realizado em 1990, era “ocupar, resistir e produzir”. Ou seja, dialogicamente podemos afirmar que na formação discursiva do MST, as ações dos fazendeiros (denominados de latifundiários) estão marcadas pela grande extensão de terra, violência (dos fazendeiros e da própria polícia, o que suscita a necessidade de resistência do acampado) e a improdutividade.

À medida que o MST enuncia em seus discursos a necessidade de que os trabalhadores rurais sem terra ocupem a grande propriedade (denominada de latifúndio, o que por sua vez, evoca uma memória negativa, atrelada à ideia de atraso) e produzam, ele acaba construindo uma imagem de suas ações frente a grande propriedade, bem como do próprio fazendeiro. Este, nos discursos do MST, aparece atrelado à ideia de concentração e violência no campo.

Rodrigues (2006, p. 46) mostra como os discursos do MST vão se constituindo ao longo de seu processo de consolidação enquanto movimento camponês. Nesse processo, tais discursos se constituem a partir da relação interdiscursiva com os discursos de outros movimentos sociais de luta pela terra, a partir de uma “reconfiguração discursiva”. Mas em meio a esse processo parafrástico, se configura, segundo o autor, um acontecimento discursivo: o discurso da Reforma Agrária pela Ocupação.

É justamente contra essa imagem construída nos/pelos discursos do MST que os fazendeiros se manifestam, combatendo-a, negando-a em seus discursos à medida

que denominam-se de “produtores e proprietários rurais”. Assim, denominar-se de produtor e proprietário rural é estratégia discursiva de negação do discurso do outro. É frente à formação discursiva do MST que a formação discursiva dos fazendeiros se constitui e produz sua identidade.

Aqui vale lembrar mais uma vez do que nos alerta Maingueneau (1997, p.112), acerca da necessidade de se perceber a constituição de uma formação discursiva a partir de um diálogo com outra:

O fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, não se constituindo em um limite que, por ser traçado de modo definitivo, separa um interior e um exterior, mas inscrevendo-se entre diversas formações discursivas, como uma fronteira que se desloca em função dos embates das lutas ideológicas.

Não seria por demais afirmar que o sintagma “produção” (e suas possíveis derivação nominais) se insere numa espécie de campo discursivo<sup>43</sup>, onde duas formações discursivas (a do MST e a dos fazendeiros) estão em constante processo de entrelaço e concorrência, buscando afirmar-se e deslegitimar o discurso do outro.

A nomeação produtor rural é relativamente nova, tendo em vista as relações de trabalho historicamente construídas no campo brasileiro, que remontam ao período colonial brasileiro. Em *O ovo da Serpente*, Bruno (2002) chama a atenção para o fato de que no final da década de 1980, com a forte pressão dos movimentos sociais do/no campo brasileiro por uma política nacional de reforma agrária, bem como o indício de abertura política, o que invariavelmente ameaçava a tranquilidade política que possuíam as elites agrárias durante a ditadura civil-militar, a classe patronal rural esboça uma reação frente a todo esse processo, o que, por sua vez, culminou com a conformação de “nova identidade patronal rural”.

Segundo a autora, essa nova identidade patronal, surgida como uma reação à política de reforma agrária e o perigo que isto representava à manutenção dos interesses da classe patronal, era marcada por “uma nova retórica de legitimação e de dominação assentada na complementaridade de práticas políticas e de símbolos antigos e novos, atrasados e modernos” (BRUNO, 2002, p. 17). Embora a classe patronal rural busque se legitimar a partir de uma lógica de modernização econômica, com um discurso

---

<sup>43</sup> Segundo Maingueneau (1997, p. 116), “o campo discursivo é definível como um conjunto de formulações discursivas que se encontram numa relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”.

desenvolvimentista, algumas práticas antigas perduram, tais como “a concepção de propriedade como direito natural e ilimitado e a violência como prática de classe” (BRUNO, 2002, p. 17). Na construção dessa nova identidade da classe patronal, o velho e o novo se mesclam, onde a principal designação na retórica de classe é “nós, os produtores e empresários rurais modernos e racionais”.

A mobilização da identidade de produtor e empresário rural busca, acima de tudo, desconstruir uma imagem negativa acerca da classe patronal rural brasileira e suas ações no meio rural brasileiro: aos proprietários de grandes extensões de terras estava associada a imagem do latifúndio, da exploração irracional e desumana da mão de obra do trabalhador e, além disso, a própria improdutividade de suas atividades. Dialogicamente, o discurso que busca legitimar essa nova retórica da classe patronal, sob a égide da racionalidade econômica, é uma reação aos discursos dos movimentos sociais do campo brasileiro.

Se por um lado, a nova retórica da classe dos proprietários e empresários rurais permanece com a concepção de direito à propriedade privada como natural e ilimitado e tentam legitimá-lo sob a égide do discurso da racionalidade econômica, por outro lado, e como consequência disso, não toleram toda e qualquer tentativa dos movimentos sociais no sentido de desmobilizarem e de pôr em xeque o seu domínio econômico. Nesse sentido, o discurso da classe patronal rural brasileira, que, como vimos acima, é reverberado para o espaço discursivo da grande e pequena mídia brasileira, dialogando interdiscursivamente com o discurso jurídico, lança toda e qualquer ação desses movimentos sociais (no nosso caso específico, dos “sem-terra”) no campo da criminalidade.

Ora, o jornal *Correio do Tocantins* ao enunciar na edição do dia 22 a 28 de março, de 1996, que “*Produtores denunciam a inércia do governo para conter as invasões*”, o discurso midiático dialoga interdiscursivamente com o discurso jurídico e político, bem como com o econômico, colocando em lados opostos os proprietários rurais e os “sem-terra”, ou seja, os que produzem e aqueles que com suas ações prejudicam o desenvolvimento das atividades econômicas dos proprietários rurais.

A estrutura do título da reportagem, como suas escolhas lexicais ao se referir aos fazendeiros da região sul e sudeste do Pará, bem como aos “sem-terra” estão marcadas pelo trabalho da ideologia materializada no discurso que, por sua vez, se materializa na linguagem produzindo efeitos de sentido; mais que isso, indiciam a

formação ideológica de onde fala o sujeito do discurso. Na medida em que dialogicamente o discurso midiático representa o fazendeiro enquanto “produtor rural”, coloca o MST na condição de ator social que compromete as atividades de ordem econômica e a paz no campo, ou seja, impede a produção na região.

Ao longo da reportagem é possível perceber várias marcas textuais que indiciam certa representação dos sem-terra e dos fazendeiros. Uma é construída em detrimento da outra. A reportagem faz menção a uma carta (denominada Carta de Marabá) elaborada por “produtores do sul e sudeste do Pará”. Aliás, toda a matéria é organizada em torno desse documento construído no III Encontro de Lideranças Rurais, ocorrido em Marabá/PA, e organizado pela Federação da Agricultura do Estado (Faepa). Isso mostra como a formação discursiva de onde fala o discurso da imprensa dialoga com a formação discursiva dos fazendeiros, principalmente no sentido de afirmar o discurso deste.

Os fragmentos selecionados da Carta de Marabá que aparecem ao longo de toda a reportagem também evidenciam a posição ideológica do sujeito do discurso: este está sempre representando os sem-terra como “invasores”, como aqueles que atentam contra a ordem social, a harmonia e paz no campo, desrespeitam as leis e as instituições públicas. Seriam eles, portanto, os responsáveis pelo estado de tensão e caos no campo paraense. Aos fazendeiros, parece não haver outra alternativa a não ser “denunciar” as ações dos “invasores de terra”. São esses os trechos da Carta de Marabá que são citados literalmente na reportagem cujo texto ora é dos fazendeiros e ora é participação do próprio jornal:

1. “a inação do Estado para conter a onda de *invasores* de terras que está acontecendo na região, numa acintosa *afrenta à lei e à ordem*” (grifo nosso);
2. “Entendemos que *está sendo colocado em xeque não somente a propriedade rural* ou o direito constitucional de propriedade, *mas sim a ordem pública, o estado de direito e a paz social*” (grifo nosso);
3. “*Não hesitaremos* em recorrer às instâncias superiores para *ver respeitados nossos direitos de cidadãos e produtores rurais*” (grifo nosso).

Assim, da mesma forma que o MST tem nos seus atos uma estratégia de busca de apoio às suas lutas políticas e sociais contra a concentração fundiária na região, buscando a adesão da sociedade civil para as suas convicções, os produtores rurais

afirmam que a ação dos “invasores de terra” não são somente um atentado ao direito dos fazendeiros à propriedade, mas à lei, ordem pública, ao direito e à paz social. Portanto, o que está em jogo aqui é a capacidade de persuasão da sociedade (dos cidadãos) por parte dos movimentos sociais e dos fazendeiros para dois projetos sociopolíticos antagônicos.

Um fato digno de se destacar nessa reportagem é a inversão dos papéis que se opera a partir do uso da expressão “denunciam” atribuída à ação dos fazendeiros (proprietários denunciam...), o que mais uma vez joga a ação do MST no campo da criminalidade. Ora, historicamente, quem sempre fez denúncias para os problemas vivenciados no campo foram os próprios camponeses e organizações de apoio à luta dos movimentos sociais do/no campo. Denunciavam a situação de trabalhadores em situação de trabalho escravo, as violências e assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças sindicais e de movimentos sociais. Esta ação de denunciar muda de posição na voz do jornal, é agora ocupada pelos fazendeiros.

Uma vez que o sujeito e a língua estão sempre sujeitos ao equívoco (PÊCHEUX, 2009), ou seja, o discurso não é algo dado, pronto e acabado, embora a reportagem se estruture de modo a construir uma imagem vitimizada do fazendeiro, o último enxerto traz o discurso de um sujeito que rompe com o estereótipo da vítima, e nesse novo acontecimento discursivo surge um produtor rural obstinado (“não hesitaremos”) a garantir que o seu suposto direito de produtor rural “dono da terra” seja respeitado. Numa região onde o assassinato de trabalhadores rurais e de lideranças dos movimentos sociais e sindicais por pistoleiros, a mando de fazendeiros<sup>44</sup>, é uma realidade, a expressão “não hesitaremos” pode atualizar na memória discursiva uma imagem de um fazendeiro que tem na violência contra os trabalhadores do campo o seu principal instrumento de manutenção de poder.

A segunda reportagem que integra uma só página do jornal (reportagem 5) – que traz como título “INCRA atenderá a reivindicação dos sem-terra da região” – deve ser compreendida a partir de sua relação semântica com a primeira, posto que enquanto a primeira reportagem em nenhum momento cita o nome “MST” ou “sem-terra” ao tratar da denúncia feita pelos fazendeiros da região acerca da “inércia do governo”

---

<sup>44</sup> Melhores esclarecimentos acerca da prática da pistolagem podem ser encontrados em Pereira (2004; 2013) e Bruno (2002).

frente as invasões, a segunda reportagem não só reafirma o clima de tensão social na região, mas acima de tudo, nomeia um dos atores sociais do campo: os sem-terra.

Um fato digno de nota nas duas reportagens é que, por mais que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra esteja “presente” no discurso do jornal, há um silenciamento da voz do próprio MST. Sua voz é interdita. Na primeira matéria, esse movimento social é criminalizado, tendo em vista o jogo discursivo que se opera, nomeando-os de “invasores”. Já na segunda matéria, quando se refere às reivindicações dos sem-terra, ao longo do texto, o discurso é construído tomando como referência a voz do então executor da Unidade Avançada do INCRA, em Marabá, Líbio Matos.

É importante notar a estratégia discursiva do jornal ao colocar essas duas reportagens juntas (numa relação de complementariedade) numa mesma página. Ao realizar esse jogo textual, o jornal busca manter sua imagem de neutralidade, de quem apenas noticia os fatos sejam relativos aos fazendeiros, sejam ao MST, sem que com isso evite colocar em cena a luta de classe: enquanto a primeira reportagem fala do descontentamento dos fazendeiros com o MST e com o Estado que não toma providências, a outra apresenta o INCRA que atende às reivindicações dos sem terra. Há um jogo duplo: ao mesmo tempo que o jornal se coloca no campo da imparcialidade porque noticia sobre as duas partes em conflito, sutilmente acende o conflito quando traz a queixa do fazendeiro e diz que o MST está sendo atendido pelo estado (INCRA).

Nos fragmentos trazidos abaixo, percebe-se como o discurso do fazendeiro se constitui e delimita sua identidade numa relação com o seu avesso, ou seja, a partir de uma relação polêmica com outros discursos, sobretudo do MST. Mais uma vez, tomando como referência Maingueneau (1997), destacamos que as FD's não são um todo fechado e homogêneo, mas são construídas a partir da relação dialógica com outras FD's, nesse caso, a do MST e a dos fazendeiros. Segundo Foucault:

[...] uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto de semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar. (FOUCAULT, 2004, p. 50-51)

Dito isso, partiremos então para a análise dos fragmentos da reportagem. Trata-se da edição do dia 12 a 18 de abril de 1996, do JCT, p. 10, intitulada “Ruralistas denunciam ação ilegal dos sem-terra direto ao ministro”.

Página 10

TOCANTINS  
O JORNAL DE CARAJÁS

Marabá-PA, 12 a 18 de abril de 1996

## Ruralistas denunciam ação ilegal dos sem-terra direto ao ministro

A Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa) enviou um documento ao ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, semana passada, informando-o sobre as ações ilegais do Movimento dos Sem-Terra (MST) que vem atingindo propriedades produtivas no sul e sudeste do Pará, cuja situação é extremamente grave e tem gerado tensões, insatisfações, insegurança e revolta, levando tradicionais produtores rurais ao abandono de suas atividades produtivas face ao desestímulo provocado pela inação do Estado. A federação está revoltada com a informação de que o Incra-PA estará liberando recursos financeiros no ordem de R\$ 840,00 por família, sob a justificativa de que R\$ 240,00 seriam utilizados para custear alimentação dos invasores e R\$ 600,00 para os projetos agrícolas dos sem-terra. A Faepa protesta contra a liberação de recursos públicos a título de estímulo aos invasores da fazenda Rio Branco, no município de Parauapebas.

Indignado com essa situação, o pecuarista Geraldo Teotônio Jota, o Capota, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá, veio esta semana a redação do CORREIO DO TOCANTINS, em companhia do agrônomo Jorge Salame, informar que os produtores rurais estão buscando uma posição para combater as invasões e as quadrilhas que perturbam o produtor rural do sul do Pará. Capota diz que o produtor paraense tem trabalho em sua propriedade, e prova disto "é que hoje conseguimos sair do 20º para 4º rebanho do Brasil". O Pará conta hoje com 12 milhões de cabeças de gado. Em contrapartida, os sem-terra vêm buscando junto à imprensa e às autoridades um posicionamento favorável a eles, alegando que as fazendas invadidas são improdutivas. Geraldo Capota denomina o MST de



**Geraldo Capota, presidente do Sindicato Rural de Marabá.**

“quadrilha”, assegurando que os militantes do movimento estão invadindo, saqueando e queimando as fazendas por onde passam. “As quadrilhas têm como objetivo o roubo do gado e da madeira nas áreas de reserva florestal e depois a venda da terra. Isso não é a chamada reforma agrária, e sim, uma indústria do roubo, um negócio agrário”, dispara o presidente do Sindicato Rural de Marabá.

Um caso recente é o da fazenda Otto Barracas, no município de São Domingos do Araguaia, cujo rebanho é de 600 cabeças de gado. O proprietário recebeu uma proposta dos invasores, segundo a qual eles permitiriam a retirada do gado pelo dono dos animais caso 30% do rebanho fiquem com eles, mas a fazenda os ocupantes ilegais não negociam.

Outra acusação dirigida ao Movimento dos Sem-Terra é a de que eles estão recrutando pessoas na zona urbana que não têm qualificação para o trabalho no campo. Ainda segundo Geraldo Capota, foi constatado, num levantamento realizado na área invadida da Cospira, que das 219 pessoas

existentes, 198 nunca tinham morado no Pará, pois vieram dos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, onde foram recrutadas com o objetivo específico de fazer a ocupação da terra alheia.

Acusa-se também que 20% do montante do crédito alimentado liberado pelo Incra vão parar nos bolsos do comando de lideranças que têm autoridade total sobre os acampamentos dos sem-terra. E que esse dinheiro é usado para compra de armas e financiar novas invasões, trazendo com isso uma maior tensão no campo. O grande álibi da liderança do MST é o de afirmar que só invadem terra não produtiva. O sindicato rural acha isso “uma grande mentira”, pois, na sua visão, a meta dos sem-terra é buscar as áreas mais valorizadas, próximas a grandes centros urbanos e inclusive com o apoio de “péssimos políticos”, que vêm nessas concentrações facilitadas na obtenção de votos. Exemplo disso foi a ocupação da fazenda Macaxeira, que foi considerada produtiva pelo Incra mas eles insistem em denominá-la improdutiva.

**A propósito da fazenda Abaeté**

A fazenda Abaeté, em Eldorado do Carajás, sofreu invasão com um dos maiores índices de violência, resultando em mortes de funcionários e do dono da propriedade, queima de avião e depredações generalizadas. Hoje, informa Geraldo Capota, ela está geograficamente dividida entre 5 ou 6 pessoas desse comando e que “roubaram a maior parte de seu rebanho”. A polícia não entra lá sem autorização, constitui-se um território privado dentro do Estado do Pará. O presidente do sindicato lembra o velho conselho de Trancredo Neves para que haja a concretização da reforma agrária: “É preciso preparar o homem para o campo”, e não jogá-lo lá sem aptidão.

## Telefone 120 da Celpa facilita vida do usuário

Um novo serviço ao consumidor está sendo implantado pela regional da Celpa em Marabá. Assim como já existe o telefone 196, emergencial, que quando acionado a equipe de plantão socorre o usuário, agora surge o telefone 120, o qual, segundo a Celpa, facilita o acesso da comunidade aos serviços oferecidos pela empresa. Pelo número 120, o consumidor pode solicitar ligação de padrão, aumento ou redução de carga, informações sobre religos medidores, entre outras informações, de modo que estejam inseridas na área comercial. “Marabá é a única regional do interior que está saindo na frente para melhorar o atendimento a nossos consumidores”, comemora o diretor regional Welton Lameira. O telefone 196, segundo explicou Lameira, é destinado exclusivo para reclamação de falta de energia – plantão de serviços externos na rede. A ligação de ambos é gratuita, esclarece o engenheiro.

Depois de dispensar o serviço de garotos na entrega de contas aos consumidores, com o fim de um convênio que mantinha a Fumpapa, a Celpa desde fevereiro deste ano fechou contrato com a Sotel para esse tipo de serviço e a leitura de medidores. Segundo o Welton Lameira, quando o serviço eram executados pelos meninos, boa parte dos consumidores reclamava que não recebiam suas contas de energia, o que culminava em prejuízo ao usuário, que eventualmente sofria corte de luz por falta de pagamento da tarifa do mês. A empresa constatou que alguns menores chegavam ao cúmulo de jogar fora ou destruir contas de luz. “Mas agora, com o serviço da Sotel, estamos mais tranquilos, apesar de não descaidarmos de cobrar um bom serviço aos nossos consumidores”, destaca Welton Lameira.



(Correio do Tocantins. Marabá, 12 a 18 abril. 1996)

A reportagem fala acerca do envio de um documento, pela Federação da Agricultura do Estado (Faepa), ao Ministro da Agricultura, “denunciando as ações ilegais do Movimento dos Sem Terra”. A reportagem foi estruturada a partir de uma entrevista realizada com o então presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá, Geraldo Teotônio Jota, conhecido como “Capota”.

### Fragmento [3]

*A Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa) enviou um documento ao ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, semana passada, informando-o sobre as ações do Movimento dos Sem Terra (MST), que vem atingindo propriedades produtivas no sul e sudeste do Pará, cuja situação é extremamente grave e tem gerado tensões, insatisfações, insegurança e revolta, levando tradicionais produtores rurais ao abandono de suas atividades produtivas face ao desestímulo provocado pela inação do estado (grifo nosso).*

### Fragmento [4]

*O grande álibi da liderança do MST é de afirmar que só invadem terra não produtiva. O sindicato acha isso “uma grande mentira”, pois, na sua visão, a meta dos sem-terra é buscar as áreas mais valorizadas [...] (grifo nosso)*

Nos dois fragmentos citados acima, é possível perceber como a produção de sentidos nos discursos do jornal se dá a partir de uma relação dialógica com outras vozes, outros discursos. No fragmento 3, o jornal traduz o discurso do fazendeiro mobilizando sentidos que veiculam nos discursos dos fazendeiros em polêmica explícita com o MST. É o caso da heterogeneidade em funcionamento na frase intercalada “que vem atingindo propriedades produtivas no sul e sudeste do Pará” que, sem suspender o fio do discurso introduz uma voz que circula cotidianamente na voz de fazendeiros para se contrapor aos discursos do MST ou seja, o jornal capta para si a *afirmação* dos fazendeiros de que suas terras são produtivas, em oposição ao que diz o MST. Pode-se dizer que nestes discursos há uma relação polêmica em que, pela voz da imprensa, duas FD’s antagônicas se atualizam (a dos fazendeiros e a do MST), uma vez que o discurso do movimento social é colocado em embate com o discurso dos “produtores rurais”, sob a forma de heterogeneidade constitutiva, pois não há marcas explícitas que remetem a um discurso e outro, embora eles estejam em forte polêmica. A FD dos fazendeiros (denominados produtores rurais) é acionada pela imprensa na construção de seu discurso midiático, e colocada em interdiscursividade com a FD do MST, no intuito de negá-la.

Portanto, ao denominar as suas propriedades de produtivas, em sua FD, os fazendeiros estão constitutivamente dialogando com o discurso do MST, que vê na ocupação do latifúndio (marcado pela improdutividade) a principal estratégia de implementação de uma política de reforma agrária. Por fim, vale mais ressaltar que a própria nomeação dos fazendeiros enquanto produtores e proprietários rurais é uma estratégia de construção de uma “nova identidade da classe patronal rural” iniciada no final da década de 1980 (BRUNO, 2002), com a eminência da criação de um Plano Nacional de Reforma Agrária. Por sua vez, também dialoga com a identidade que o MST evoca para si enquanto um movimento social de representação dos trabalhadores rurais.

No fragmento 4 podemos perceber como o discurso dos fazendeiros vem para a ordem do discurso da imprensa na sua forma de heterogeneidade mostrada. A voz do fazendeiro, acerca do MST, aparece entre aspas (“uma grande mentira”), ou seja, a voz do fazendeiro se introduz na prática discursiva do jornal sem que este se comprometa

com o que é dito, produzindo pelo recurso do aspeamento o efeito do distanciamento do discurso do outro.

No entanto, como o sujeito não tem pleno controle do que é dito, na intradiscursividade mesma observa-se que, apesar da estratégia de distanciamento produzida pelo jornal em relação que noticia, o jornal denega o discurso do MST em favor do discurso do fazendeiro. Vejamos que ao dizer: O grande álibi da liderança do MST é de afirmar que só invadem terra não produtiva, as expressões “grande álibi” e “afirmar que só invadem” já produzem argumentos que se orientam para a denegação do discurso do MST. Esta denegação do discurso do outro se concretiza na voz do sindicato dos fazendeiros: *o sindicato acha isso “uma grande mentira”*. Desse modo, o que no discurso do MST é veiculado como estratégia de resistência e de conquista da terra face às investidas do latifúndio, na voz do jornal é ressignificado e interpretado como mentira.

#### **4.3 17 de abril de 1996: massacre ou conflito? a construção do fato na ordem do discurso dos jornais Correio do Tocantins e Opinião.**

Nesse item analisaremos o processo de enunciação acerca do episódio ocorrido no dia 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás/PA, ocasião em que a polícia militar do Pará entra em choque com manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST que haviam interditado a rodovia PA 150. O resultado desse episódio foi o assassinato de 19 trabalhadores rurais sem terra pela polícia, como já mencionamos acima. A mídia local, nacional e internacional passou a nomear esse fato de o “Massacre de Eldorado dos Carajás”.

No entanto, no processo discursivo em que se passou a retomar continuamente o fato, ele passa a ser enunciado de diferentes formas: ora como massacre, ora como conflito, de modo que a formação discursiva de onde enunciam os sujeitos é que determina o sentido construído nesse processo de nomeação e enunciação do fato. Nesse sentido, é importante ressaltar que, conforme já afirmamos anteriormente, nesse processo de enunciação, o discurso midiático dialoga com outros discursos, outras formações discursivas, ora para reafirmá-la (ressignificando-a) ou para refutá-la.

Assim, ao construir certos sentidos acerca desse acontecimento resultante de um processo de tensão entre MST e fazendeiros, a partir da ocupação da fazenda Macaxeiras, a mídia muitas vezes toma o discurso dos fazendeiros para significar esse

fato. É em função dessa reconfiguração discursiva que muitas vezes o fato é enunciado como conflito e não massacre tal como o episódio passou a ser nomeado pelo MST, denunciando, assim, a violência no campo paraense.

No dia seguinte ao ocorrido na curva do S, o jornal Folha de São Paulo, por exemplo, trazia na edição do dia 18 de abril daquele ano, na capa, a seguinte matéria: “Conflito mata pelo menos 19 no PA”, e continua destacando: “policiais se chocam com sem terra em desocupação de estradas; mortos podem chegar a 60, segundo líderes dos agricultores”. Como se pode perceber aqui, o discurso do jornal traduz o fato com sentidos que não derivam do MST.

Assim, no discurso do jornal Folha de São Paulo, e como veremos mais adiante também nos discursos dos jornais de Marabá (em algumas matérias), a utilização do sintagma “conflito” para nominar esse fato é uma marca discursiva importante para evidenciar posições diferentes de FD’s opostas face a um mesmo acontecimento no mundo, justamente porque posições ideológicas distintas orientam linguagem e sentidos distintos, ou seja a ideologia orienta tanto o plano o intradiscursivo como o interdiscursivo, como vimos acima com Pêcheux.

Nos jornais de Marabá identificamos em diferentes reportagens do jornal Opinião a nomeação deste episódio, como “massacre” ou como o “Massacre de Eldorado”. O Correio do Tocantins oscila entre “massacre” e “confronto”.

A capa da edição do jornal Opinião de 19 a 26 de abril é bastante taxativa quanto ao que ocorrera na curva do S: “massacre!” Poderíamos afirmar aqui que na construção desse fato jornalístico, o discurso midiático dialoga interdiscursivamente com os sentidos construídos pelo próprio MST acerca desse evento. Assim, ao enunciar (e construir) esse fato, o discurso midiático mobiliza uma rede de sentidos da FD do MST, inscrevendo-se parafrasticamente nela. Não se trata portanto de um conflito envolvendo a PM do Pará e os sem-terra, mas de um massacre cometido pelos policiais, onde os militantes do MST são as vítimas. Aqui se percebe como a FD de onde o sujeito enuncia age constitutivamente na produção dos sentidos nos discursos.

Na FD do MST, o episódio de Eldorado dos Carajás é nomeado enquanto um massacre, e nesse sentido esse movimento social refuta o discurso dos proprietários rurais acerca da questão. Se para os fazendeiros (assim como para alguns representantes políticos do patronato rural) a morte dos 19 militantes do MST é o resultado da inércia

do Estado com relação à questão agrária no Brasil, e no Pará especificamente, para o MST esse fato evidenciou para a sociedade brasileira que o Estado sempre esteve a serviço de uma classe social – a burguesia –, e na região sudeste do Pará essa classe é representada pelos grandes proprietários de terra.

Nessa mesma edição, o jornal Opinião traz, na página 03, as falas dos representantes do MST, dos fazendeiros e do Estado. No caso do primeiro, o jornal traz a fala de João Pedro Stédille (presidente nacional do MST), e representando os fazendeiros, o jornal traz a fala de Geraldo Capota (Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá) e por último, representando o Estado, o governador Almir Gabriel (PSDB). Stédille responsabiliza o Estado pela forma como tem tratado a política de reforma agrária no Brasil e afirma que esta tem que ser feita na prática. Já Geraldo Capota, da mesma forma, responsabiliza o Estado pelo ocorrido e condena a ação da PM, no entanto, ressalta a necessidade de que o Estado garanta a obediência às leis por parte dos sem terra. O governador Almir Gabriel, em entrevista coletiva concedida em Belém, também repudiou as ações, ressaltou o empenho do Estado na realização de uma reforma agrária no Brasil, e além disso ressaltou a “intolerância, a radicalização da liderança” do MST.

Marabá, Pará  
19 a 26 de abril de 1996  
Edição nº 35

# Opinião!

PREÇO DO EXEMPLAR  
**R\$ 1,00**

# MASSACRE!

17 de Abril às 17:00 hs

Miguel Pereira



## **P**OSIÇÃO DO GOVERNADOR

### **Almir afasta coronel Pantoja**

Governador condena massacre, garante que vai apurar e punir com rigor e convida entidades da sociedade civil a participar das investigações. **Página 3**

## **S**OLIDARIEDADE

### **Sociedade condena e exige punição**

Senadores, Deputados Federais, Estaduais e representantes de entidades civis chegam a Marabá para acompanhar apuração. **Página 11**

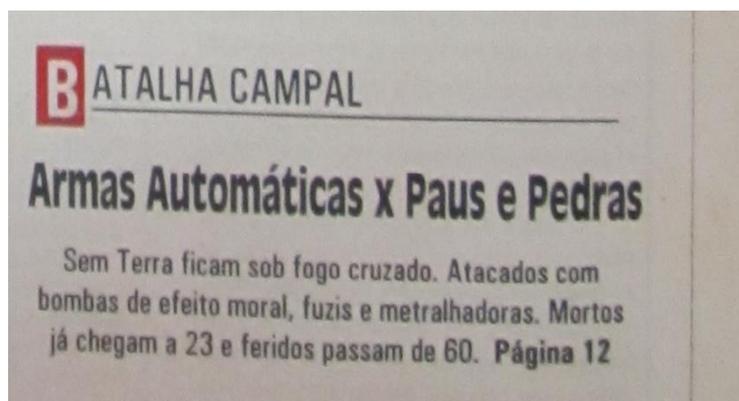
## **B**ATALHA CAMPAL

### **Armas Automáticas x Paus e Pedras**

Sem Terra ficam sob fogo cruzado. Atacados com bombas de efeito moral, fuzis e metralhadoras. Mortos já chegam a 23 e feridos passam de 60. **Página 12**

É portanto nessa relação polêmica entre essas diferentes FD's – a do MST, dos fazendeiros e do Estado – e suas construções discursivas acerca desse fato que o discurso do jornal se insere, construindo sentidos a partir dessa relação interdiscursiva. A fotografia estampada na capa do editorial cumpre um papel fundamental, contribuindo na construção de um sentido de evidência, equiparando o fato enunciado com o ocorrido, um testemunho da realidade. Os corpos perfilados sob a carroceria de um caminhão “dão uma prova” no IML de Marabá da dimensão do massacre.

Ainda no intuito de construir essa formulação discursiva acerca do fato enquanto um massacre é que o editorial opera uma estratégia discursiva: a construção de um sentido de oposição onde de um lado estariam as armas automáticas da PM e do outro as “armas” dos sem-terra, paus e pedras. Essa estratégia busca demonstrar a desigualdade de forças entre as partes nessa “batalha campal” ocorrida em Eldorado dos Carajás, o que contribuiu para o massacre.



(Jornal Opinião. Marabá, 19 a 26 abril. 1996)

Se o discurso do jornal Opinião dialoga interdiscursivamente com a FD do MST na construção de sentidos acerca do “massacre de Eldorado dos Carajás”, com o Jornal Correio do Tocantins não será diferente. A enunciar e construir sentidos acerca desse fato, o Correio do Tocantins o faz a partir de sua filiação em redes de significação. Nesse caso, destacaremos alguns indícios da relação interdiscursiva entre a FD do jornal e a dos proprietários rural.

A seção “Polícia” da edição de 19 a 25 de abril de 1996, a primeira edição do JCT após o ocorrido em Eldorado dos Carajás, traz a seguinte reportagem:

# Sem-terra sofrem massacre ao resistir desobstrução da estrada

Derenove vítimas fatais, 45 feridos e alguns desaparecidos. Esse é o resultado parcial do confronto entre Polícia Militar e os camponeses ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST), na tarde quarta-feira, às margens da PA-150, a 6 quilômetros do centro de Eldorado do Carajás. A investida da PM foi para que os sem-terra desobstruíssem a estrada, artifício que a categoria encontrou para pressionar o governo a desapropriar áreas na região e fazer o assentamento dessas famílias.

Segundo apurou a reportagem do CORREIO DO TOCANTINS, no local do massacre, os policiais militares chegaram onde as famílias dos sem-terra estavam acampadas por volta de 16h00, sendo cerca de 100 homens oriundos de Parauapebas, em dois ônibus, e outros 100 de Marabá, também em dois ônibus, fechando assim o cerco contra os manifestantes. Sem muita delongas, segundo testemunhas, os PMs começaram a detonar bombas de gás lacrimogêneo objetivando dispersar os cerca de 1.500 manifestantes que tomavam conta da rodovia, com muitos deles armados de facão, enxada, foice e pedaços de pau. Como os manifestantes investiram contra os policiais, estes após recuarem alguns metros abriram fogo sem piedade com suas armas pesadas contra a massa humana, numa manobra de guerra que durou alguns minutos.

Ao final da primeira rajada disparada pela PM, os sem-terra sobreviventes se embrenharam na mata, só retornando por volta de meia-noite ou na manhã de ontem, quando a Polícia Civil, promotores públicos, advogados de defesa dos direitos humanos e a imprensa estiveram no local registrando o rastro de violência.

Após o cessar-fogo, já no final



Deputados Luiz Araújo, Babá e Martinho Carmona, tendo no centro o ex-deputado Valdir Ganzer, observam espantados os corpos das vítimas do massacre.



Inácio Pereira, atendido pelo médico do ônibus, escapou porque se fez de morto.

da tarde, a própria polícia removeu os cadáveres e os feridos e os levou para hospital Elcione Barbalho, em Curionópolis. Como o hospital municipal não apresentava condições técnicas para desenvolver o exame de necropsia nos 19 corpos e também no atendimento médico de 27 pessoas feridas, a direção da casa de saúde transferiu cadáveres e feridos, na madrugada de ontem, para Marabá, onde chegaram pela manhã, sendo os sobreviventes feridos colocados em hospital da FNS e particulares.

## Sobreviventes

### contam a tragédia

A reportagem ouviu entre os feridos Luís Gonzaga Rocha de Sou-

za, 32 anos, o qual mostrou um ferimento a bala que sofreu durante o tiroteio. Ele garantiu que o contingente enviado de Marabá foi quem atirou primeiro e que os sem-terra não portavam arma de fogo. Mas as imagens da TV Liberal mostram que havia manifestante com revólver na mão e investindo contra o pelotão da PM.

Inácio Pereira, 56 anos, informou que durante o transporte para o hospital de Curionópolis os policiais jogaram os cadáveres sobre os sobreviventes feridos. Disse também que após o tiroteio os militares saíram atirando naqueles que estavam pelejando para se levantar e correr. Inácio diz que escapou de ser fuzilado porque prendeu a respiração e fingiu-se de morto. "Escapei por milagre", comemora. O pernambucano Pedro José da Silva, 26 anos, que foi atingido com dois tiros na perna esquerda e um na direita, revelou que Oziel Silva, 18 anos, um dos líderes do MST, foi fuzilado depois de ter sido preso. Júlio Silva, com um tiro na cabeça, disse que escapou "fedendo".

O motorista Joanes Gomes Barroso, 24 anos, que trouxe os sobreviventes em um ônibus para Marabá, informou que o acampamento dos sem-terra em Eldorado foi saqueado violentamente pela polícia, que levou objetos pessoais, rasgou redes e queimou roupas e medicamentos. Francisco Macedo, assessor da Prefeitura de Curionópolis, avalia que se o bloqueio da estrada pelos sem-terra tivesse sido no seu município o massacre não teria

acontecido, "pois sempre estamos negociando com os trabalhadores".

Depois de acompanhar as vítimas até Marabá, a exemplo de Macedo, o vereador Félix Soares, de Curionópolis, comparou a tragédia dos sem-terra ao incidente que ocorreu na ponte rodoferroviária do rio Tocantins, em 29 de dezembro de 1987, quando dezenas de garimpeiros foram fuzilados pela Polícia Militar do Estado. Félix diz que "a polícia do nosso Estado não está preparada para lidar com o ser humano", afirma, acrescentando que se as prefeituras de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado do Carajás tivessem se cotizado para reparar R\$ 5 mil, cada,

para ajudar no frete de ônibus para os sem-terra chegar até Marabá a tragédia não teria acontecido.

O médico Vinício de Tarsis, de Parauapebas, foi requisitado para fazer atendimento e acompanhar 15 feridos até Marabá, num ônibus cedido pela prefeitura de seu município, sendo que quatro em estado grave, outros com lesão craniana; nas artérias, nos nervos e no fêmur. Oito foram internados no hospital da FNS, quatro no Celina Gonçalves e três no Cílmec. O médico cirurgião disse que nunca tinha presenciado uma tragédia de proporções tão grande, acrescentando que ainda poderão aparecer outros corpos no mato onde ocorreu o massacre.



Um dos feridos com um tiro na cabeça aguarda pelo socorro médico estirado no chão.

## Secretário de Segurança avalia a ação da polícia

O secretário de Segurança Pública do Estado, Paulo Sete Câmara, avaliou a ação da polícia na chacina dizendo que ficara determinado que o comandante da área, que era o coronel Pantoja, deveria coordenar pessoalmente a operação. E que se o coronel Fabiano, de Belém, estivesse lá, a tragédia não teria ocorrido. Lembrou também que ao longo de todos os episódios em que o MST procurou esse confronto com a Polícia Militar, desde o início do ano passado, todas as tentativas foram frustradas exatamente pela negociação e busca de alternativas por parte do Polícia Militar e do governo do Estado. Ele confirmou que foi um erro estratégico da Polícia Militar chegar atrasado e jogando bombas de efeito moral, mas a informação que recebeu é de que o destacamento de Marabá foi recebido com balas pelo sem-terra, e que outras alternati-

vas haveria para buscar uma solução melhor do que esta, e por isso houve a exoneração do coronel Pantoja do 4º BPM. O novo coronel, Wagner Travassos, ficou de assumir o comando, hoje, sexta-feira.

O promotor de Justiça de Marabá, José Luiz Furtado, que esteve ontem no local da chacina, disse que uma hora após o conflito recebeu uma designação do procurador-geral de Justiça do Estado para acompanhar as investigações que estão sendo realizadas. Vários sem-terra sobreviventes já foram ouvidos na noite do crime na delegacia de Curionópolis. Em seguida, o perito oficial fez levantamento do local e constatou que havia 31 feridos e 19 mortos. O promotor assegura que o trabalho de pericia continuará diariamente até que a responsabilidade pelo massacre seja esclarecida em toda sua extensão.

Enquanto isso, o promotor Marco Aurélio, de Curionópolis, justifica sua presença na apuração dos fatos, dizendo que a área do acampamento pertence a Eldorado do Carajás, que por sua vez, está jurisdicionado à comarca de Curionópolis. Ele conclui que pelo número de vítimas houve excesso por parte da Polícia Militar.

Por sua vez, o advogado Ernandes Morgalho, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, escritório Marabá, que esteve pessoalmente no local da chacina dos sem-terra, considerou lamentável o que ocorreu, num "total requinte de perversidade, com a polícia usando fuzis, metralhadoras, constituindo-se numa ação totalmente irresponsável, de uma instituição que na minha opinião está quase falida, que é a Polícia Militar do Estado", disparou o caudista da SPDDH.

## As vítimas do massacre

Dentre as 19 vítimas fatais, a reportagem conseguiu identificar em Curionópolis, através de parentes e amigos dos mortos, o militante Oziel Pereira Silva feste executado imediatamente, com requintes de crueldade, Graciliano Olimpo de Souza (Badê), Abílio Alves Rabelo, João Carneiro da Silva, José Alves da Silva, Antonio Dias Costa (Tonico), Lourivaldo da Costa Santana e um outro conhecido apenas como "Leiteiro". A identificação completa das vítimas fatais só será possível hoje em Curionópolis, quando os demais parentes procurarem os corpos no necrotério do hospital Elcione Barbalho, para onde ficaram de ser devolvidos os cadáveres.

Lista de sobreviventes: Quanto aos sobreviventes feridos e transferidos para Marabá, foram os seguintes: Alcione Ferreira da Silva (51 anos), Antonio Manoel da Costa (46), Elismar Pereira da

Silva (24), Domingos dos Reis da Conceição (20), Gabriel Fagundes Moreno (50), Germano Pereira Costa (44), Inácio Pereira (56), Irmeiras Pereira Brito (20), Izamar Pereira de Freitas (30), José Carlos Moreira dos Santos (17), José da Conceição (23), José da Natividade (43), José Mendes da Silva (32), Jullio César Barboza Silva (27), Juandir Gomes dos Santos (30), Luís Gonzaga de Souza (32), Manoel de Jesus Gonçalves (não forneceu idade), Manoel Ferreira Martins (42), Manoel Pereira da Silva (32), Maria Abadia Barboza (56), Maria Luzenira de Araújo (24), Maria Teixeira Mendes (34), Miguel Alves Moraes (25), Ozélio Brito Ferreira (17), Pedro José da Silva (23), Pedro Martins de Freitas (43) e Wilson Pereira de Souza, de 16 anos de idade. Há notícias que outros feridos foram buscar atendimento médico em Parauapebas.

## Repórter viveu maus momentos

A repórter Marisa Romão, da TV Liberal-Marabá, que cobria o conflito, revelou ter sido presa e ameaçada de morte por policiais militares. As filhas que registraram o incidente foram apreendidas pela PM. Marisa diz que quando os policiais militares começaram a atirar os sem-terra responderam com tiros de revólveres e jogando facões e facos.

O momento mais crítico para a repórter aconteceu enquanto ela estava numa casa, que servia de refúgio para mulheres e crianças, quando alguns sem-terra rodaram o alojamento e a PM começou a atirar naquela direção, que, até então, era o lugar mais seguro. Com o momento, Marisa saiu da casa, em

meio ao tiroteio, pedindo que os policiais parassem de atirar. Em seguida, enquanto sua equipe estava sendo conduzida a um ônibus onde estavam sendo colocados os feridos e presos algemados, os policiais tomaram bruscamente a câmera filmadora das mãos do cinegrafista Osvaldo Araújo, tiraram a fita, mas ele conseguiu apanhar na alça da câmera e tirá-la de volta. Ao se recusar a entrar no ônibus, obtendo uma melhor reportagem, Marisa Romão revelou ter recebido ameaça de morte por um policial que não soube identificar, mesmo porque "os soldados estavam sem a tradicional identificação pessoal no bolso da farda".

O título da reportagem – foco de nossa análise aqui – traz alguns indícios acerca da relação interdiscursiva entre a FD do jornal com a dos fazendeiros da região no que diz respeito à construção de sentidos acerca do fato ocorrido na curva do S. A palavra resistência (que faz parte do repertório discursivo do MST) é acionada aqui para reforçar o caráter criminoso da ação dos sem-terra. Foi a resistência empreendida pelo MST com relação à desobstrução da rodovia que ocasionou o massacre. A palavra “sofrem” mobilizada nessa construção textual da matéria constrói um sentido de vítima com relação ao MST, no entanto a reportagem se organiza de modo a demonstrar que foi o fato de os mesmos resistirem à ação da PM que fez com que isso ocorresse.

Esse sentido construído acerca da ação policial – desobstrução da estrada – indicia também essa relação interdiscursiva entre a FD do jornal com a dos fazendeiros da região, onde é mobilizado o discurso jurídico a fim de (des)qualificar a ação do MST enquanto ilegal, portanto criminosa. É o direito de ir e vir do cidadão que está é colocado em questão pela reportagem. Ao enunciar esse fato e os seus motivos, o jornal se inscreve na ordem do discurso dos fazendeiros.

O discurso dos fazendeiros, e sua interface com o discurso jurídico, pode ser sintetizado a partir da fala do presidente da Federação da Agricultura do Pará (Faepa) ao JCT, defendendo os fazendeiros da região da denúncia de que estes haviam pago a PM para executarem os líderes do MST na Curva do S, e além disso descrevendo a ação do MST como criminosa, pois estava indo contra o direito de ir e vir das pessoas:

*Foi a polícia atendendo uma solicitação do governador do Estado, de fazer cumprir a constituição, ao desobstruir uma via pública que estava impedindo o direito de ir e vir das pessoas, ou seja, os anseios da sociedade, que queria se movimentar no seu transporte livremente no país*<sup>45</sup>

Além do discurso de Carlos Xavier, acionando o discurso jurídico para qualificar a ação dos militares frente ao MST, tem-se também o discurso de Geraldo Capota (presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá) acerca da ação dos militares, e da mesma forma que Carlos Xavier, mobiliza o discurso jurídico para significar essa ação:

---

<sup>45</sup> Entrevista de Carlos Xavier, presidente da Faepa ao Correio do Tocantins, na edição de 31 de maio a 06 de junho de 1996.

*É preciso acabar com esse clima de desobediência civil, onde os direitos de propriedade e de ir e vir são transgredidos pelos sem terra*<sup>46</sup>.

Esses dois fragmentos citados acima sintetizam o discurso da classe patronal rural onde o diálogo com o discurso político age na constituição de sua FD, de modo que as ações do MST são constantemente criminalizadas por atentarem contra a ordem institucional. É nessa rede discursiva que o jornal Correio do Tocantins se insere ao enunciar o episódio ocorrido na curva do S.

Assim, fizemos neste capítulo um exercício de análises, a partir do critério de seleção adotado: ancoradas (i) publicações que trazem notícias acerca das ações do MST na região (ocupação de fazendas e de prédios públicos, como por exemplo, o INCRA); (ii) publicações acerca das (re)ações dos fazendeiros da região frente às ações do MST na região, (iii) e notícias acerca do conflito ocorrido entre os agricultores militantes do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST e a polícia militar do estado do Pará, no dia 17 de abril de 1996.

Com relação às notícias sobre as ações do MST frente ao latifúndio e/ou instituições públicas, percebe-se que as mesmas aparecem no jornal com mais frequência que as reportagens que noticiam as (re)ações dos fazendeiros frente às ações do MST. Se compararmos o quantitativo de reportagens acerca das (re)ações dos fazendeiros nos dois jornais, nota-se a importância dada pelo Jornal Correio do Tocantins para esse tipo de matéria, posto que é discrepante a diferença com relação ao jornal Opinião, onde essa temática fora pouco abordada.

Da mesma forma que as reportagens que tematizam acerca dos fazendeiros, as ações do MST são constantemente noticiadas nas páginas do Correio do Tocantins, evocando uma imagem desse movimento social que muitas vezes resvala para o campo da criminalização de suas ações. Todavia, vale ressaltar que o sentido não é dado *a priori*, nem tampouco fechado em si mesmo, mas construído de forma relacional (o eu e o outro), havendo, portanto, a possibilidade de vir a ser outro, justamente porque há falhas e rupturas nos processos históricos e discursivos.

---

<sup>46</sup> Entrevista de Geraldo Capota ao Jornal Opinião, edição de 19 a 26 de abril de 1996.

## CONCLUSÃO

Mediante ao exposto ao longo desse trabalho, gostaríamos de pontuar algumas considerações acerca dos discursos midiáticos atentando para o seu funcionamento. Tomando como base a discussão proposta por Charaudeau (2006), destacamos que a mídia reflete o mundo social e da mesma forma é refletido por ele. Acerca do discurso de informação, como por exemplo os discursos jornalísticos, poderíamos afirmar que, enquanto linguagem, ele não é transparente, mas opaco, e enquanto tal, reflete o lugar social e ideológico de onde enuncia o sujeito. Muito embora a mídia (como por exemplo, o jornalístico) busque afirma-se enquanto imparcial, portanto acima das clivagens de classes, seus discursos não estão isentos (assim como todo discurso) ao agir da ideologia.

No presente trabalho nos propomos a analisar os discursos construídos pela imprensa impressa marabaense de 1996 acerca do MST e de suas ações frente à grande propriedade na região sudeste do Pará ao longo daquele ano. Ancorados em Maingueneau (1997), procuramos evidenciar que a análise das ações do MST no discurso midiático não poderiam ser dissociada da enunciação desses jornais acerca das (re)ações dos fazendeiros (denominados pelos jornais de produtores rurais), posto que a constituição dos discursos dos jornais acerca das ações do MST se dá a partir de uma relação polêmica entre diferentes formações discursivas, tais como a do MST e dos fazendeiros.

Ao chegar ao Pará no final da década de 1980, o MST vai aos poucos se constituindo enquanto um importante movimento social de luta pela terra no estado. A transferência da secretaria do MST para a cidade de Marabá/PA, na década de 1990 foi fundamental na luta empreendida pelo movimento contra o latifúndio na região. Além disso, o fato de Marabá possuir dois importantes jornais impressos – O Correio do Tocantins e Opinião – contribuiu para dar uma maior visibilidade às ações do MST na mídia. Com o assassinato de 19 trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás/PA, e a ampla divulgação desse fato na grande mídia nacional, as ações do MST no Pará ganharam ainda mais visibilidade.

Para essa análise tomamos o referencial teórico-metodológico da AD francesa, a partir dos trabalhos de Pêcheux (2009; 2010), Foucault (2004; 2007) e Maingueneau (1997; 2001), destacando as noções de interdiscurso (memória discursiva), formação

discursiva e formação ideológica, entre outras. Da mesma forma, foram importantes os trabalhos de Bakhtin (1997; 2006) com sua perspectiva sócio-interacionista da linguagem, e os trabalhos de Authier-Revuz (1991; 2011) que, a partir de uma apropriação do dialogismo bakhtiniano, e da discussão de sujeito de Lacan, propõe a noção de heterogeneidades enunciativas. O *corpus* de análise desse trabalho foi constituído a partir de uma seleção nas edições dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano de 1996, buscando com isso as reportagens que versavam acerca das ações realizadas pelo MST na região sudeste paraense, e as (re)ações dos fazendeiros frente às ocupações de terra realizadas por esse movimento social. Além disso, foram selecionadas as reportagens que tratavam do assassinato, pela PM do Pará, dos 19 trabalhadores rurais militantes no MST em Eldorado dos Carajás/PA.

Procurando nos aproximar de possíveis respostas às perguntas que fizemos na introdução deste trabalho, enquanto perguntas orientadoras de pesquisa (Quais as estratégias discursivas dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, em Marabá/PA, na constituição de sentidos acerca das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST no ano de 1996? Que imagens a imprensa constrói de si ao produzir discursos acerca do MST? Que imagens constrói do MST, na região?), as nossas análises indicam que na constituição dos discursos dos jornais Correio do Tocantins e Opinião no ano de 1996 acerca das ações do MST frente ao latifúndio, estes jornais produzem suas imagens dialogando polemicamente com outras formações discursivas (o fazendeiro, o estado, o jurídico e o próprio MST). Por esta percepção, as análises também indicam que há uma imagem negativa do MST presente nos dois jornais.

O Correio do Tocantins se apresenta discursivamente com um *ethos* que mais explicita sua posição ideológica marcada nos discursos de negação do movimento social e de adesão ao projeto de fazendeiros na região, trazendo, reiteradamente, esta formação discursiva com seus enunciados para as reportagens veiculadas sobre o MST. Neste jogo, o jornal interpreta a voz do fazendeiro, denegando sentidos positivos do MST. O jornal Opinião, embora construa a imagem de si como um jornal que noticia os fatos independentemente das partes em conflito, procurando utilizar um tom “politicamente correto”, seus discursos às vezes resvalam, sub-repticiamente, para o tom de criminalidade utilizado pela mídia em geral sobre o MST, num claro jogo de força entre falar a voz do movimento, mas não deixar de evidenciar as ações do estado. Portanto, a formação discursiva do jornal coloca em cena MST e Estado e menos MST e

fazendeiro. Nesse funcionamento discursivo e de produção de imagem, guardadas as proporções, veicula nestes meios de comunicação regionais, o mesmo discurso hegemônico da grande mídia nacional de criminalização dos movimentos sociais e da ideia de desenvolvimento vinculado à concentração da terra nas mãos do latifúndio.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, William S. de; OLIVEIRA, Myriam; HALMENSCHLAGER, Fábio L. Dinâmicas Territoriais, projetos coletivos e as complexidades das áreas de fronteira agrária: o caso da região de Marabá, Pará. In: *Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2006, p. 167-192.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades Enunciativas. Cadernos de Estudos Linguísticos. Revista do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez.,1990.

\_\_\_\_\_. *Dizer ao outro no já-dito: interferências de alteridades – interlocutiva e interdiscursiva – no coração do dizer*. Revista Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 6-20, jan./mar. 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In, Brait, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 33-52.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, p.207-224. 2001.

CASTRO, Edna. Expansão da Fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61. 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. *São Paulo em Perspectiva*. p.105-118. 2001.

COSTA, Francisco de Assis. *A Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

EMMI, Marília F. *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*. 1 ed. Belém: NAEA/UFPA, 1987.

FERNANDES, Bernardo M. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (org). *Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação*. Brasília: INCRA, MDA, 2008. p. 26-43.

\_\_\_\_\_. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. 1 reimp. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p.161-197.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de Passagens*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004. Disponível em <[http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf)>. Acesso em 21 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade em debate. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, ano 9, v. 17, p. 19-46, 2007.

HALL, Anthony L. *Amazônia: desenvolvimento para quem?* Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HÉBETTE, J. *Cruzando Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2004. (Vol. I, II).

\_\_\_\_\_. *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: UFPA, 2002.

MAGALHÃES, Belmira; SOBRINHO, Helson F. da Silva. O efeito ideológico de deslocamento no discurso da imprensa sobre o MST: de pobres da terra a baderneiros. *Veredas: análise do discurso*, p.37-50, 2010

MAINGENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001;

\_\_\_\_\_. *Novas Tendências de Análise de Discurso*. 3 ed. Campinas: Editora Pontes, 1997.

MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Movimentos Sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. 1 reimp. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p.113-136.

\_\_\_\_\_. *Os trabalhadores do campo e desencontros na luta por direitos*. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). *O Campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará.Faperj, 2002.

MICHELOTTI, F. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. *Revista Antropológica.*, n. 26, 1 sem, p. 245-266. 2009.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*. 10 ed. Campinas: Pontes Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e Discurso Político*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do Discurso. In: GADET, F e HAK, T. *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, 61-162.

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do Discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, F e HAK, T. *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 163-254.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do obvio*. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PEREIRA, Airton dos Reis. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: mediação e conflito na região Araguaia Paraense. *Revista Ruris*, vol. 2, n. 2, Setembro, p. 99-136. 2008.

\_\_\_\_\_; ROTHMAN, Franklin Daniel. Ocupações Espontâneas, Conflitos e Violência pela posse da terra no Araguaia. *Cadernos do CEAS*. nov/dez, p.59-87. 2005

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PICOLI, Fioreto. *O Capital e a Devastação da Amazônia*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (org). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. 1 reimp. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 137-158.

REYNAL, Vincent, et al. *Agriculturas Familiares e Desenvolvimento em Frente Pioneira Amazônica*. Belém: LASAT/CAT – GRET – DAT/UAG, 1995.

SOULEZ, Guillaume. Ethos, enunciação, mídia: Semiótica dos ethos. *Revista Comunicação, mídia e consumo*, v. 01, n. 02, 2004.

VELHO, O. Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1979.

VELHO, O. Guilherme. *Frente de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

### Dissertações e teses

ABE, Marlene Nãoyo. *Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa*. Dissertação. (Agriculturas Amazônicas), Belém: Universidade Federal do Pará/Programa de Pós-Graduação em Agriculturas familiares e Desenvolvimento sustentável. 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Conflito e Mediação: Os antagonismos Sociais na Amazônia Segundo os Movimentos Camponeses, as instituições Religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1993.

ALMEIDA, Rogério Henrique. *A Territorialização do Campesinato no Sudeste do Pará*. Dissertação (Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, 2006.

ANTONI, Edson. *O discurso jornalístico e o processo de marginalização social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Programa de Pós Graduação em História, 2012.

ASSIS, William S. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.

AYOUB, Ayoub Hanna. *Mídia e Movimentos Sociais: a satanização do MST na Folha de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Londrina: Universidade Estadual de Londrina/Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2006.

CASSIMIRO, Alessandra Santos. *A luta pela construção da imagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1984-2002)*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Goiânia: Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2013.

CORADO, Patrícia Oliveira. *Veja: ideologia e argumentatividade em revista*. Tese (Doutorado em Letras), Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Programa de Pós Graduação em Letras, 2009.

FERREIRA, Luzmara C. *Práticas de Leitura Contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista Veja*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Araraquara: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita/Programa de Pós Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, 2006.

FERREIRA, Sonia Maria. *A mídia e o MST: heróis e vilões na trama do discurso jornalístico*. Tese, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, 2012.

GOMES, Maria Suely F. *A construção da Organicidade no MST: o caso do assentamento 26 de março*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande. Universidade Federal de Campina Grande/Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2009.

GONÇALVES, Eduardo Raymundo de Lima. *Mídia e movimentos sociais: a representação do MST na revista IstoÉ*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Salvador: Universidade Federal da Bahia/Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2008.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso*. Tese (Doutorado em Linguística), Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, 1998.

LIMA, Alexandre Bonetti. *Era uma vez...Algumas Histórias: as versões sobre o MST do Pontal do Paranapanema em dois jornais diários*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

LYRA, Andrea Virgínia L. *O Vermelho na cultura do papel: a visibilidade midiática do MST e a imprensa*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Salvador: Universidade Federal da Bahia/Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade, 2010.

MARTINS, Celso Jorge. *O Intervir Das Águas: A Presença do Outro na Construção do Discurso Lítero-Pedagógico*. Dissertação (Mestrado em Letras), Maringá: Universidade Estadual de Maringá/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Programa de Pós-Graduação em Letras, 2005.

PEREIRA, Airton dos Reis. *O papel dos mediadores nos pela posse de terra na região Araguaia paraense: o caso da fazenda Bela Vista*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Viçosa: Universidade Federal de Viçosa/Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Viçosa, 2004.

\_\_\_\_\_. *Luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós Graduação em História, 2013.

REIS, Cristiane de Sousa. *Os Bastidores da Mídia e os movimentos sociais: o caso do MST*. Tese (Doutorado em Estado, Direito e Administração), Coimbra/Portugal: Universidade de Coimbra/Faculdade de Economia, 2011.

RODRIGUES, Marlon Leal. *MST: Discurso de Reforma Agrária pela ocupação (acontecimento discursivo)*. Tese (Doutoramento em Linguística), Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem-IEL, 2007.

SENA, Laécio Rocha de. *A ressignificação do trabalho e a construção do trabalhador disciplinar no discurso do semanário católico caxiense Cruzeiro (1930 e 1940)*.

Monografia (Graduação em História), Caxias/MA: Universidade Estadual do Maranhão/Curso de Licenciatura Plena em História, 2009.

SILVA JUNIOR, Roberto Aparecido M. *MST desterritorializado: um novo olhar sobre a criminalização do movimento a partir do fotojornalismo e do hiperespetáculo*. Dissertação (Mestrado em Educação), Londrina: Universidade Estadual de Londrina/Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2010.

### **Jornais e Revistas**

ASSENTAMENTO. Marabá, *Jornal Opinião*, 01 a 08 de mar, 1996.

CONFLITO mata pelo menos 19 no PA. São Paulo, *Folha de São Paulo*. 18 abril, 1996.

GERENTE diz que inadimplentes renegociaram. Marabá, *Opinião*, 09 a 16 agosto, 1996, p. 05.

INCRA atendera reivindicação dos sem-terra da região. Marabá, *Correio do Tocantins*. 22-28 de mar, 1996.

MST ameaça ocupar terras de devedores do Banco do Brasil. Marabá, *Opinião*, 09 a 16 agosto, 1996, p. 05.

NETO, João Salame. Ocupação da Macaxeira – um caso de polícia? Marabá, *Jornal Opinião*, 08 a 15 março, 1996, p. 02.

NETO, João Salame. Qual é a saída? Marabá, *Jornal Opinião*, 04 a 11 maio, 1996, p. 02.

NOSSO Papel. Marabá, *Opinião*, 07 jun., 1996, p. 02

OCUPAÇÃO na área urbana. Marabá, *Jornal Opinião*, 01 a 08 de mar, 1996.

O Roteiro da morte no Massacre de Eldorado. Marabá, *Opinião*, 19 a 26 de abril, 1996, p. 03

PM's foram impiedosos quando atacados com pedras e paus pelos sem-terra. Marabá, *Correio do Tocantins*, n. 561, 1996.

PRESIDENTE da Faepa rebate acusações contra produtores. Marabá, *Correio do Tocantins*, 31 de maio a 06 de junho, 1996. p. 07

PROCESSO de desapropriação de Macaxeira é criticado. Marabá, *Opinião*, 09 a 16 agosto, 1996, p. 05.

PRODUTORES denunciam inércia do governo para conter as invasões. Marabá, *Correio do Tocantins*, 22-28 mar, 1996.

PRODUTORES reagem a invasão com ato público. Marabá, *Correio do Tocantins*, n. 581, 1996.

REVISTA CAROS AMIGOS, São Paulo, n. 05, novembro de 1999

RURALISTA fazem ato público visando sensibilizar autoridades. Marabá, *Correio do Tocantins*, n. 582, 1996.

RURALISTAS denunciam ação ilegal dos sem-terra direto ao ministro. Marabá, *Correio do Tocantins*. 12-18 abril, 1996.

SEM TERRA apelam até para a greve de fome. Marabá, *Correio do Tocantins*, n. 570,1996.

SEM TERRA persistem pela Macaxeira. Marabá, *Correio do Tocantins*. 8-14 de mar., 1996.

SEM-TERRA iniciam saque e fazem discurso radical. Marabá, *Correio do Tocantins*, 12-18 de abril, 1996, p. 03,

SEM-TERRA persistem em invadir a fazenda Macaxeira. Marabá, *Correio do Tocantins*, 26 jan./01 fev, 1996.

SEM-TERRA planejam semana de luta pela reforma agrária. Marabá, *Jornal Opinião*, 01 a 08 de mar, 1996.

UM jornal de informações. Marabá, *Correio do Tocantins*, 15 a 30 de jan., 1996.